



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Câmpus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA



CRISTIANE BARBOSA RAMALHO

***IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
MIRANTE DO PARANAPANEMA – REGIÃO DO
PONTAL DO PARANAPANEMA/S.P.***



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Câmpus de Presidente Prudente

Departamento de Geografia

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA



CRISTIANE BARBOSA RAMALHO

***IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
MIRANTE DO PARANAPANEMA – REGIÃO DO
PONTAL DO PARANAPANEMA/S.P.***

Dissertação de Mestrado, que contou com o apoio financeiro da FAPESP, elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

2002

✉ - Rua Roberto Simonsen, 305 CEP – 19060-900 -Presidente Prudente - SP

☎ - (18) 229.5375 ramal 27 - FAX - (18) 221.8212

📧 - nera@prudente.unesp.br

Comissão Examinadora

- aluno(a)

Presidente Prudente, _____ de _____ de _____.

Resultado: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (Luiz e Vera), por tudo que representam e significam para mim.

A minha irmã (Sandra), uma grande amiga.

Para meu amigo e companheiro de todos os dias - Alexandre - que sem dúvida foi a pessoa que mais me ajudou e incentivou para que eu finalizasse esse trabalho.

Para minha filha (Beatriz), minha alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento me recordo de algumas pessoas que me acompanharam desde o início quando entrei na Faculdade com toda euforia de uma jovem feliz por fazer parte de um grupo seletivo de pessoas que podia cursar o nível superior. Foram quatro anos de graduação, um ano de bacharelado (que não finalizei) e três anos de mestrado.

Meu agradecimento repleto de carinho aos meus pais Luiz e Vera pela força, incentivo e paciência nesses oito anos de estudo. A minha irmã Sandra que fez o curso de Geografia e que me ajudou nas disciplinas que ela cursou primeiro. Estendo esses agradecimentos a toda minha família, sem restrições.

Aos amigos de Faculdade que jamais serão esquecidos: Fernanda Feiko, Flávia Ikuta, Rose Maria, Jaqueline, Gilberto, Maffer, Júlio, Celbo, Solange, Juliana, Didi, Marlon, Priscilla, Heloísa, Sérgio, etc.

Agradecimento especial para Fábio, Tânia e Marcelino que me ajudaram na aplicação dos questionários nos assentamentos rurais.

Aos assentados de Mirante do Paranapanema que contribuíram respondendo ao questionário e relatando um pouco de suas vidas nos assentamentos.

Ao prefeito de Mirante do Paranapanema (Sr. Carlos Siqueira Ribeiro), professor Milton dos Santos, Sr. Sebastião Canevari (Secretário da Educação), Sra. Ester Barbosa (Núcleo de Educação dos Assentamentos), Sr. Márcio Lorenço (Diretor de Saúde do Município de Mirante do Paranapanema), Sra. Genoci (responsável pela parte de saúde dos assentados de Mirante), Sr. Cláudio (Gerente do Banco Bradesco), Sr. Edmilson Gomes Martins (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirante do Paranapanema) e a todas as

pessoas do comércio local que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa com suas opiniões e informações.

Ao pessoal do NERA que trabalha muito para contribuir com a ciência geográfica.

Agradecimento especial ao Bernardo, que me orientou com muita qualidade desde a iniciação científica até o momento atual. Agradeço pela sua compreensão, paciência, tolerância, incentivo, enfim, por me ajudar a superar meus desafios. Também agradeço pela contribuição teórico-metodológica, que tentei revelar nas páginas dessa dissertação.

Agradeço aos professores que participaram do meu exame de qualificação, pela contribuição valiosa (Prof. Armando Pereira Antonio e Prof^a Rosângela Aparecida Hespanhol).

Para finalizar, meus agradecimentos especiais a FAPESP, pelo apoio financeiro tão importante para a consecução dessa pesquisa.

ÍNDICE

Índice de Tabelas _____	II
Índice de Gráficos _____	II
Índice de Mapas _____	II
Índice de Figuras _____	II
Índice de Quadros _____	II
Índice de Fotos _____	III
Siglas _____	III
Resumo _____	V
Introdução _____	01
Capítulo 1 – A questão agrária no Brasil _____	04
1 – Fundamentos Teóricos da Questão Agrária _____	04
2 – Uma reflexão conceitual: agricultura camponesa e/ou agricultura familiar? _____	10
3 – A questão agrária no Brasil _____	15
3.1 – As relações capitalistas de produção e a agricultura camponesa _____	15
3.2 – O modelo de desenvolvimento agropecuário instaurado durante o Regime Militar _____	20
3.3 – O processo de “modernização” da agricultura brasileira _____	24
Capítulo 2 – A luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e no Pontal do Paranapanema _____	39
1 – A reforma agrária e a participação das organizações e dos movimentos sociais na luta pela terra _____	43
2 – O MST no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária no país _____	46
3 – A ocupação do Pontal do Paranapanema e a formação histórica do município de Mirante do Paranapanema _____	49
3.1 – O município de Mirante do Paranapanema no contexto regional _____	55
4 – Espacialização e Territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema _____	59
Capítulo 3 – Desenvolvimento rural/local: análise e perspectivas a partir dos impactos socioterritoriais _____	73
1 – Impactos socioterritoriais: questões teóricas de análise _____	73
2 – As dimensões dos impactos socioterritoriais e suas particularidades no município de Mirante do Paranapanema _____	78
2.1 – Dimensão política: do território do latifúndio à territorialização dos assentamentos rurais _____	78
2.2. – As mudanças e necessidades sociais e econômicas resultantes do estágio de implantação/consolidação dos assentamentos rurais _____	83
2.2.1 – Educação _____	87
2.2.2 – Saúde _____	99
2.2.3 – Moradia _____	105
2.2.4 – Cultura _____	107
2.2.5 – Organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais _____	109
2.3 – A relação assentamento-município a partir da perspectiva financeira e comercial _____	117
Considerações finais _____	132
Bibliografia _____	135

SUMÁRIO

Índice _____	I
Índice de Tabelas _____	II
Índice de Gráficos _____	II
Índice de Mapas _____	II
Índice de Figuras _____	II
Índice de Quadros _____	II
Índice de Fotos _____	III
Siglas _____	III
Resumo _____	V
Introdução _____	01
Capítulo 1 – A questão agrária no Brasil _____	04
Capítulo 2 - A luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e no Pontal do Paranapanema _____	39
Capítulo 3 – Desenvolvimento rural/local: análise e perspectivas a partir dos impactos socioterritoriais_	73
Consideração Finais _____	132
Bibliografia _____	135

ÍNDICE DE TABELAS

1 – Brasil – Pessoal ocupado nos estabelecimentos segundo as classes de área – 1970 – 1995/96_____	33
2 – São Paulo - Pessoal ocupado nos estabelecimentos segundo as classes de área – 1970 – 1995/96_____	36
3 – Estrutura Fundiária – Brasil – 1985_____	41
4 – Estrutura Fundiária – Brasil – 1995/96_____	41
5 – Ocupações de terra no Pontal do Paranapanema – 1990 – 2000_____	60
6 – Ocupações de terra no Pontal do Paranapanema por município – 1990 – 2000_____	61
7 – Brasil – Municípios com maior número de ocupações – 1988 – 2000_____	62
8 – Assentamentos rurais – Pontal do Paranapanema – 1984 – 2000_____	65
9 – Assentamentos rurais por município – Pontal do Paranapanema – 1984 – 2000_____	66
10 – Assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema_____	68
11 – Confrontação dos dados da população residente por situação de domicílio – Pontal do Paranapanema – 1991 – 2000_____	71
12 – Estrutura Fundiária do Município de Mirante do Paranapanema._____	79
13 – Tempo que ficou acampado_____	81
14 – Última experiência de trabalho antes de ser assentado_____	85
15 – Grau de escolaridade_____	93
16 – Local de estudo_____	94
17 – Qualidade do ensino_____	95
18 - Transporte dos pacientes até o hospital_____	103
19 – Principais tipos de doenças diagnosticadas nos assentamentos_____	103
20 - Destino dos doentes em caso de emergência_____	120
21– Material utilizado na construção das casas dos assentados_____	106
22– Atividades de lazer nos assentamentos_____	109
23- Importância da COCAMP para os assentados do município de Mirante do Paranapanema_____	115

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1 – Brasil: Número de ocupações de terra: 1988 – 1998_____	35
2 – Brasil: Ocupações de terra – Número de famílias: 1988 – 1998_____	35
3 – Mirante do Paranapanema – SP – População residente segundo a situação domiciliar: 1970 – 2000_____	70
4 – Produção atual dos assentados_____	116

ÍNDICE DE MAPAS

1 – Localização do Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo_____	50
2 – Município de Mirante do Paranapanema – SP – Localização dos Assentamentos_____	69

ÍNDICE DE FIGURAS

1 – Assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – Período: 1984/2000_____	67
2 – Fases do impacto_____	78

ÍNDICE DE QUADRO

1 – Impactos socioterritoriais – dimensões e indicadores_____	74
2 – As 30 atividades mais freqüentes do beneficiário antes de seu assentamento, (Brasil – 1996)_____	86

ÍNDICE DE FOTOS

1 - Crianças da Escola Che Guevara em horário de intervalo _____	92
2 - Escola localizada no assentamento São Bento _____	92
3 - Posto de Saúde - Programa de Saúde da Família _____	101
4 - Casas do assentamento Che Guevara _____	107

SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
CCA's	Centrais Cooperativas Estaduais
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq/PIBIC	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
COAGRI	Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda
COANOL	Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda
COCAMP	Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPA's	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPP/IPESE	Consultoria em Políticas Públicas/Instituto de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos
CPPS	Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPSR	Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAF	Departamento de Assentamento Fundiário
DRF	Departamento de Regularização Fundiária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCN	Fundos Constitucionais do Nordeste
FCO	Fundos Constitucionais do Centro-Oeste
GEBAM	Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GERA	Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GIPAF	Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar

IBAD	Instituto Brasileiro de Ações Democráticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PIN	Programa de Integração Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSF	Programa de Saúde da Família
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIPONTAL	União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

RESUMO

Neste trabalho apresentamos algumas contribuições para a compreensão dos impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema, região do Pontal do Paranapanema - SP. Trabalhamos com três dimensões: 1) dimensão política – destacando o processo de luta pela terra a partir das ocupações; 2) dimensão social - as mudanças e necessidades sociais e econômicas resultantes do estágio de implantação/consolidação dos assentamentos rurais; 3) dimensão econômica - relação assentamento-município a partir da perspectiva comercial e financeira. Também destacamos algumas questões importantes para o entendimento do desenvolvimento da agricultura sob o modo capitalista de produção, dando ênfase às particularidades desse processo no campo brasileiro. Iniciamos essa reflexão a partir dos fundamentos teóricos da questão agrária. Essa discussão é muito importante para a compreensão da diferenciação teórica, conceitual e política existente entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa. Apresentamos a formação, espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, destacando o Pontal do Paranapanema e o município de Mirante do Paranapanema.

Palavras-chaves: luta pela terra, impactos socioterritoriais, assentamentos rurais, reforma agrária.

ABSTRACT

In this work we presented some contributions for understanding the social and territorial impacts of rural establishments in the municipal district of Mirante do Paranapanema, region of Pontal do Paranapanema - Sao Paulo's state. We worked with three dimensions: 1) political dimension - highlighting the fight process for land, starting from the land occupations; 2) social dimension - the changes and social needs and economic resultants of the apprenticeship of implantation/consolidation of rural establishments; 3) economic dimension - relationship establishment-municipal district starting from the commercial and financial perspective. We also focus some important subjects to understanding the agriculture's development under the capitalist way of production, giving emphasis to the particularities of that process in Brazilian's field. We began this reflection starting from the theoretical foundations of agrarian subject. This discussion is very important to understand the theoretical, conceptual and politics differentiation existent between the family agriculture and the peasant agriculture. We presented the composition, spacialization and territorialization of the land's fight and for the agrarian reform in Brazil, highlighting Pontal do Paranapanema and the municipal district of Mirante do Paranapanema.

Key-words: land's fight, social and territorial impacts, rural establishments, agrarian reform.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta um estudo para a compreensão dos impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema, região do Pontal do Paranapanema - SP. Compreendemos os impactos socioterritoriais a partir de três dimensões: **dimensão política** - analisada a partir do processo de luta pela terra (ocupações de terras, mudanças fundiárias decorrentes da territorialização dos assentamentos e a ressocialização sociopolítica e econômica a partir dos assentamentos); **dimensão social** - compreendida por meio das mudanças e necessidades sociais e econômicas resultantes do estágio de implantação/consolidação dos assentamentos rurais e a **dimensão econômica** - compreendida a partir da relação assentamento - município por meio da perspectiva comercial e financeira.

Dessa maneira, entendemos que o conceito de impactos socioterritoriais refere-se a mudanças (sucessivas e simultâneas) provocadas por um fato social que se territorializa e espacializa num determinado lugar, reconfigurando significativamente a dinâmica do mesmo. Isso significa que os impactos são entendidos como mudanças (rupturas) significativas que ocorreram num lugar (no caso, o município de Mirante do Paranapanema) em decorrência da territorialização e espacialização de um fato social (os assentamentos rurais).

A nossa análise começa pelo processo de ocupações de terra, no qual as famílias organizam o espaço de luta e resistência para a conquista da terra. Segundo Fernandes,

A ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. A ocupação é o movimento. Nela fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiram sem essa ação. A ocupação é a condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam a sua história. Não concebê-la é não ser concebido. Com a ocupação, cria-se a condição nova para o enfrentamento. Na realização da ocupação, os sem-terra, sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade de negociação (...)
(Fernandes, 2000, p.45).

A ocupação transforma a paisagem, mobiliza a opinião pública, cria o conflito. É um processo longo, com despejos, reintegração de posse, mudança de local,

negociação entre fazendeiros, sem-terras e Estado. Esse é o **primeiro impacto socioterritorial**.

O **segundo impacto socioterritorial** inicia-se após esse processo de luta, com a conquista da terra, com as novas necessidades que surgem para os assentados. É necessário continuar lutando para permanecer na terra: luta-se por moradia, água, luz, estradas, postos de saúde, escolas, condições eficazes para produzir. Nessa luta constrói-se a relação assentado-assentamento e assentado-município (que muitas vezes ultrapassa essa escala municipal, pois os assentados mantêm relações comerciais, financeiras e pessoais em outras cidades, estados). Por exemplo, na pesquisa constatamos que alguns assentados realizam suas compras na cidade de Teodoro Sampaio ou até mesmo em cidades do Estado do Paraná.

Na relação assentado-assentamento destacamos as melhorias nas condições de vida posterior a conquista do lote e na relação assentamento-município, destacamos a questão comercial e financeira, as reivindicações na prefeitura, a luta por créditos, etc.

Para tanto, nossa reflexão teórica iniciou-se a partir da discussão sobre a questão agrária no Brasil, na finalidade de contextualizar nosso debate. Dessa maneira, no **primeiro capítulo** realizamos uma discussão sobre a questão agrária no Brasil, enfatizando as abordagens teóricas da agricultura; as relações capitalistas de produção e a agricultura camponesa; o modelo de desenvolvimento agropecuário adotado no país e suas repercussões para o campo a partir do processo de “modernização” da agricultura. Também debatemos teoricamente dois importantes conceitos: agricultura camponesa e agricultura familiar. Embora julgado sem relevância para muitos pesquisadores, essa discussão é necessária pelo valor teórico e político implícito nos dois conceitos. Atualmente, o conceito de agricultura familiar ganhou força em detrimento ao de agricultura camponesa, o que resultou numa secundarização do sentido histórico e político do campesinato, que passa a ser compreendido por meio de outras dimensões: integração ao mercado, racionalidade econômica, rentabilidade, aporte tecnológico etc.

Mas, no nosso entender, essa visão do campesinato restringida ao *economicismo* é insuficiente, pois, o que dizer da luta pela terra? Como explicar a existência de milhares de famílias sem-terra lutando por condições de vida melhores, transformando o território e se recriando na resistência? Destacamos dessa forma, a importância de defendermos um conceito, pois a partir dele tentamos explicar a realidade. E a realidade que estudamos nos mostra sujeitos que lutam para sobreviver nesta sociedade. Nosso enfoque

pauta-se na recriação do campesinato reconhecida por meio das ocupações de terras e não pelo mercado (Fernandes e Leal, 2002).

No **segundo capítulo** discutimos a luta pela reforma agrária e a luta pela terra no Brasil, enfocando seu processo de espacialização e territorialização. Posteriormente discutimos a luta pela terra a partir do MST, sua formação no Estado de São Paulo e a sua particularidade no Pontal do Paranapanema. Também apresentamos uma breve análise da formação histórica do município de Mirante do Paranapanema e a importância deste no que se refere a luta pela terra, no contexto regional.

Por fim, no **terceiro capítulo** apresentamos uma discussão específica sobre a temática em estudo. Apontamos algumas considerações teóricas sobre o conceito de impactos socioterritoriais; posteriormente analisamos os impactos socioterritoriais a partir de suas três dimensões: *dimensão política*, *dimensão social* e *dimensão econômica*. Ressaltamos que essas três dimensões foram analisadas parcialmente, no qual destacamos alguns indicadores que subsidiaram a reflexão.

É importante destacar que nesse terceiro capítulo tentamos articular a discussão teórica e conceitual com os dados da pesquisa de campo, realizada tanto nos assentamentos rurais, como na cidade de Mirante do Paranapanema.

Nesse primeiro capítulo, destacamos algumas questões importantes para o entendimento do desenvolvimento da agricultura sob o modo capitalista de produção, dando ênfase às particularidades desse processo no campo brasileiro. Iniciamos essa reflexão a partir dos fundamentos teóricos da questão agrária. Entendemos que essa discussão é muito importante para a compreensão da diferenciação teórica, conceitual e política existente entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa.

1. Os Fundamentos Teóricos da Questão Agrária.

De uma maneira geral, todos os autores que estudam a “questão agrária” concordam que há um processo de intensificação das relações capitalistas de produção na agricultura. Entretanto, há divergências no entendimento desse processo. Essas divergências foram e são construídas historicamente por pensadores vinculados a uma determinada concepção teórica, política e metodológica. Assim, no entendimento da agricultura sob o modo capitalista de produção surgem diversas correntes teóricas. Essas correntes revelam formas distintas de se compreender o campesinato.

Iniciamos com duas abordagens clássicas, que no nosso entender, inspiraram todas as reflexões posteriores. Nesse sentido, consolidaram-se dois grandes eixos de análise do campesinato, sendo que estes estavam centrados em dois autores: Alexander Chayanov e Karl Kautsky.

Chayanov, em sua principal obra *La organización de la unidad económica campesina*, apresentou uma análise da estrutura produtiva da unidade de exploração econômica camponesa, no contexto da Revolução Russa, tendo como base os dados da realidade dos campos russos (recolhidos pelos conselhos rurais - zemstos).

O fundamento teórico do pensamento de Chayanov pauta-se na idéia de se compreender a situação do campesinato e o seu processo de reprodução a partir de sua estruturação interna. Isso significa que o autor reconhece a heterogeneidade do campesinato e entende sua essência a partir da relação de trabalho familiar.

Assim:

(...) Nuestra tarea es el análisis de la organización de la actividad económica de la familia campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligado a emplear parte de su fuerza de trabajo en oficios rurales no agrícolas. (Chayanov, 1974, p. 44)

Dessa forma, Chayanov compreende o camponês como um sujeito histórico que organiza sua propriedade essencialmente com a mão-de-obra da família e com seus próprios meios de produção. A contratação de mão-de-obra suplementar e a vinculação com o mercado são entendidas pelo autor como elementos da reprodução do camponês enquanto sujeito histórico.

Porém, é importante ressaltar que Chayanov não compreendia a organização camponesa como um modo de produção independente, mas ressaltava que apesar das adaptações ao modo de produção dominante, esta guardava em sua essência suas particularidades.

Como já ressaltamos, Chayanov analisa o campesinato a partir da sua estrutura interna e para isso constrói a chamada Teoria Balanço/Consumo. O autor elege a relação de trabalho familiar como a essência da organização camponesa, destacando, por conseguinte, a composição e o tamanho da família na determinação geral das atividades produtivas camponesas. Isso significa que a composição da família e sua dinâmica etária determinariam a equação consumidores/trabalhadores, o que, por sua vez, determinaria o grau e a intensidade do trabalho despendido para a satisfação das necessidades de consumo do conjunto familiar. Porém, às vezes o aumento das necessidades de consumo não se encontra diretamente relacionado ao número de consumidores; ele pode estar ligado a estímulos externos (mercado).

Assim, podemos afirmar que para Chayanov a família camponesa visa unicamente atingir o equilíbrio entre a penosidade de seu trabalho e a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo garantir sua reprodução enquanto sujeito histórico. Sua abordagem valoriza a organização familiar a partir de sua estruturação interna e de sua heterogeneidade. Podemos afirmar que, implicitamente em sua análise, o autor defende que mesmo com a progressiva generalização das relações tipicamente capitalistas de produção o campesinato guardaria em sua estrutura as singularidades que constituem a sua essência. Dessa maneira, Chayanov propõe uma análise do campesinato por dentro do campesinato, negando, conseqüentemente, a teoria clássica marxista.

O segundo paradigma da questão agrária fundamenta-se a partir da obra *A Questão Agrária*, escrita por Karl Kautsky. Este autor, ao contrário de Chayanov, busca compreender os diversos elementos da agricultura sob o modo capitalista de produção a partir da teoria clássica marxista. É importante lembrar que essa obra clássica foi escrita no ápice dos debates da Social Democracia e visava fornecer uma fundamentação teórica para o entendimento do campesinato e de seu papel no processo revolucionário.

Assim, Kautsky buscava elaborar as leis gerais dentro da ótica marxista para o entendimento da agricultura sob o modo capitalista de produção. Sua análise estava centrada na questão da superioridade da grande exploração em relação à pequena exploração territorial, vendo na primeira uma melhor possibilidade da aliança indústria/agricultura. Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo na cidade desestruturou a vida camponesa (devido ao crescimento da indústria e a necessidade de dinheiro), o que acentuou a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração.

Mesmo seguindo a teoria clássica marxista, Kautsky reconhece, a partir de seus estudos, que a pequena exploração não apresentava indícios de desaparecimento em muitos países pesquisados. Porém, o autor afirma que a reprodução do campesinato estava diretamente vinculada ao trabalho acessório (assalariamento) e a auto-exploração da mão-de-obra familiar. A partir disso, notamos que Kautsky não desvincula o campesinato das relações capitalistas de produção, reforçando uma análise pautada na similaridade entre a expansão do capitalismo na indústria e na agricultura.

O campesinato, diretamente vinculado a pequena produção, seria cada vez mais suprimido enquanto classe social, devido a generalização e expansão das grandes empresas capitalistas e a difusão do assalariamento. Além dessa tendência histórica ao desaparecimento, o autor, em alguns momentos de sua obra, acaba depreciando a figura do camponês, classificando-o como um sujeito sem “perspicácia”, “inteligência” e “caráter empreendedor”, sendo o êxodo rural a saída honrosa encontrada pelos mais capazes.

Assim, Kautsky compreende a questão agrária a partir das transformações nas relações de trabalho e de produção motivadas pela industrialização, sendo que a unidade de produção camponesa seria progressivamente substituída pelas empresas capitalistas, restando aos camponeses tornarem-se lavradores autônomos e assalariados. Dessa forma:

(...) a indústria constitui a mola não apenas da sua própria evolução, mas ainda da evolução agrícola. Vimos que foi a manufatura urbana que dissociou, no campo, a indústria e a agricultura, que fez do rural um lavrador puro, um produtor dependente dos caprichos do mercado, que criou a possibilidade de sua proletarianização. (Kautsky, 1980, p. 321)

Para o autor, o desenvolvimento das forças produtivas levou a diferenciação técnica entre a grande e a pequena exploração, o que fortaleceu a aliança agricultura-indústria,

que, por sua vez, reproduziu a separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho, ou seja, o domínio quase que absoluto do assalariamento. Porém, é importante afirmar que o autor não via esse processo como algo homogêneo, ou seja, ressaltava que em alguns lugares a indústria não estaria presente.

Para finalizar essa breve reflexão sobre a obra de Kautsky, podemos destacar que este compreendia o camponês como resquícios de modos de produção pré-capitalistas, cujo crescimento foi favorecido pelas próprias necessidades do capitalismo. A função da pequena exploração acaba sendo a de gerar braços e consumir os produtos da grande propriedade, numa verdadeira relação proletária que obedece aos ditames conjunturais.

A partir dessa breve análise das obras fundamentais de Alexander Chayanov e Karl Kautsky, acreditamos que os dois paradigmas estruturais da “questão agrária” foram revelados, sendo que no primeiro o campesinato é analisado, em sua essência, a partir de sua particularidade histórica e política, destacando seus mecanismos de reprodução enquanto sujeito histórico a partir de sua estruturação interna; já no segundo o camponês é entendido como um sujeito histórico descontextualizado do modo capitalista de produção, que estaria, em sua grande maioria, sendo suprimido em decorrência da generalização das relações tipicamente capitalistas, que se reproduziria na agricultura da mesma forma que na indústria.

Vale ressaltar que esses não foram os únicos pensadores que deixaram contribuições importantes para o estudo da realidade agrária. Basta lembrarmos de V.I.Lênin que, em sua análise, priorizou a questão da desintegração do campesinato. Este autor também utilizou como referencial teórico a fundamentação marxista e afirmava que o camponês estava inteiramente subordinado ao mercado, ou seja, sua existência estava subordinada às contradições próprias de qualquer economia, pois “ *não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros.*” (Lênin, 1985, p. 113).

Assim, essa subordinação ao mercado, segundo o autor, levaria à **desintegração do campesinato**, isto é, a destruição radical do antigo campesinato patriarcal e a criação de novos tipos de população rural. Isso significa que a expansão do modo capitalista de produção produziria na agricultura a divisão estrutural de classes: de um lado os detentores dos meios de produção (a burguesia rural) e de outro os proprietários da força de trabalho (o

proletariado rural). Lênin ainda aponta o campesinato médio, que seria um elo intermediário entre os dois tipos do campesinato. Este seria o grupo menos desenvolvido, que sobrevive contraindo dívidas e procurando rendas suplementares.

Nesse contexto, notamos a similaridade entre o pensamento de Lênin e o de Kautsky, pois ambos entendem o camponês como um sujeito histórico em vias de extinção ou que se reproduziria de forma muito precarizada. Apesar da importância teórica e metodológica desses autores, podemos afirmar que possuem uma visão economicista do campesinato, não ressaltando sua condição, sua resistência e sua particularidade histórica.

Vale ressaltar que Lênin vincula a desintegração do campesinato com a formação do mercado interno no capitalismo, destacando que a teoria da agricultura fundada na organização do trabalho familiar seria um equívoco, pois estas seriam transformadas em unidades mercantis.

A partir desses paradigmas clássicos da questão agrária, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em sua obra *A agricultura camponesa no Brasil*, afirma que existem três correntes teóricas distintas que tratam da agricultura sob o modo capitalista de produção. Segundo o autor, essas diferentes abordagens objetivam entender o sentido e o significado do desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, cujos traços característicos são a industrialização da agricultura e as transformações nas relações de produção.

A primeira seria formada por um conjunto de autores que seguem a teoria clássica marxista e, por conseguinte, defendem a generalização das relações de produção especificamente capitalistas (assalariamento) no interior da produção agropecuária. Este processo, segundo esta abordagem, se daria por dois caminhos:

a) pela destruição do campesinato ou do pequeno produtor familiar de subsistência, por meio de um processo de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista. O camponês ao produzir para o mercado ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (mecanização) e aos baixos preços dos produtos agrícolas (concorrência). A partir desse processo surgiriam duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais (farmerização) e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados;

b) pelo processo de modernização do latifúndio, via introdução, no processo produtivo, de maquinários e insumos modernos, sendo que esses latifúndios evoluiriam para empresas rurais

capitalistas. Nesse contexto, os interesses dos camponeses ricos estariam de acordo com os empresários capitalistas, o que significa que **o modo capitalista de produção implantar-se-ia de forma plena na agricultura, assim como se implantou na indústria.**

Para os autores que compõem essa corrente teórica, a persistência de relações não-capitalistas de produção é entendida como resíduos em vias de extinção, ou seja, o campesinato e os latifundiários estão inevitavelmente condenados ao desaparecimento, não cabendo, pois, entendê-los como classes sociais de dentro do capitalismo, e sim como classes sociais de fora desse modo de produzir.

Ainda segundo Oliveira (1991), a segunda corrente teórica que procura entender o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo vê nos camponeses e latifundiários a evidência da permanência de relações feudais de produção. Assim, há uma dualidade em jogo: um setor urbano-industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semi-feudal, pré-capitalista, atrasado no campo.

Para esses autores, a penetração do capitalismo no campo extingiria o camponês, a partir de três fases distintas:

- a) destruição da chamada “economia natural”, criando o produtor individual, separando o pequeno produtor familiar de subsistência dos vínculos comunitários;
- b) o produtor individual seria forçado a abandonar a indústria doméstica, tornando-se exclusivamente agricultor. A partir desse momento o camponês já se encontra inserido no mercado;
- c) o camponês individual, inserido no mercado, entraria em processo de endividamento, devido ao preço baixo de seus produtos e ao alto preço que paga por produtos industrializados. Ele passa a tomar dinheiro emprestado, não consegue pagar e perde sua propriedade, tornando-se um assalariado, devido a separação dos meios de produção do camponês.

A terceira corrente que trata da agricultura sob o modo capitalista de produção, segundo Oliveira (1991) busca a explicação para a permanência, assim como para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que é entendido como desigual e contraditório, ou seja, o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção.

Isso significa que o campesinato passa a ser visto como uma classe social de dentro do capitalismo. O desenvolvimento contraditório do capitalismo significa que a produção

do capital nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para os autores dessa corrente o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, produz relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Nesse contexto destaca o autor:

A propriedade/posse da terra é básica e fundamental para a existência desta forma de exploração na agricultura. Daí deriva a lógica da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso a terra no Brasil. Esse processo, como se vê, está assentado no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica do retorno à terra, em geral em lugares distantes daqueles primeiros (Oliveira, 1991, p. 50).

É a partir dessa terceira corrente teórica que vamos buscar entender a formação e a territorialização camponesa no Brasil. Porém, antes de detalharmos essa análise da questão agrária no Brasil, vamos, no próximo item, apresentar uma reflexão sobre os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa.

2. Uma reflexão conceitual: agricultura camponesa e/ou agricultura familiar?

Os camponeses devem ser entendidos como sujeitos históricos, que se reproduzem por meio da resistência travada na luta contra o Estado e os fazendeiros-latifundiários. Nesse contexto, é fundamental expressar que embora existam semelhanças entre os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa (todo agricultor camponês é um agricultor familiar), as razões que nos levam a debater essa questão são os processos históricos e políticos que o conceito de agricultura familiar não resgata. Essa reflexão também é importante porque, segundo Fernandes e Leal (2002:2):

(...) diversos trabalhos acadêmicos vêm sendo produzidos, especialmente em Geografia Agrária, ora tratando os conceitos de camponês e de agricultor familiar como iguais ou utilizando um desses conceitos sem a necessária reflexão teórica, de modo que o conceito de camponês aparece com o conteúdo de agricultor familiar ou vice-versa.

Podemos afirmar que o conceito de agricultura familiar, muito utilizado atualmente, fundamenta-se numa visão economicista e mercadológica. Já o conceito de agricultura camponesa visa resgatar o significado histórico do camponês, sua resistência política que se territorializa ao longo dos séculos.

O conceito de agricultura familiar tem como base, mesmo que implicitamente, a tese da desintegração do campesinato. Enquanto os pensadores marxistas clássicos acreditavam na tendência ao desaparecimento do camponês, que se transformaria num lavrador assalariado, os autores que utilizam o conceito de agricultura familiar também suprimem o camponês enquanto ser histórico, já que este não se enquadra no “perfil” do agricultor familiar moderno, que seria um produtor com recursos tecnológicos e inseridos qualificadamente no mercado capitalista.

Assim, no conceito de agricultura familiar prioriza-se a sua inserção na lógica do desenvolvimento do capitalismo e sua participação na produção de alimentos baseada nas políticas criada pelo Estado, não havendo dessa maneira uma intervenção política dos pequenos agricultores. Assim, *o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está integrado ao mercado não é camponês, mas sim agricultor familiar* (Fernandes, 2001, p.29).

Vários são os autores que utilizam e defendem o conceito de agricultura familiar, entre eles podemos destacar Abramovay (1992), Veiga (1991) e Lamarche (1993).

Abramovay (1992) objetiva, em seus estudos, compatibilizar a teoria marxista do problema agrário com os principais fenômenos sociais contemporâneos, particularmente com o domínio das unidades familiares de produção. O autor ainda afirma que não há uma definição do camponês no interior do marxismo.

O autor compreende o camponês a partir da divisão social no interior do capitalismo, afirmando que qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas (capitalistas e proletários), só possuirá uma existência social fugaz, inócua de certa maneira. Dessa forma,

A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à auto-negação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção. (Abramovay, 1990, p. 33).

Assim, Abramovay entende o camponês como um sujeito social descontextualizado, já que as transformações do capitalismo contemporâneo e suas repercussões na agricultura levariam ao empobrecimento absoluto deste. Dessa maneira, o autor entende o camponês como sinônimo de agricultura de baixa renda ou de pequeno produtor, sendo que:

Em última análise, aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos (Abramovay, 1997, p.74).

Abramovay acredita que ao falarmos de produção familiar estamos nos remetendo a natureza fundamentalmente empresarial dos estabelecimentos agrícolas nos países centrais, sua capacidade de inovação técnica e de resposta aos apelos do mercado. Para ele, é necessário ter cuidado ao tentar compreender a realidade contemporânea no capitalismo central, de forma que não haja o equivoco de analisar ambigualmente a noção de unidade familiar de produção, ou seja, a agricultura familiar não pode ser associada a agricultura camponesa, pois isso seria “*desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos*” (Abramovay, 1997, p.74).

Dessa forma, o autor coloca que existe uma distinção conceitual entre estas duas formas fundamentais de produção familiar. Para tanto, faz-se necessário buscar a diferença no ambiente social, econômico e cultural que caracteriza cada uma delas. A própria racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.

Lamarche (1993) também produz uma análise economicista do campesinato, priorizando o conceito de agricultura familiar, que expressaria a racionalidade técnica e econômica resultante da diferenciação do campesinato. Nesse contexto, Fernandes e Leal (2002:3) asseveram que:

Ainda, nessa lógica, aconteceria a transformação do camponês em agricultor familiar, como definida por LAMARCHE, 1993, p. 13-33. Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um *modelo selvagem* (sic) para um *modelo ideal* (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do *projeto da sociedade para os agricultores* (sic), tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência

da transformação do camponês em agricultor familiar. Nessa linha de pensamento, o camponês também seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência. É assim que LAMARCHE explica a exploração e a eliminação dos camponeses, na lógica da diferenciação e da desintegração do campesinato, conceitos tão caros a LÊNIN, 1985 e KAUTSKY, 1986.

A partir dessa breve análise sobre o conceito de agricultura familiar, podemos afirmar que este é limitado, pois não consegue revelar a essência do camponês enquanto um sujeito histórico, que se reproduz enquanto categoria social por meio da luta e da resistência. Ou seja, esse conceito de agricultura familiar não discute a perspectiva de luta contra o capital, como faz os que defendem o conceito de agricultura camponesa, pois:

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da *agricultura familiar* não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra. (Fernandes e Leal, 2002, p.3).

Dessa maneira, a diferença essencial entre os conceitos é política, pois enquanto o conceito de agricultura familiar fundamenta-se na integração ao capital, na inserção ao mercado competitivo e sem a intervenção dos trabalhadores, o conceito de agricultura camponesa articula-se na perspectiva da superação das relações capitalistas, organizando-se, construindo seus projetos e pressionando o Estado contra as desigualdades.

Nesse sentido, Martins é taxativo quando afirma que:

(...) a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade (...) pretende ser a designação de um destino histórico”. (Martins, 1986, p. 23)

A luta camponesa no Brasil tem sido ignorada, principalmente pelos formuladores do conceito de agricultura familiar. A exclusão conceitual e política do camponês são tão marcantes que importantes acontecimentos da história brasileira são relegados a um plano secundário nas análises acadêmicas e partidárias.

Assim, para o entendimento do conceito de agricultura camponesa temos que compreender a formação histórica do campesinato. Conforme José de Souza Martins (1986) são poucos os que sabem que a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a

Guerra do Contestado, que durou de 1912 a 1916 que abrangeu vinte mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil vaqueanos que eram combatentes irregulares. Em 1896-97, a Guerra de Canudos, que durou cerca de um ano, também envolvia metade do Exército e milhares de camponeses. A Revolta de Trombas e Formoso, que por mais de uma década, entre 1950-60, plantou um território livre dominado por camponeses no Estado de Goiás, permanece assunto pouco conhecido.

O campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais da história da agricultura brasileira: a) o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; b) a dominação econômica, social e política do grande proprietário; c) a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres passíveis de serem ocupadas.

A formação do campesinato no Brasil deve ser entendida a partir da etapa concorrencial do capitalismo, já que a grande propriedade, dominante em toda a história, se impôs como modelo socialmente reconhecido, no qual recebeu estímulo social expresso nas políticas públicas, modernizando-se e dessa maneira, garantindo sua reprodução. A história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro da:

(...) criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo. Dessa forma, pode-se compreender a destruição do campesinato pela territorialização do capital, bem como o processo de recriação do campesinato, onde o capital se territorializou. E isso acontece porque o campesinato, no processo de diferenciação, ao ser totalmente expropriado torna-se um assalariado, e ao se capitalizar pode se tornar um capitalista. E no interior desse processo, resistindo, se mantém como camponês, ou ainda nas regiões onde ocorreu a difusão e ou interiorização industrial, torna-se um camponês – assalariado (Fernandes, 2000b).

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses está centrada no esforço para constituir uma propriedade familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo passa pela extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos no território.

A mobilidade é resultante primeiramente da pressão direta da grande propriedade, pois diante da necessidade de escapar da submissão ao latifúndio, a alternativa

possível constituiu-se, ao longo da história do campesinato brasileiro, na migração para o interior do País. Posteriormente, temos a migração para a fronteira que se inscreve na lógica interna da reprodução da agricultura camponesa. A existência de uma fronteira agrícola, no interior do país, foi à condição que permitiu a estes camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, principalmente, pelo fato da existência de terras livres, acessíveis por meio do sistema de posses.

Pierre Monbeig, em seu clássico estudo sobre a zona pioneira em São Paulo, refere-se ao movimento de colonos do café na direção da fronteira paulista. Reconhecendo a importância do pequeno agricultor sitiante neste processo de ocupação do oeste do estado, Monbeig considera que *a maior parte dos pioneiros trabalhou como colonos nas grandes fazendas das velhas regiões* (Monbeig, 1984, p.223).

Assim, podemos afirmar que o conceito de agricultura camponesa resgata o significado político desse sujeito histórico que luta contra as cercas dos latifúndios ao longo dos séculos, que busca na terra e no trabalho da família uma forma de continuar existindo enquanto categoria social. Para entendermos a agricultura camponesa no Brasil, temos que utilizar o referencial de alguns autores que deixaram uma contribuição teórica significativa para a compreensão da agricultura sob o modo capitalista de produção.

3. A questão agrária no Brasil.

3.1. As relações capitalistas de produção e a agricultura camponesa.

As relações de produção são estabelecidas entre os homens no processo de produção social, são, portanto, relações sociais de produção. Elas se estabelecem independentemente da vontade individual de cada membro no processo de produção. Seu nível de desenvolvimento vincula-se ao grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais de produção. As relações de produção são o conjunto de relações estabelecidas entre os homens, numa sociedade determinada, para a produção das condições materiais de sua existência (Oliveira, 1991).

As relações capitalistas de produção resultam da separação da força de trabalho e dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores são livres para venderem sua força de trabalho a quem queira comprar. O capitalismo transforma a desigualdade econômica e social em igualdade jurídica, pois somente pessoas iguais podem estabelecer um contrato. A relação

capitalista, portanto, é uma relação de troca, da qual decorrem seus principais agentes sociais de produção: os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho.

Nesse contexto, a questão agrária brasileira possui dois processos combinados: a expropriação e a exploração. Ou seja, a concentração da propriedade fundiária faz com que os pequenos produtores percam ou deixem a terra, que é o seu principal instrumento de trabalho, em favor dos latifundiários. Esse processo, segundo Martins (1991) é realizado por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, com incentivos financeiros do Estado, estando ocorrendo de diferentes maneiras, no país inteiro.

Na visão deste autor, a expropriação constitui-se como uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, sendo um componente da lógica da reprodução do capital. A separação entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é o primeiro passo para que se instaure o domínio do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação é o que Martins chama de expropriação, ou seja, o trabalhador perde o que lhe próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho, tendo que vender sua força de trabalho ao capitalista, que é quem detém esses instrumentos.

Apesar de considerar o processo progressivo de generalização das relações capitalistas de produção, Martins aponta para a necessidade de se compreender a especificidade da expansão do capitalismo na agricultura, centrada na sujeição da renda da terra ao capital e na contradição terra/capital. Isso significa que a apropriação capitalista da terra (por meio da compra) vai transformá-la em um equivalente de capital, tornando possível à subordinação do trabalho agrícola.

A renda que será paga ao proprietário da terra não nasce na produção, ela somente será transferida ao proprietário no momento da distribuição da mais-valia, considerando que não é na produção que a mais-valia é originada, mas é somente na circulação da mercadoria que ela se realiza. Acrescenta que o capitalista, para concentrar a exploração capitalista, não precisa concentrar a propriedade da terra, basta apenas pagar a renda e alugar parcelas de terras.

No entanto, caso ele imobilize dinheiro na compra de terra, estará comprando o direito de extrair renda da sociedade, renda capitalizada. Por conseguinte, estará deixando a condição de capitalista para se tornar proprietário de terra e capitalista.

Ainda segundo Martins a propriedade da terra é uma contradição do capitalismo, já que ela cobra um tributo do capital, mas não é de forma alguma resquício, uma excrescência. Ela é uma figura de dentro do capitalismo. A condição capitalista da terra está inerente, oculta. Por isso, Martins acredita ser fundamental separar produção do capital e reprodução capitalista do capital. A primeira nunca é produto de relações capitalistas de produção.

Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponesa, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra (...) (Martins, 1986, p. 171).

Assim, o autor utiliza a sujeição da renda da terra ao capital para explicar a lógica das relações camponesas e da propriedade fundiária, demonstrando que a produção camponesa expressa-se enquanto produto e contradição da expansão/desenvolvimento capitalista, destacando que a propriedade da terra no Brasil aliou-se ao capital moderno e acabou perpetuando a presença viva e atuante de estruturas do passado, sendo que as conseqüências diretas desse fato são as relações políticas atrasadas que agem sorratamente, capturando aquelas lutas sociais de profundo caráter transformador.

Com isso, podemos afirmar que a expansão do capitalismo é desigual e contraditória, ou seja, o capital ao se reproduzir reproduz suas contradições: as relações não-capitalistas de produção (Oliveira, 1991). Oliveira ainda ressalta que o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações não-capitalistas.

Dessa forma, não podemos compreender o campesinato, sua reprodução, como um fato social de fora do capitalismo, mas como uma expressão das próprias contradições desse modo de produção.

Oliveira ainda ressalta que o desenvolvimento contraditório do capitalismo ocorre por meio de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho não tipicamente capitalistas (arrendamento de terras) para não terem que investir na contratação de mão-de-obra uma parte do seu capital. Assim:

Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado esse capital poderá numa próxima etapa do processo de produção ser destinado à contratação de

bóias-frias, por exemplo, e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura (Oliveira, 1991, p. 18-19).

Assim, entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o trabalho assalariado não é a única via. Utilizamos um exemplo de Oliveira, acerca de como o capital desenvolve esse processo desigual e contraditório:

Um fazendeiro que desenvolve pecuária de corte – invernada – no oeste do Estado de São Paulo precisa ter sempre em boas condições as pastagens de sua propriedade e manter um conjunto de trabalhadores assalariados para cuidarem do rebanho. Quando as pastagens estiverem desgastadas pelo pastoreio do gado, elas terão que ser refeitas ou, como eles dizem na região: ‘o pasto tem que ser tombado. Para refazer a pastagem o fazendeiro pode deslocar ou contratar trabalhadores assalariados para arar a terra, adubá-la e semear capim, esperá-lo crescer, para depois soltar novamente o gado na área. Nem sempre isso ocorre, muitas vezes, esse fazendeiro, ao invés de destinar uma parte de seu capital para realizar a tarefa de refazer o pasto, arrenda a terra a camponeses sem-terra ou com pouca terra na região, para que eles façam o trabalho por ele. Esse arrendamento pode ser de várias formas, entre elas a de dividir parte da produção obtida no solo durante uma colheita de algodão, amendoim, milho etc. O fazendeiro entra com a terra e por isso recebe metade, ou um terço ou um quarto ou uma porcentagem previamente estipulada da produção obtida. Também, pode cobrar uma quantia em dinheiro pela cessão da terra. No primeiro caso, temos a parceira e no segundo a renda em dinheiro. Em seguida o camponês planta por um ano ou menos ainda, um produto na terra que era ocupada pela pastagem. Após a colheita, ou ele entrega parte da produção ao fazendeiro ou vende a safra e paga em dinheiro a quantia estipulada previamente no contrato de arrendamento. Em seguida semeia o capim na terra e entrega/devolve a área ao fazendeiro, que aguardará apenas o crescimento do capim e terá o pasto reformado, sem que para tal, tenha gasto parte de seu capital (Oliveira, 1991, p. 19).

Este exemplo mostra uma das formas de exploração capitalista. O próprio capitalista pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (parceira, familiar) para produzir o capital. Segundo Fernandes (1996) é diante dessa realidade que os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, por meio das lutas sociais no enfrentamento com o Estado, com os proprietários de terra e capitalistas.

Essa questão teórica é fundamental para entendermos a essência da agricultura camponesa no Brasil, pois a manutenção de relações não-capitalistas de produção, para Oliveira,

ocorre mediante esforços dos trabalhadores para conseguirem um espaço para se reproduzirem. Essa abordagem teórica valoriza a dimensão política do campesinato, isto é, sua resistência e sua particularidade histórica.

Nesse contexto, o autor ressalta que a análise da agricultura camponesa não pode ser a mesma da lógica e dos conceitos componentes na agricultura capitalista, pois quando os camponeses adquirem a terra por meio de compra (quando isso é possível) ou por herança, esta não entra no cálculo econômico para definir os custos da produção.

Outro elemento destacado pelo autor, diz respeito a distinção no movimento de circulação entre a produção camponesa e a produção capitalista. A produção camponesa está centrada na forma simples de circulação das mercadorias ($M - D - M$), onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. Neste ciclo a quantia de dinheiro que se obtém por meio da venda de uma mercadoria, será consumida pela compra de outra mercadoria. Na lógica da produção capitalista, o movimento de circulação visa a acumulação, ($D - M - D$) na sua versão simples e ($D - M - D'$) na sua versão ampliada. Assim, a produção capitalista fundamenta-se em sua reprodução ampliada e a produção camponesa fundamenta-se na sua reprodução enquanto categoria social.

A partir dessa breve reflexão sobre as relações capitalistas de produção e a agricultura camponesa no Brasil, podemos afirmar que, ao se discutir a questão agrária brasileira, devemos associá-la a uma questão política, que nasce com o desenvolvimento do capitalismo. Ela surge em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda da terra ao proprietário representa para a reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura, conforme vimos nas análises de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. No Brasil, a questão agrária surge quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capitalista proprietário da terra. A questão agrária foi surgindo à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

Nesse contexto, o campesinato tem registrado sua luta e resistência ao longo da história, representando as transformações desses sujeitos sociais no campo brasileiro.

Diante desse contexto de luta e resistência vivenciado no campo brasileiro, abordamos a seguir as transformações ocorridas na agricultura brasileira, pontuando o modelo de

desenvolvimento agropecuário instaurado pelos governos militares e o processo de “modernização” da agricultura.

3.2. O modelo de desenvolvimento agropecuário instaurado durante o Regime Militar.

As transformações recentes da agricultura ocorreram num período compreendido entre os anos de 1965 a 1985. Essas redefinições múltiplas que ocorreram a partir desse período estão articuladas com a *instauração de uma política de desenvolvimento agropecuário pelos governos militares* (Fernandes, 1996, p. 29). Essa política de desenvolvimento agropecuário deve ser compreendida a partir da própria intensificação do desenvolvimento do capitalismo no país, baseada na necessidade de constituição de um mercado interno, complexificando, por conseguinte, a divisão social e territorial do trabalho.

Estas transformações recentes da agricultura estão relacionadas com a própria consolidação das relações capitalistas de produção, redefinindo toda a estrutura social e política no campo e, principalmente, tendo repercussões estruturais para os trabalhadores rurais, tanto do ponto de vista de sua condição de vida, como da sua capacidade de organização.

É importante ressaltar que quando falamos em transformações recentes na agricultura, não estamos querendo negligenciar outros fatos fundamentais da “questão agrária” no Brasil, como: a monocultura para exportação e a exploração do trabalho indígena e escravo; o cativo da terra baseado na necessidade de impedir o acesso a terra aos escravos libertos e aos imigrantes europeus que estavam chegando ao país; o complexo cafeeiro, que propiciou uma redefinição da agricultura no país, pois significou a gênese do trabalho livre e, posteriormente, do trabalho assalariado, além de introduzir elementos que consolidaram as condições para o processo de destruição gradual do chamado “complexo rural”, processo este que foi finalizado a partir de 1950, período em que se consolida a “modernização” da agricultura e, posteriormente, impulsiona o processo de industrialização da agricultura e de consolidação dos chamados “complexos agroindustriais”.

Retomando a discussão a respeito do modelo de desenvolvimento agropecuário instaurado durante o regime militar, Fernandes ressalta que:

Com o intuito de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, durante os governos militares pós-64, foram criadas as condições necessárias para o

desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando as grandes empresas, mediante incentivos financeiros, que passaram a se ocupar da agropecuária (Fernandes, 1996, p.32).

O Golpe de 64 objetivava, entre outros fatores, desmobilizar as organizações políticas dos trabalhadores que vinham se consolidando desde os anos 50. Nesse sentido, o Golpe Militar foi uma tentativa de desmobilização dos trabalhadores (que cobravam a implantação de um projeto de reforma agrária) e de direcionamento da agricultura a partir das necessidades relacionadas à consolidação das relações capitalistas no país, regidas pela subordinação ao capital internacional.

É importante lembrar que a política agrária dos governos militares baseou-se em um projeto de reforma agrária que havia sido elaborado antes mesmo da instauração do Golpe de 64. Esse projeto de reforma agrária foi elaborado pelo grupo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)/ IBAD (Instituto Brasileiro de Ações Democráticas). Esse grupo era composto por um complexo político-militar que congregava vários intelectuais: escritores, jornalistas, advogados, etc. (Fernandes, 1996). Esse grupo surgiu e se consolidou enquanto uma contraposição política ao governo Goulart e, principalmente, às ações políticas dos trabalhadores fortalecidas (desde a década de 50) com suas articulações político-partidárias.

Esse projeto de reforma agrária elaborado pelo grupo IPES/IBAD transformou-se, posteriormente, no Estatuto da Terra, que foi um instrumento fundamental para manter a “questão agrária” subjugada ao controle do Estado. O Estatuto da Terra visava, também, desmobilizar e desarticular os trabalhadores e para isso implantou os projetos de colonização, que objetivavam transferir os conflitos sociais, principalmente no Nordeste, e articula-los aos projetos de exploração econômica das áreas pioneiras. Assim, o Estado mostrava aos trabalhadores uma imensidão de terras a serem ocupadas (o que os desmobilizava politicamente) e, ao mesmo tempo, transformava esses trabalhadores em mão-de-obra para as grandes empresas multinacionais que iriam explorar a Amazônia. Nesse contexto:

(...) Para tornar viável a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso a terra para os camponeses, à propriedade familiar, e sim aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Nesta condição o Estatuto revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra. Assim, as desapropriações somente eram realizadas como tentativa de diminuir os conflitos e, durante o período de 1965 até 1981, foram

realizados, em média, oito decretos de desapropriação por ano contra pelo menos setenta conflitos por terra ao ano. O Estatuto da Terra também previa a ocupação das regiões pioneiras para solucionar os problemas sociais de outras regiões. (Fernandes, 1996, p.33).

Assim, o Estatuto da Terra, foi um instrumento da política agrária do regime militar. Um dos elementos dessa política agrária estruturava-se na transformação do “problema da terra” em um “problema militar”. Foi a conhecida época do “integrar para não entregar”, que na verdade traduz-se em uma tentativa evidente de fortalecer a exploração territorial da Amazônia comandada por empresas multinacionais.

Dessa forma, em conformidade com esse objetivo, “as terras sem homens deveriam ser ocupadas pelos homens sem terra”, ou melhor, era necessário resolver os conflitos sociais sem alterar a estrutura fundiária do país e a forma encontrada para equacionar essa questão foi o deslocamento destes trabalhadores para os projetos de colonização, criando, assim, uma mão-de-obra “barata” e permanente para o desenvolvimento dos projetos de exploração mineral a extrativista.

O projeto de reforma agrária do regime militar era revestido de um projeto de colonização, o lema era “colonizar para não reformar”. Para reforçar a reflexão, Fernandes afirma que:

(...) Como o objetivo era colonizar para não reformar, o problema da terra jamais seria resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás desse processo era uma estratégia geopolítica de exploração total dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais. Assim, o envolvimento das Forças Armadas do Estado autoritário garantiram aos grandes grupos econômicos a exploração da Amazônia (Fernandes, 1996, p.34).

Do ponto de vista dos mecanismos e ações desenvolvidas para a execução desse projeto de colonização, o governo militar transformou a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) na SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Em 1969 o governo criou o Gera (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária), que visava *analisar os problemas que impediam o desenvolvimento de medidas de reformulação fundiária* (Fernandes, 1996, p. 35). Em 1970 o governo criou o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e extinguiu o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), criados em 1965 para substituir a SUPRA, fundada pelo governo Goulart. Faz-se necessário ressaltar que

todos estes projetos estavam diretamente articulados ao PIN (Projeto de Integração Nacional), criado também em 1970.

Um outro elemento a ser ressaltado diz respeito ao fato de que estes projetos e programas intensificaram o processo histórico da concentração fundiária no Brasil. Um exemplo foi a criação, em 1971, do Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). Conforme Fernandes:

É a partir dessa mudança na política fundiária que se inicia a instauração dos projetos agropecuários por grandes empresas na Amazônia. No Centro-Sul e Nordeste, desenvolve-se uma rápida industrialização da agricultura. A política de privilegiamento do capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Diante dessa realidade, os conflitos por terra se multiplicaram (Fernandes, 1996, p37).

Ainda no tocante às ações do governo para a implementação de sua política de desenvolvimento agropecuário, em 1980 foram criados o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins) e o GEBAM (Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas), sendo instrumentos para a manutenção da aliança governo militar/empresários.

Nesse sentido, a partir das reflexões e análises descritas, podemos afirmar que os principais fatos relacionados à lógica de instauração de uma política agrária por parte dos governos militares foram os seguintes:

- a) garantiu a apropriação, por grandes grupos empresariais, de significativas extensões de terras, aumentando o número e a extensão dos latifúndios;
- b) financiou as mudanças na base técnica da produção, por meio de incentivos e de crédito subsidiado, seguindo uma diferenciação socioterritorial;
- c) criou mecanismos para a consolidação do processo de modernização da agricultura e para a territorialização do capital no campo, alterando significativamente a situação dos trabalhadores rurais;
- d) garantiu mecanismos para a repressão de diversas formas de luta e resistência da classe trabalhadora.

A partir dessas considerações mais gerais do modelo de desenvolvimento agropecuário consolidado durante o regime militar, direcionamos nosso enfoque para o

entendimento das transformações relacionadas aos processos de “modernização” e industrialização da agricultura brasileira. Este processo também é chamado de “modernização conservadora”, pois fortaleceu somente alguns setores da agricultura, principalmente o dos grandes capitalistas, intensificando o processo de expropriação da relação e da propriedade familiar.

3.3. O processo de “modernização” da agricultura brasileira.

A partir de meados da década de 1960, a dinâmica da agricultura passa a ser determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais. Nesse contexto, a ação do Estado orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matérias-primas, gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor e resultando na reorganização das formas de trabalho das diferentes classes na agricultura, conforme salienta Sorj, 1986.

A capacidade de expansão da produção agrícola brasileira até o final da década de 60 estava diretamente relacionada ao crescimento horizontal, ou seja, por meio da incorporação de novas áreas para a lavoura, utilizando-se das fronteiras próximas aos pólos urbanizados do Centro-Sul. Para se ter uma idéia desse processo, segundo Graziano da Silva:

Entre 1930 e 1950, a área de lavouras aumentou 6.356 mil hectares no Brasil; entre 1950 e 1960 cresceu 9.617 mil hectares e, na década de 60, mais de 5.272 mil hectares de lavouras foram incorporados. O estado do Paraná, que em 1950 participava com 7,1% da área de lavouras do país, aumentou sua participação para 12,0% em 1960 e 13,9% em 1970, contribuindo com 3.360 mil hectares adicionais de lavouras nesse período (o que corresponde a cerca de 23% do aumento total da área de lavouras do país) (Graziano da Silva, 1996, p. 17).

Mesmo com um crescimento circunscrito a incorporação de novas áreas (crescimento horizontal), a agricultura brasileira passava lentamente por algumas transformações, pois já estava em curso um processo de intensificação da diversificação dos produtos (devido principalmente à reestruturação da economia do país após a crise de 1929); a produção agrícola redefinia-se a partir da constituição do mercado interno e o mercado nacional estava em integração. Esses elementos indicam uma incipiente mudança no processo produtivo, bem como

nas relações de trabalho e de produção, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse contexto consolida-se o processo de modernização da agricultura no país, principalmente no período pós-guerra (mais precisamente a partir da década de 50) com o direcionamento e financiamento da ação estatal. O conceito de modernização da agricultura é utilizado *para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produção* (Graziano da Silva, 1996, p. 19).

No que se refere à “modernização” da agricultura, faz-se necessário destacar alguns elementos:

- a) esse processo é datado historicamente, sendo consolidado a partir dos anos 50, no seio da reestruturação da própria estrutura produtiva do país;
- b) o processo de “modernização” deve ser compreendido a partir das próprias transformações inclusas na expansão do capitalismo no Brasil, associado a dinâmica expressa na constituição de um mercado interno, na consolidação do processo de industrialização tendo, fundamentalmente, alterado as relações de trabalho e de produção;
- c) essa transformação na base técnica da produção agrícola deve ser entendida no interior de uma diferenciação social (no sentido de que houve uma diferença na inserção dos agentes sociais nesse processo, segundo as classes de área, por exemplo) e de uma diferenciação territorial (a consolidação da modernização seguiu uma variação segundo os lugares, tendo uma incidência maior principalmente em algumas partes da região Centro-Sul do país).

Um outro elemento a ser ressaltado, diz respeito ao fato de que o processo de transformação na base técnica da produção agrícola estava inteiramente limitado à capacidade de importação de maquinários e insumos, ou seja, ao mesmo tempo em que do ponto de vista da produção a ênfase solidificava-se na dinâmica do mercado interno, no que se refere à modernização da agricultura esta se encontrava delimitada às dificuldades de internalização do D_1 (setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos).

As preocupações governamentais no sentido de potencializar um aumento da produtividade agrícola a partir da utilização de técnicas modernas datam do segundo período

Vargas *quando se reconhece a necessidade de montar uma indústria doméstica de fertilizantes e máquinas agrícolas* (Graziano da Silva, 1996, p. 19). Porém, as condições para a operacionalização de tal proposta eram limitadas, principalmente no que se refere à produção de máquinas. A partir de 1953 iniciou-se uma considerável substituição de importações de fertilizantes (fosfato), mas as importações ainda eram significativas.

No Plano de Metas (período Kubitscheck), tornou-se possível atingir a meta de substituição de importações para os fertilizantes, sendo a produção natural fortalecida. Já no tocante a maquinaria agrícola, o processo de internalização da produção iniciou em meados da década de 50, porém só em meados da década seguinte esse processo estava consolidado.

Faz-se necessário ressaltar que esse processo de “modernização” da agricultura, de transformação na base técnica da produção, expressa, indubitavelmente, uma complexificação do processo produtivo, por meio de uma intensificação das trocas intersetoriais, sendo que a agricultura fica paulatinamente subordinada/integrada às indústrias produtoras de insumos e maquinários, ficando impossível analisa-la como um setor autônomo.

Inicia-se assim, ainda de forma incipiente, uma dinâmica que resultará, posteriormente, na formação dos chamados “Complexos Agroindustriais” (que na verdade só vão estar consolidados na década de 70), pois a agricultura já está subordinada às indústrias fornecedoras, mas como a transformação na base técnica ainda estava limitada à capacidade de importar, ficava dificultado o desenvolvimento das trocas intersetoriais “para frente”, ou seja, da agricultura enquanto fornecedora de matérias-primas para a agroindústria.

A partir da internalização do D_1 , em meados da década de 60, torna-se possível a complexificação plena das trocas intersetoriais, consolidando assim, os Complexos Agroindustriais. A “modernização” da agricultura significou um primeiro momento desse processo.

Pra se ter uma idéia desse processo de transformação da base técnica da produção agrícola no Brasil, apresentamos alguns dados relativos ao aumento do uso de tratores em relação à área total, sendo que:

Na verdade, de todo o período 1940/1980 é na década de 50 que se observa a maior variação relativa da área média por trator: há uma queda de 27.737 hectares para 4.073 hectares por trator, ou seja, um decréscimo relativo de 85%, cifra não atingida em nenhuma outra década. Mas, como já ressaltamos, isto se deveu a um movimento de incentivo às importações de tratores, que se efetuou sobre uma base muito restrita, o que em termos relativos provocou grande

mudança. Pode-se salientar, para contrapor-se a isso, a variação absoluta do número de tratores nas décadas de 60 e 70, já com base na produção interna: 104.525 e 157.243 novas unidades respectivamente, em comparação aos 52.973 tratores incorporados na década de 50 (Graziano da Silva, 1996, p. 20-1).

Outro indicativo fundamental para a compreensão do processo de “modernização” da agricultura brasileira refere-se a elevação do consumo intermediário. Quanto maior o grau de transformação da base técnica da produção agrícola de um país maior será a proporção do consumo intermediário no valor geral da produção. O consumo intermediário diz respeito ao valor de todos os insumos que entram no processo de produção (exceto a força de trabalho). São os gastos com sementes, defensivos, fertilizantes, aluguel de máquinas etc. A elevação desse consumo intermediário também revela a complexificação do processo produtivo, a partir da dependência da agricultura com relação às compras industriais.

Para se ter um referencial da variação do consumo intermediário na agricultura brasileira basta considerar que em 1949 ele representava menos de 15% do valor bruto da produção agropecuária, passando a representar 23,5% em meados da década de 60 e 40% em 1980 (Graziano da Silva, 1996).

A partir da consolidação do processo de “modernização” da agricultura, fundamenta-se no Brasil, a partir de meados da década de 60, um “novo padrão agrícola”, pautado numa integração setorial verticalizada, redefinindo substancialmente o processo de produção (relações de trabalho e de produção). Segundo Graziano da Silva:

Agora a dinâmica da agricultura estará determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais e ação do Estado nesse contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima e gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor (Graziano da Silva, 1996, p. 23).

A síntese desse processo em curso evidencia-se na conformação dos Complexos Agroindustriais (CAI's), que na verdade é uma expressão concreta dos processos de modernização e industrialização da agricultura brasileira. A constituição dos CAI's, com início na década de 70, significou uma complexificação das relações intersetoriais a partir do controle do capital industrial, sendo que a agricultura passou a se fundamentar enquanto um elo de uma cadeia produtiva mais ampla. A consolidação dos CAI's tornou-se possível a partir da

implantação da “indústria para a agricultura”, ou seja, a partir da internalização do departamento fornecedor de máquinas e insumos para a agricultura.

A nova dinâmica da agricultura brasileira fundamenta-se num processo de integração de capitais (fusão do capital industrial, bancário e agrário). Essa fusão de capitais define novos papéis para o Estado, sendo que a necessidade de financiamento para potencializar essa redefinição perpassa pela consolidação de um sistema financeiro e é nesse sentido que se institucionaliza, em 1965, o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Agrícola), criando condições para a consolidação da modernização e industrialização da agricultura, no sentido de permitir a inter-relação da agricultura com os outros setores da economia.

Nesse sentido, o papel do Estado perante esse novo padrão agrícola instaurado a partir de meados da década de 60 no Brasil, pautou-se em permitir (...) *uma regulação estatal visando financiar, patrocinar e administrar a captura das margens de lucro na agricultura, no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir sua autovalorização* (Graziano da Silva, 1996, p.28).

Torna-se importante salientar que quando se fala que a dinâmica dos Complexos Agroindustriais instaura-se no país a partir da década de 70, não significa que mudanças importantes ocorriam na agricultura em décadas anteriores. Basta considerar o processo de modernização da agricultura que data da década de 50.

O importante é compreender que enquanto a transformação da base técnica da produção agrícola estava limitada à capacidade de importação inexistentes as condições concretas para a consolidação da industrialização da agricultura, fato que só ocorre em meados da década de 60 com a internalização do D₁. A constituição dos CAI's já requer uma complexificação do processo de produção a partir da intensificação das trocas intersetoriais baseada na integração de capitais. Essa delimitação conceitual é fundamental, pois é um instrumento que pode revelar a construção histórica de todo esse processo incluso na consolidação de um novo padrão agrícola.

Ainda no tocante a esta discussão teórico-conceitual, notadamente a partir da discussão específica sobre a dinâmica dos Complexos Agroindustriais, segundo Graziano da Silva:

A constituição dos CAI's pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindustriais processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Sua consolidação se dá pelo capital

financeiro, basicamente através do SNCR e das políticas de agroindustrialização específicas instituídas a partir dos chamados fundos de financiamento. (Graziano da Silva, 1996, p.31).

No que se refere ao conceito de industrialização da agricultura, processo consolidado a partir de 1965, Graziano da Silva afirma que:

(...) A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, “reunificação agricultura-indústria” num patamar mais elevado que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D₁ para a agricultura no país.

A industrialização da agricultura supõe, além da existência do D₁ (departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura), a própria agricultura moderna. Pelo aprofundamento da divisão do trabalho a agricultura se converteu num ramo da produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais (Graziano da Silva, 1996, p. 32).

Isso significa que o conteúdo ligado ao processo de industrialização da agricultura expressa alguma mudança no processo de trabalho agrícola, reorganizando o processo de trabalho (controle do processo produtivo, mudanças na rotina e nos procedimentos do trabalho), favorecendo a expansão do assalariamento rural, enfim, o conteúdo desse novo padrão agrícola está relacionado com a reprodução crescente do capital, que se consolida enquanto elemento dominante do capitalismo.

Quando falamos em transformações recentes da agricultura brasileira, não podemos negligenciar algumas mudanças estruturadas a partir, fundamentalmente, da década de 90. Essas mudanças, segundo Graziano da Silva (2001) derrubaram *velhos mitos* da questão agrária brasileira.

Atualmente, os sujeitos sociais que compõe a agricultura brasileira são inúmeros, constituindo um “novo rural”:

(...) composto tanto pelo “agribusiness” como por novos sujeitos sociais: alguns *neo-rurais*, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos, etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão e de loteamentos clandestinos, muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas; e ainda milhões de *sem-sem*, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não tem emprego, não tem casa, não tem saúde, não tem educação e nem mesmo

pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações. (Graziano da Silva, 2001, p.1)

A partir dessa nova realidade, alguns mitos, como já ressaltamos, começam a ruir. O primeiro deles, segundo Graziano da Silva, é o que prega a idéia de que o **rural é sinônimo de atraso**. O autor desestrutura essa afirmação, revelando, a partir de seus estudos, que os fatores que qualificam uma realidade como atrasada (falta de energia elétrica, falta de saneamento básico, enfim, a pobreza de uma maneira geral) não se encontram somente no campo, mas também nas cidades, sendo que:

(...) das 4,3 milhões de famílias pobres residentes em áreas não metropolitanas (pequenas e médias cidades), 70% não tem também rede coletora de esgoto ou fossa séptica, quase 30% não tem água encanada, embora menos de 5% não tenha luz elétrica no domicílio. E um terço delas o chefe de família também pode ser considerado analfabeto. Fica patente apenas a diferença entre rural e urbano no que diz respeito ao acesso à energia elétrica, que é um dos serviços básicos fundamentais hoje sem o quê fica difícil falar em modernidade. E não nos iludamos: o maior acesso das famílias pobres à energia elétrica deve-se aos “gatos” – ligações clandestinas às redes de energia elétrica secundária – o que não é possível na zona rural onde as linhas primárias têm voltagem muito superior. (Graziano da Silva, 2001, p.2)

Esses dados evidenciam que o chamado “atraso”, expressão tão utilizado para definir o camponês, é uma condição do “Brasil Moderno”, que exclui a cada dia milhares de trabalhadores, marginalizando-os e precarizando suas condições de vida. Ou seja, atrasado é o modelo de desenvolvimento gerenciado pelo governo FHC, inclusive sua política agrária tão excludente e mercadológica.

O segundo mito que se suprime no “novo mundo rural brasileiro” é aquele pautado na idéia de que **o rural é predominantemente agrícola**. Graziano da Silva, em seu estudo, demonstra que o emprego agrícola vem decaindo nos últimos anos, que as atividades não-agrícolas estão aumentando no meio rural e que ramos e setores tipicamente urbanos também estão se consolidando no meio rural. Esse é um dado importante para compreendermos essas mudanças mais recentes da agricultura brasileira e a própria relação cidade-campo no contexto da reforma agrária.

O terceiro mito que o autor destaca é aquele centrado na idéia de que o **êxodo rural é inexorável**. A partir de seus estudos, afirma que:

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade: o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. O que explica esse novo cenário é o incremento do emprego não-agrícola no campo. Ao mesmo tempo, aumentou a massa de desempregados, inativos e aposentados que mantém residência rural. Se for verdade que ainda persiste algum êxodo, especialmente na região Sul, ele já não tem força para condicionar esse novo padrão emergente de recuperação das áreas rurais da maioria das regiões do país. (Graziano da Silva, 2001, p.4).

Assim, uma verdade inquestionável, o crescimento progressivo do êxodo rural, começa a se desestruturar a partir do novo cenário da agricultura consolidado a partir dos anos 90.

O autor ainda destaca a queda de mais dois mitos: aquele centrado na idéia de que o **desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural** e aquele pautado na tese de que **a gestão das pequenas e médias propriedades é realizada pelo trabalho familiar**. No que se refere ao desenvolvimento rural, podemos afirmar que o desenvolvimento agrícola pautado numa política agrária neoliberal e mercadológica realmente não vai levar a um desenvolvimento rural, se entendermos este como um conjunto de mudanças na qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

Já no que diz respeito ao segundo ponto, o autor afirma que:

A gestão das pequenas e médias propriedades agropecuárias está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade. Também uma parte cada vez maior das atividades agropecuárias antes realizadas no interior das propriedades estão sendo hoje contratadas externamente através de serviços de terceiros, independentemente do tamanho das explorações. Ou seja, quem dirige os estabelecimentos agropecuários hoje não é mais a família como um todo, e sim um (ou alguns) de seus membros, o que coloca por terra a idéia de uma divisão social do trabalho assentada na disponibilidade de membros da família, distinta de uma divisão do trabalho capitalista. (Graziano da Silva, 2001, p.6).

Entretanto, entendemos que esse processo não é homogêneo, ele segue transformações socioterritoriais que o autor não ressalta em sua análise. A abordagem da derrocada desses “mitos” do rural brasileiro vem no sentido de explicitar algumas transformações que o campo brasileiro experimenta a partir da década de 90.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que as tais transformações recentes da agricultura brasileira, inauguradas com o modelo de desenvolvimento agropecuário instaurado durante o regime militar, acabou intensificando a desigualdade social, econômica, política e territorial. Esse processo faz com que a grande parte dos agricultores enfrente sérias dificuldade para se reproduzir, devido ter este um caráter excludente e concentrador.

A partir desse conjunto de reflexões sobre a questão agrária no Brasil, podemos analisar de forma mais detalhada o processo evolutivo do trabalho familiar ao longo de 25 anos, utilizando os dados do censo agropecuário. Ou seja, objetivamos, com a apresentação desses dados, explicitar as mudanças, em termos de pessoal ocupado e classes de área, que a agricultura brasileira vem passando desde a consolidação da “modernização” da agricultura, que como já afirmamos, resultou num conjunto de modificações na estrutura socioeconômica do campo.

Nesse sentido, no que se refere ao trabalho da agricultura familiar no Brasil, a partir desse contexto temos a seguinte configuração (ver tabela 1).

Tabela 1 – Brasil – Pessoal ocupado nos estabelecimentos segundo as classes de área – 1970 – 1995/96

Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
- de 100	70	12.424.867	15,9	10.824.666	15,9	1.276.288	14,1	323.913	23,8
	75	16.674.184	21,3	14.861.050	21,9	1.527.710	16,9	285.424	21,0
	80	16.584.825	21,1	14.046.950	20,7	2.264.562	25,0	273.313	20,1
	85	18.451.451	23,5	15.952.429	23,4	2.222.203	24,6	276.819	20,3
	95/96	14.244.181	18,2	12.287.307	18,1	1.755.369	19,4	201.505	14,8
Total		78.379.508	100	67.972.402	100	9.046.132	100	1.360.974	100
Diferença	70/95-96	1.819.314	30,2	1.462.641	28,5	479.081	50,7	-122.408	-61,9
	85/95-96	-4.207.270	-69,8	-3.665.122	-71,5	-466.834	-49,3	-75.314	-38,1
Total da diferença		6.026.584	100	5.127.763	100	945.915	100	197.722	100
Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
100 a – de 1000	70	2.430.395	16,1	1.157.804	17,2	1.036.648	13,8	235.943	26,1
	75	2.914.197	19,2	1.397.836	20,7	1.287.157	17,1	229.204	25,4
	80	3.578.828	23,6	1.459.653	21,7	1.927.003	25,7	192.172	21,3
	85	3.651.712	24,1	1.543.918	22,9	1.939.759	25,8	168.035	18,6
	95/96	2.564.831	17,0	1.176.742	17,5	1.310.895	17,6	77.194	8,6
Total		15.139.963	100	6.735.953	100	7.501.462	100	902.548	100
Diferença	70/95-96	134.436	11,0	18.938	4,9	274.247	30,4	-158.749	-63,6
	85/95-96	-1.086.881	-89,0	-367.176	-95,1	-628.864	-69,6	-90.841	-36,4
Total da diferença		1.221.317	100	386.114	100	903.111	100	249.590	100
Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
1000 e +	70	480.778	13,3	87.622	16,0	351.199	12,1	41.957	27,9
	75	586.845	16,3	109.015	19,8	431.251	14,9	46.579	31,0
	80	874.365	24,2	120.876	22,0	726.509	25,0	26.980	18,0
	85	943.573	26,2	128.309	23,4	791.219	27,2	24.045	16,0
	95/96	719.268	20,0	103.184	18,8	605.361	20,8	10.723	7,1
Total		3.604.829	100	549.006	100	2.905.539	100	150.284	100
Diferença	70/95-96	238.490	51,5	15.562	38,2	254.162	57,8	-31.234	-70,1
	85/95-96	-224.305	-48,5	-25.125	-61,8	-185.858	-42,2	-13.322	-29,9
Total da diferença		462.795	100	40.687	100	440.020	100	44.556	100
Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
Total Geral	70	15.336.040	15,8	12.070.092	16,0	2.664.135	13,7	601.813	24,9
	75	20.175.226	20,8	16.367.901	21,7	3.246.118	16,7	561.207	23,3
	80	21.038.018	21,7	15.627.479	20,8	4.918.074	25,3	492.465	20,4
	85	23.046.736	23,7	17.624.656	23,5	4.953.181	25,5	468.899	19,4
	95/96	17.528.280	18,0	13.567.233	18,0	3.671.625	18,8	289.422	12,0
Total		97.124.300	100	75.257.361	100	19.453.133	100	2.413.806	100
Diferença	70/95-96	2.192.240	28,4	1.497.141	27,0	1.007.490	44,0	-312.391	-63,5
	85/95-96	-5.518.456	-71,6	-4.057.423	-73,0	-1.281.556	-56,0	-179.477	-36,5
Total da diferença		7.710.696	100	5.554.564	100	2.289.046	100	491.868	100

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Ao analisarmos as classes de área com menos de 100 hectares, notamos no período de 1970 a 1995/96 que o trabalho familiar no Brasil, apresentou acréscimo de 28,5%, com uma diminuição de -71,5% de 1985 a 1995/96. Mesmo fato é observado em relação ao trabalho assalariado permanente e o trabalho assalariado temporário, no qual ocorreu um acréscimo de 50,7% no período de 1970 a 1995/96 e uma diminuição de -49,3% no período de 1985 a 1995/96 na soma do trabalho assalariado total. Em relação à parceria notamos uma queda

entre ambos os períodos, de 1970 a 1995/96 houve uma queda de -61,9% e de 1985 a 1995/96 uma diminuição de -38,1%.

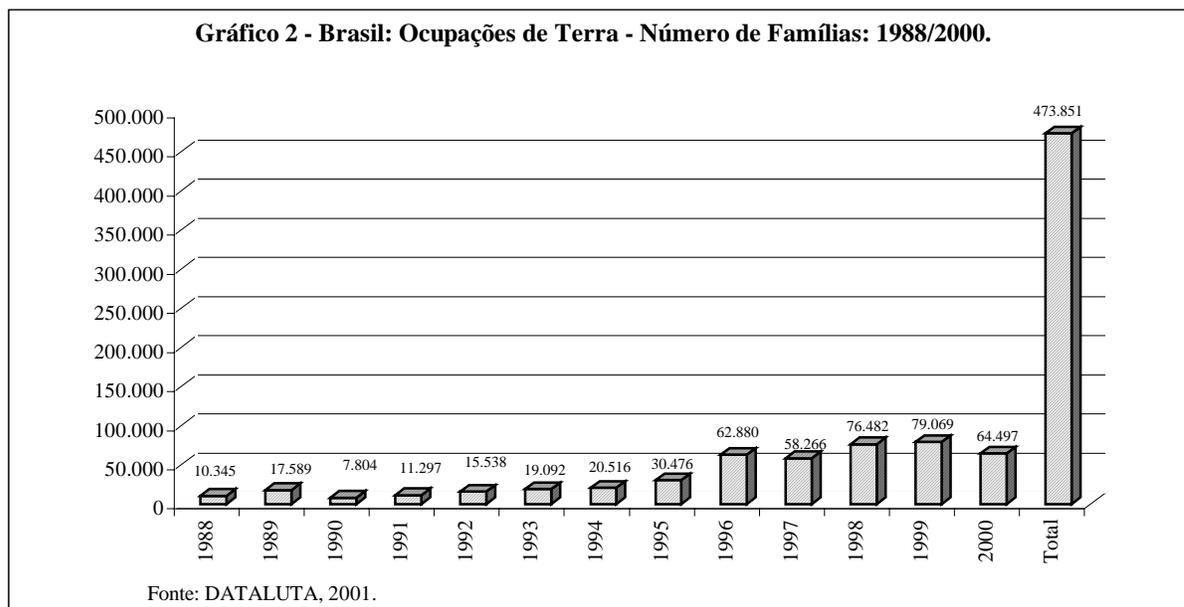
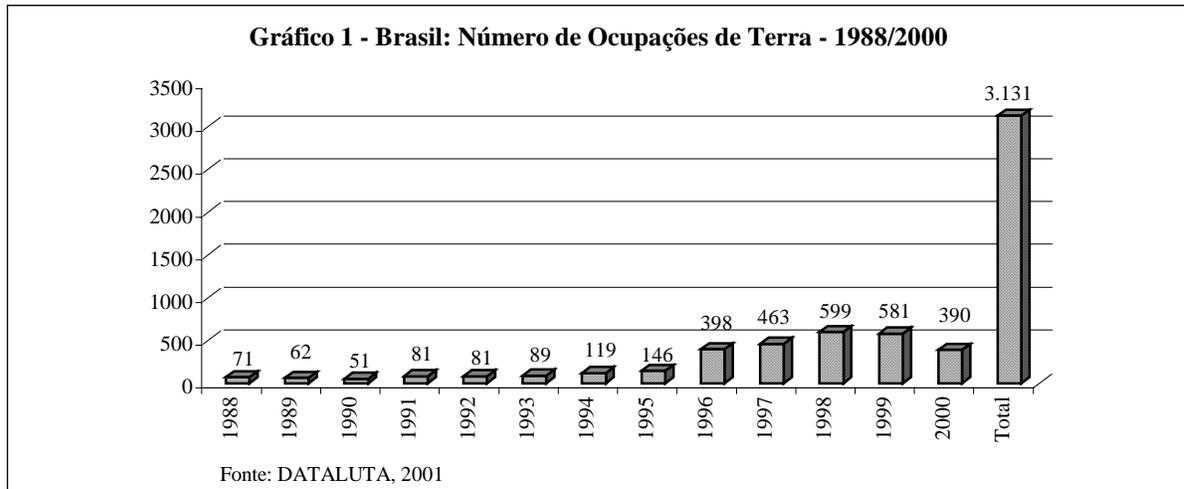
Já nas classes de área de 100 a menos de 1000 hectares, o que se observa é um aumento do trabalho assalariado e uma queda em relação ao trabalho familiar. Dessa maneira, o trabalho assalariado total manteve um acréscimo de 30,4% entre 1970 a 1995/96 com um decréscimo de -69,6% no período de 1985/1995-96. Já no trabalho familiar nesse mesmo período o decréscimo foi maior -95,1%. A parceria manteve o decréscimo nos dois períodos, -63,6% em 1970/1995-96 e -36,4% em 1985/1995-96.

Nas classes de área de 1000 e mais hectares o predomínio é do trabalho assalariado que apresentou decréscimo no período de 1985/95-96 de -42,2%. No período de 1970 a 1995/96 houve um aumento do pessoal ocupado em 57,8%. Com menos representatividade, o trabalho familiar apresentou acréscimo de 38,2 de 1970 a 1995/96 e decréscimo de 1985 a 1995/96 de -61,8%. A parceria manteve o decréscimo como nas outras classes de área, apresentando decréscimo de -71,1% em 1970 a 1995/96 e -29,9% de 1985 a 1995/96.

Dessa maneira, o que se observa é um conjunto de contradições que marcam o processo do desenvolvimento capitalista. Em 1985 Oliveira constatou que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil estava marcado contraditoriamente por esse seguimento desigual que, ao mesmo tempo em que ampliava o trabalho assalariado no campo, ampliava igual e contraditoriamente o domínio do trabalho familiar camponês.

Esse processo contraditório tinha aberto para essas duas formas de produzir no campo espaços distintos de predomínio, o familiar nas pequenas unidades camponesas e o assalariado nas grandes unidades capitalistas. Hoje (como verificamos nos dados censitários) estamos constando o decréscimo das duas formas de trabalho (familiar e assalariado), isto porque a própria conjuntura econômica, política, social do Brasil, propicia que ocorra esse tipo de situação em que as duas formas predominantes de trabalho apresentem decréscimo.

Esse processo de exclusão tem intensificado a luta e a resistência camponesa contra a expropriação e a miséria, inclusive contra o trabalho assalariado. Frente a esses fatos, as ocupações são hoje a principal forma de acesso a terra (ver gráfico 1 e 2), pois por meio dos processos de espacialização e territorialização da luta propiciam a formação dos assentamentos (Fernandes, 1996).



As ocupações de terra ganham força a partir de 1994, conforme se observa no gráfico 1. Desse ano até 2000 ocorreram 2.696 ocupações, representando 84% do período de 1988 a 2000. A participação do número de famílias nesse período também aumentou. De 1994 até 2000 foram 392.186 famílias, representando 82,7% do período de 1988 a 2000. Vale ressaltar, que houve uma queda considerável no número de ocupações e de famílias no ano de 2000. Essa queda é analisada a partir das políticas implantadas pelo governo que inviabilizam o processo. Um exemplo é o Banco da Terra, uma política que favorece a compra da terra por meio do banco. Isso significa uma reforma agrária de mercado. A questão agrária passa a ser resolvida através da oferta de terras, portanto, pela boa vontade dos atuais proprietários. O Estado deixa de ter um

papel central na democratização da propriedade fundiária porque não determina quais as propriedades que deverão ser desapropriadas.

Vejam os a seguir as transformações ocorridas na agricultura paulista (Tabela 2).

Tabela 2 – São Paulo – Pessoal ocupado nos estabelecimentos segundo as classes de área – 1970 – 1995/96.

Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
- de 100	70	992.829	23,7	793.708	26,4	178.677	17,1	20.444	15,7
	75	911.407	21,9	668.687	22,2	205.755	19,7	36.965	28,4
	80	879.177	21,0	589.599	19,6	261.672	25,1	27.906	21,5
	85	851.475	20,3	579.241	19,2	248.141	23,8	24.093	18,5
	95/96	549.249	13,1	379.212	12,6	149.402	14,3	20.635	15,9
Total		4.184.137	100	3.010.447	100	1.043.647	100	130.043	100
Diferença	70/95-96	-443.580	-59,5	-414.496	-67,4	-29.275	-22,9	191	5,2
	85/95-96	-302.226	-40,5	-200.029	-32,6	-98.739	-77,1	-3.458	-94,8
Total da diferença		-745.806	100	-614.525	100	-128.014	100	3.649	100
Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
100 a – de 1000	70	309.994	19,4	75.206	21,8	205.475	17,5	29.313	36,3
	75	341.482	21,3	78.358	22,7	244.557	20,8	18.567	23,0
	80	375.425	23,5	68.233	19,7	291.375	24,8	15.817	19,6
	85	352.534	22,0	68.858	19,9	272.268	23,2	11.408	14,1
	95/96	221.364	13,8	54.916	15,9	160.793	13,7	5.655	7,0
Total		1.600.799	100	345.571	100	1.174.468	100	80.760	100
Diferença	70/95-96	-88.630	-40,3	-20.290	-59,3	-44.682	-28,6	-23.658	-80,4
	85/95-96	-131.170	-59,7	-13.942	-40,7	-111.475	-71,4	-5.753	-19,6
Total da diferença		-219.800	100	-34.232	100	-156.157	100	-29.411	100
Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
1000 e +	70	88.155	16,9	4.286	18,0	79.980	16,3	3.889	60,1
	75	110.782	21,3	5.491	23,1	104.020	21,2	1.271	19,7
	80	116.188	22,4	4.407	18,5	111.206	22,7	575	8,9
	85	135.839	26,0	5.414	22,8	129.896	26,5	529	8,2
	95/96	69.800	13,4	4.169	17,6	65.427	13,3	204	3,1
Total		520.764	100	23.767	100	490.529	100	6.468	100
Diferença	70/95-96	18.355	21,7	-117	-8,6	-14.553	-18,4	-3.685	-91,9
	85/95-96	-66.039	-78,3	-1.245	-91,4	-64.469	-81,6	-325	-8,1
Total da diferença		84.394	100	-1.362	100	-79.022	100	-4.010	100
Classes de área (ha)	Ano	Total	%	Familiar	%	Assalariado Total	%	Parceiro	%
Total Geral	70	1.390.978	22,1	873.200	26,0	464.132	17,1	53.656	24,7
	75	1.363.621	21,6	725.536	21,6	554.332	20,5	56.803	26,1
	80	1.370.790	21,7	662.239	19,8	664.253	24,5	44.298	20,4
	85	1.339.848	21,3	653.513	19,5	650.305	24,0	36.030	16,6
	95/96	840.413	13,3	438.297	13,1	375.622	13,9	26.494	12,2
Total		6.305.650	100	3.352.785	100	2.708.644	100	217.281	100
Diferença	70/95-96	-550.565	-52,4	-434.903	-66,9	-88.510	-24,4	-27.162	-74,0
	85/95-96	-499.435	-47,6	-215.216	-33,1	-274.683	-75,6	-9.536	-26,0
Total da diferença		-1.050.000	100	-650.119	100	-363.193	100	-36.698	100

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

O trabalho familiar na agricultura paulista apresentou decréscimo que se intensificou mais no período de 1985 a 1995/96, ou seja, uma perda de -32,6% do pessoal ocupado nos estabelecimentos com menos de 100 hectares. O trabalho assalariado total e a parceria também apresentaram decréscimo. No primeiro caso, houve perda de -22,9% entre o período de 1970 a 1995/96 e -77,1% no período de 1985 a 1995/96. A parceria apresentou um pequeno aumento de 5,2% no período de 1970 a 1995/96, mas diminuiu de 1985 a 1995/96 em -94,8%.

Nas classes de área de 100 a menos de 1000 hectares, a presença do trabalho assalariado é maior do que a do trabalho familiar, mas ambos apresentam decréscimo. No período de 1970 a 1995/96 o trabalho assalariado apresentou decréscimo de -59,3% e no período de 1985 a 1995/96 houve perda de -40,7% do pessoal ocupado. Já o trabalho assalariado apresentou perda mais significativa no período de 1985 a 1995/96 com -71,4% do pessoal ocupado. De 1970 a 1995/96 a perda foi de -28,6%. A parceria apresentou um decréscimo mais acentuado no período de 1970 a 1995/96, ou seja, -80,4% do pessoal ocupado, de 1985 a 1995/96 a perda foi de -19,6%.

Já nas classes de área de 1000 e mais hectares o predomínio é do trabalho assalariado em detrimento do trabalho familiar. Neste caso, também ocorreu perda do pessoal ocupado em ambos os trabalhos. No trabalho familiar a perda foi de -8,6% no período de 1970 a 1995/96 e de -91,4% no período de 1985 a 1995/96. O trabalho assalariado total apresentou decréscimo de -18,4% no período de 1970 a 1995/96 e -81,6% no período de 1985 a 1995/96. Significativo também foi à perda do pessoal ocupado na parceria, mais acentuado no período de 1970 a 1995/96 -91,9%.

Destaca-se que em 10 anos tanto o trabalho familiar como o trabalho assalariado apresentou intenso decréscimo. Segundo os dados do ITESP e do INCRA, nesse mesmo período foram assentadas 7.169 famílias no Estado de São Paulo. Fernandes (1999) alerta para o seguinte: numa estimativa alta, pelo menos quatro pessoas da família trabalham, ou seja, 28.676 pessoas. Nesse contexto, o autor ressalta que em 10 anos, 200 mil pessoas deixaram de trabalhar na agropecuária e 28 mil passaram a trabalhar, tendo uma diferença de 172 mil pessoas.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1985, no Estado de São Paulo, 53,8% hectares estavam sendo utilizados para agropecuária. Em 1995/96 essa área diminuiu para 46,2%, ou seja, 7,6% hectares deixaram de ser explorados pela agropecuária¹.

Em relação aos números de estabelecimentos temos que em 1985, os estabelecimentos de até 100 hectares representam 56,9%. Em 1995, representavam 43,1%, diminuíram 13,8%. No outro extremo, com os estabelecimentos com mais de 100 hectares temos que em 1985 representavam 44,6% e passaram para 55,4%, ou seja, cresceram 10,8%.

Dessa maneira, o que se observa é a manutenção da grande propriedade acentuando as disparidades da renda. Com a exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a auto-exploração nas propriedades menores, agravando os problemas ambientais, precarizando a qualidade de vida da população trabalhadora do campo, reforçando ainda mais a necessidade de organização dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária, conforme veremos no capítulo 2.

¹ - Segundo Fernandes (2000, p. 264) a comparação entre os censos de 1985 e 1995/96 devem ser relativos, já que o Censo de 1985 foi realizado em ano civil e o Censo de 1995/96 em ano agrícola, não podendo haver comparação por números absolutos.

A partir das reflexões apresentadas no capítulo anterior, direcionamos nossa análise para a formação, espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Também apresentamos a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a sua especificidade no município de Mirante do Paranapanema.

Quando falamos em “questão agrária brasileira” estamos nos remetendo as contradições geradas a partir da concentração da propriedade da terra no país, que resultou na expropriação de milhões de camponeses. Com a expropriação, surge, também, a resistência dos trabalhadores. É nesse processo histórico que ocorre a formação camponesa no Brasil, ou seja, desde a resistência negra e indígena a escravidão até as ocupações dos trabalhadores sem-terra o camponês busca resistir e se reproduzir enquanto sujeito social.

Podemos afirmar que, principalmente nos últimos 50 anos, a questão fundiária vem ganhando espaço na cena política brasileira, estimulada pelas ações dos trabalhadores do campo organizados em torno da reivindicação por acesso a terra. A partir de 1950 a organização dos trabalhadores ganha o terreno das instituições (Igreja e Partidos Políticos). Nas décadas de 50 e 60 do século passado, a organização política dos trabalhadores nas “*associações de lavradores*” e nas “*Ligas Camponesas*”, colocaram o tema da reforma agrária na ordem do dia.

Antes de avançarmos é importante afirmar que existe uma diferença entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária, pois enquanto a luta pela terra resulta da negação ao latifúndio e a concentração fundiária, a reforma agrária ganha ênfase nos anos 50, principalmente com a organização dos trabalhadores nas Ligas Camponesas.

Nesse sentido, Fernandes afirma que:

Durante séculos os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de reforma agrária (...). Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da reforma agrária, é fundamentalmente porque a primeira acontece independente da segunda. Todavia, as duas são interativas (...). Para se ter a exata dimensão do assunto em pauta, a reforma agrária no Brasil apresenta-se como projeto pela primeira vez, através do Estatuto da Terra, atributo esse do governo militar e que jamais foi implantado (1999, p. 1-2).

Na década de 70, a luta pela terra e pela reforma agrária continua viva no seio das entidades de representação de trabalhadores, devido a importância que ela assumiu no corpo de propostas que o sindicalismo rural, em fase de reestruturação, elaborava. Nos anos 80 e 90, os

acampamentos e as ocupações de terra demonstram a força dos trabalhadores e sua capacidade organizativa, dando-lhe novamente visibilidade e colocando-a no centro dos debates políticos.

Assim, a debate sobre a reforma agrária, que foi um tema proibido nos anos 50, pois era considerado como um dos símbolos da “revolução social” e do “perigo comunista”, ganhou, nos anos 80, novos significados, articulando-se com temas como preservação ambiental, criação de empregos, segurança alimentar, ampliação da cidadania, etc.

Discutir sobre a luta pela terra e pela reforma agrária pressupõe, necessariamente, considerar a estrutura fundiária do país. Na história brasileira, a questão fundiária, como aponta Martins (1995), está diretamente vinculada à organização política do país e nos pactos de poder. Ou seja, a concentração fundiária está intimamente relacionada a determinadas formas de exercício de poder, ao culto ao direito de propriedade sem limites e, portanto, à exclusão social. A concentração fundiária inicia-se com a invasão portuguesa, ganha forças com a Lei de Terras e consolida-se no regime militar. Isso significa que não se apostou numa política de reforma agrária no Brasil. Mas se a reforma agrária não se realizou enquanto política pública, os trabalhadores buscam conquista-la por meio da resistência e da sua organização política.

Na verdade, a luta pela terra e pela reforma agrária é uma luta contra o latifúndio, contra um poder político que se perpetua no Brasil há 500 anos. Desde os quilombolas, que buscam o território livre, passando pelos seguidores de Antonio Conselheiro, que também lutavam por um território camponês liberto, até os dias atuais, no qual os trabalhadores sem-terra ocupam os latifúndios e territorializam os assentamentos, os camponeses procuram, pela resistência, seu espaço, seu território, negando o latifúndio, a expropriação e a exclusão. Os dados referentes a estrutura fundiária no Brasil, mostram o nível de concentração de terras do país, como podemos observar nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Estrutura Fundiária – Brasil – 1985.

Grupos de Áreas	N.º de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
- de 10	3.064.822	52.82	9.986.636	2.66
10 a – de 50	1.722.510	29.69	39.424.882	10.51
50 a – de 100	437.380	7.53	30.140.278	8.04
100 a – de 200	283.004	4.88	37.402.696	9.98
200 a – de 500	174.758	3.01	53.071.677	14.16
500 a – de 1000	59.669	1.03	40.958.296	10.92
1000 a – de 2000	29.060	0.5	39.642.491	10.57
2000 a – de 5000	15.688	0.3	46.023.655	12.27
5000 a – de 10.000	3.538	0.06	23.959.751	6.39
10.000 a – de 100.000	2.066	0.03	42.241.725	11.26
100.000 e +	59	0.001	12.072.839	3.23
Total	5.801.809	99.99	374.924.929	99.99

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1985.

Tabela 4 – Estrutura Fundiária – Brasil – 1995/96

Grupos de Áreas	N.º de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
- de 10	2.402.374	49.66	7.882.194	2.23
10 a – de 50	1.516.112	31.35	35.237.833	9.97
50 a – de 100	400.375	8.28	27.455.753	7.76
100 a – de 200	246.314	5.09	32.919.190	9.31
200 a – de 500	165.243	3.42	50.436.030	14.26
500 a – de 1000	58.407	1.21	40.186.297	11.36
1000 a – de 2000	28.504	0.6	38.995.636	11.02
2000 a – de 5000	14.982	0.3	44.178.250	12.49
5000 a – de 10.000	3.688	0.08	24.997.369	7.07
10.000 a – de 100.000	2.147	0.04	43.031.313	12.17
100.000 e +	37	0.0007	8.291.381	2.35
Total	4.838.183	99.99	353.611.246	99.99

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1995/96.

Conforme as tabelas acima, podemos observar que, mesmo com a ação contínua dos trabalhadores e com a política de assentamentos do governo federal, a estrutura fundiária do Brasil ainda não foi alterada. Obviamente que a política de assentamentos está muito distante de um projeto de reforma agrária. A política de assentamentos realizada pelo governo federal, segundo Carvalho Filho, deve:

(...) objetivar a neutralização dos movimentos sociais para controlar o conflito e, quando muito, compensar em parte os efeitos da chamada modernização, efeitos esses considerados inexoráveis, tudo isso, com o menor custo possível e de acordo com as imposições aceitas pelo País, conseqüentes de acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional, quando da recente crise do Real.

(...) É politicamente muito relevante, que a bandeira política da reforma agrária esteja nas mãos do poder, mostrando que está fazendo o possível, mas que de fato, nada altera na estrutura agrária e nos mecanismos de exclusão social (Carvalho Filho, J.J., 2001, p.195).

Assim, o conceito de reforma agrária pressupõe uma reconstrução fundiária e uma mudança política significativa. Após esse esclarecimento, voltamos aos dados apresentados nas tabelas 2 e 3.

Considerando a participação relativa por grupos de áreas, observamos que os estabelecimentos de menos de 100 ha representavam, em termos de área, 21,21% do total dos estabelecimentos em 1985. Essa participação dos estabelecimentos com menos de 100 ha diminuiu para 19,96% em 1995/96. Já os estabelecimentos com áreas de mais de 1.000 ha representavam 43,72% do total de estabelecimentos em 1985, aumentando essa representação para 45,10%, em 1995/96.

No Brasil, a partir das relações de poder geradas com a concentração da propriedade da terra, os direitos dos trabalhadores do campo foram sempre vistos como extensão dos direitos dos fazendeiros, como concessão, consolidando a *cultura da dívida* como um dos mais fortes traços da cultura política brasileira.

No entanto, não podemos desconsiderar as contradições inerentes ao processo de constituição dos trabalhadores do campo, sendo estas reveladas com os diferentes conflitos que permeiam a história brasileira e como a precocidade da emergência de aparatos legais e institucionais para regular as relações de trabalho visando garantir a absorção e seleção pelo Estado de demandas não passíveis de resolução na esfera privada.

Assim, por exemplo, já no final do século XIX, os contratos de trabalho na cafeicultura ganharam uma certa formalização. Ainda nesse período, as recorrentes queixas dos “*colonos*” a seus consulados, as pressões internacionais, as ameaças de suspensão da imigração, evidenciam a existência de regras e instituições que se estabeleceram para regulação dos conflitos no estado de São Paulo, principal centro produtor de café. É o caso da criação do Patronato Agrícola e da instituição da caderneta agrícola, já no início do século XX. (Medeiros, 1997).

Em que pesem algumas normas destinadas a reger contratos de trabalho, em especial na cafeicultura, a luta pela terra permaneceu como questão tratada no âmbito privado, com frentes de expansão caminhando sobre áreas muitas vezes já ocupadas por “*posseiros*” que viviam à margem da agricultura de exportação. A história dos mecanismos de apropriação da terra pelas lavouras de exportação ainda está por ser feita, mas todos os indícios existentes vão no sentido de explicitar um violento processo de expropriação, na maior parte dos casos mediada pela ação de jagunços e milícias privadas.

1. A reforma agrária e a participação das organizações e dos movimentos sociais na luta pela terra.

A palavra de ordem “reforma agrária”, principalmente após a redemocratização do país, em 1945, se configurou como sintetizadora de diversas reivindicações embutidas em diferentes formas de tensões sociais existentes no campo.

Já em 1954 foi lançada, pelos comunistas, uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária¹. Estes tiveram uma participação importante no debate sobre a reforma agrária, atuando politicamente no conhecimento das condições de trabalho e na organização dos trabalhadores rurais, com o objetivo de dar consistência social à fórmula da *revolução democrático-burguesa* que compunha suas diretrizes programáticas.

Nesse momento, a reforma agrária era entendida como uma política de distribuição de terras (por meio do confisco/desapropriação do latifúndio), englobando também medidas parciais de regulamentação do arrendamento e da parceria, a extensão da legislação trabalhista ao campo, a proibição de despejos, a garantia de preços mínimos, o crédito, etc., (Medeiros, 1997).

Com o florescimento do debate sobre a necessidade de uma reforma agrária, começaram a se estruturar as primeiras organizações de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a classe latifundiária também começou a se organizar (utilizando-se da repressão, com perseguições e assassinatos de lideranças e trabalhadores), fortalecendo suas entidades de representação já existentes (Blocos Ruralistas) e criando outras, como é o caso da Confederação Rural Brasileira. Dessa maneira, nos anos 50 e 60, não só o debate sobre a extensão da legislação trabalhista ao campo e sobre o direito de organização ocorreu num ritmo extremamente lento, como dezenas de projetos de reforma agrária foram sucessivamente refreadas no Congresso Nacional. (Medeiros, 1997).

A organização sociopolítica dos trabalhadores rurais ganhou força no final dos anos 70 e no início da década de 80. Diversas foram as formas de luta e os sujeitos sociais envolvidos nessas lutas. Para se ter uma idéia, nessa época podemos destacar os acampamentos e

¹ - Essa campanha, conforme salienta Medeiros, 1997, era apresentada como condição básica para o progresso da economia nacional e medida de justiça social. Dessa forma, a reforma agrária não aparecia como uma questão do meio rural, mas sim como um tema para a sociedade brasileira. Embora a campanha não tivesse obtido o sucesso desejado, ela representou papel importante na difusão pelo Brasil afora das questões referentes aos conflitos fundiários, estimulando a emergência de associações e uniões de lavradores, em diferentes regiões.

as ocupações de terra (elementos fundamentais para a consolidação do MST) localizados, especialmente nos estados da Região Sul; as lutas dos seringueiros na região Norte do país; o aparecimento dos movimentos reivindicatórios compostos de atingidos por barragens. Essas formas diferentes de luta e resistência demonstram o potencial contestatório e a força política significativa dos conflitos no campo (Fernandes, 1996).

A existência desses conflitos também demonstrou que a questão fundiária, longe de ter sido superada pela “modernização”, foi recolocada em novas bases sociais, políticas e territoriais a partir dos anos 70. O modelo de desenvolvimento agropecuário consolidado durante o regime militar, como já ressaltamos no capítulo anterior, priorizou o incentivo às grandes empresas capitalistas, acelerando a expropriação e a exclusão dos trabalhadores do campo. Os próprios projetos de colonização mostraram a incapacidade política do governo federal em atenuar os conflitos fundiários.

Assim, podemos afirmar que a partir da década de 50 a luta pela terra e pela reforma agrária inicia seu processo de consolidação com a atuação das Ligas Camponesas, do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Já na década de 60 estrutura-se o processo de sindicalização rural, institucionalizando a organização dos trabalhadores na atuação dos sindicatos, das federações e das confederações, sendo o resultado desse processo a constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (CONTAG).

Esse conjunto de organizações políticas e de lutas sociais recolocou o tema da reforma agrária no centro dos debates políticos nacionais. O governo da Nova República não só criou um Ministério voltado para a questão agrária (o MIRAD), como trouxe para o INCRA conhecidos defensores e tradicionais aliados dos trabalhadores do campo.

No entanto, o anúncio de um Plano Nacional de Reforma Agrária foi suficiente para despertar uma forte reação e rapidamente provocar um reordenamento nas próprias entidades de representação da agricultura capitalista. Nesse contexto, desautorizando a entidade de representação corporativa oficial (a Confederação Nacional da Agricultura), surge a UDR, arregimentando forças políticas opositoras a campanha reformista e difundindo a violência contra os trabalhadores.

O período compreendido entre 1985 e 1988 foi marcado por uma acirrada disputa política entre os sujeitos sociais envolvidos na questão da reforma agrária, culminando com a derrota do projeto reformista. Essa derrota institucional pode ser percebida em dois momentos: primeiramente com a aprovação do PNRA em 1986, pois o seu perfil apresentava uma pálida imagem dos intentos reformistas contidos na versão original; posteriormente com a Constituinte, onde, apesar da simpatia que o tema despertava e da mobilização dos trabalhadores rurais, a proposta reformista tornou-se limitada à desapropriação de terras improdutivas. O resultado mais imediato desse processo foi que de 1988 a 1993, quando foi aprovada a regulamentação da lei agrária, as desapropriações não puderam ser realizadas por falta de mecanismos legais (Medeiros, 1997).

Mesmo com essas adversidades a resistência dos trabalhadores continuou a ser construída por diversas entidades organizativas. A partir das contradições geradas com a “modernização” da agricultura e da intensificação da repressão política e institucional das entidades latifundiárias, inicia-se a gestação do principal movimento social de luta pela terra do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Num breve espaço de tempo, o MST territorializou-se por todo o país e as ocupações passaram a se consolidar como uma marca política da resistência desses trabalhadores². Com a espacialização e territorialização da luta surgem os assentamentos (principalmente por meio das ocupações). Estes assentamentos conseguiram produzir mudanças qualitativas nas formas de se pensar as possibilidades de uma reforma agrária. Este é o enfoque principal de nossa pesquisa, ou seja, apresentar os impactos socioterritoriais trazidos pelos assentamentos em suas diferentes manifestações (sociais, políticas, econômicas, etc.).

No próximo item detalhamos um pouco mais a participação do MST no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

² - Mais detalhes sobre a territorialização do MST ver: FERNANDES, Bernardo Maçano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

2. O MST no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária no país.

A gênese do MST está diretamente relacionada a um conjunto de lutas sociais desenvolvidas por uma diversidade de sujeitos sociais: meeiros, parceiros, filhos de pequenos agricultores, arrendatários, pequenos proprietários, posseiros, assalariados rurais e urbanos etc. Essas lutas, inicialmente, estavam localizadas mais precisamente na região Centro-Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul).

A partir de 1979³, essas lutas até então isoladas, começaram a produzir uma unidade organizativa dos trabalhadores sem-terra frente à expropriação e exclusão resultantes do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no país, que alteraram significativamente as relações de trabalho e de produção, aumentando progressivamente a miséria e o desemprego no campo e também na cidade. É nesse contexto que surge o MST, que passa a representar esse conflito, via luta pela terra.

Tendo como referência a obra de Stédile e Fernandes (1999), podemos afirmar que tivemos três condições concretas fundamentais para o surgimento e consolidação do MST no Brasil.

A primeira condição está relacionada às transformações recentes da agricultura brasileira e, mais especificamente, aos processos de “modernização” e industrialização (conforme trabalhamos no capítulo 1). Essas transformações alteraram profundamente toda a estrutura socioeconômica e política do campo brasileiro, pois produziram o aumento progressivo do assalariamento, agravando ainda mais a situação de toda a agricultura familiar (pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc.), que continuaram excluídos da política agrícola. Dessa maneira, expropriados e expulsos da terra, restou a esses trabalhadores migrarem para as cidades ou para as áreas de fronteira agrícola.

Nesse contexto, uma parte desses trabalhadores expropriados migrou para as regiões de fronteira agrícola (Rondônia, Pará e Mato Grosso), motivada pela “propaganda” dos projetos de colonização consolidados durante o governo militar. Mas como já ressaltamos, o objetivo do governo militar era *colonizar para não reformar*, ou seja, o verdadeiro objetivo com esses projetos era resolver alguns conflitos locais, principalmente no Nordeste e, ainda, oferecer

³ - Esse marco, o ano de 1979, está relacionado com a ocupação da Fazenda Macali, no município de Ronda Alta/RS, por 110 famílias de agricultores sem-terra, no dia 07 de setembro de 1979. Essa ocupação foi vitoriosa, fazendo parte das lutas de resistência que contribuíram, posteriormente, para a formação do MST no Brasil.

mão-de-obra para as empresas multinacionais que passaram a explorar a Amazônia (Stédile e Fernandes, 1999).

Uma outra parte desses trabalhadores que foram expropriados foi deslocada para os centros urbanos, já que na década de 70 ocorre o auge do processo de urbanização e industrialização do país. Esses trabalhadores foram importantes, nesse momento, para constituir o chamado “exército industrial de reserva” e compor as peças da engrenagem capitalista.

Porém, esses trabalhadores que foram expropriados com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e que migraram para as cidades e/ou para as áreas de fronteiras agrícolas, começaram a encontrar dificuldades de sobrevivência, pois os projetos de colonização se revelaram como uma grande falácia e nas cidades estes trabalhadores, devido a crescente exclusão social inerente ao capitalismo, ficaram jogados na marginalização.

É nesse contexto que inicia a organização desses expropriados e dessa resistência é que surge, na região Centro-Sul do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Então esse é o primeiro condicionante para entendermos a gênese do MST. Podemos dizer que essa condição concreta está mais ligada a base econômica da sociedade, ou seja, à crescente expropriação e exclusão dos trabalhadores do campo frente às transformações na agricultura brasileira consolidadas a partir da década de 70.

A segunda condição concreta que nos ajuda entender a gênese do MST no Brasil está ligada ao trabalho político e organizativo da CPT⁴ – iniciada, em 1975, no Centro-Oeste - e da Igreja Luterana⁵. Essas entidades realizaram um importante trabalho de formação política, tendo como base os princípios religiosos.

Nesse sentido, tanto a Igreja Católica, como a Igreja Luterana, contribuíram para a organização política dos trabalhadores que, posteriormente, resultou na constituição do MST. Essas instituições cediam seus espaços para a realização de reuniões dos trabalhadores, participavam de manifestações e ainda contribuíram para o próprio debate em torno da

⁴ - Organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à CNBB. A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia (GO). Sua referência doutrinária é a Teologia da Libertação e apesar de sua gênese ser no Norte e Centro-Oeste do país, atualmente seu trabalho estende-se, praticamente, por todo o Brasil (Stédile & Fernandes, 1999).

⁵ - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Desenvolve um trabalho pastoral com os camponeses do Sul e Centro Oeste do país, especialmente com os de ascendência alemã, por meio da Pastoral Popular Luterana (Stédile e Fernandes, 1999).

necessidade de uma reforma agrária. No caso da Igreja Católica, esse debate sobre a reforma agrária era vinculado com os princípios da Teologia da Libertação⁶.

Essa segunda condição concreta está mais relacionada a dimensão política e organizativa. Mas é importante salientar que ela não está dissociada da condição anterior.

A terceira condição concreta que motivou o surgimento do MST, diz respeito ao momento de democratização do país na década de 70, com o ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979. Assim, a contexto político da época foi favorável para a consolidação e legitimação de um Movimento Social vinculado às classes populares.

A partir desse conjunto de elementos, o MST surge, oficialmente, em 1984, com a realização do I Encontro Nacional, em Cascavel/PR, que contou com a participação de 80 representantes de 13 estados brasileiros. Em janeiro de 1985 ocorreu o seu I Congresso Nacional, em Curitiba-PR, formalizando seus princípios e consolidando sua atuação política no cenário nacional.

No I Encontro Nacional do MST, foram elaborados seus objetivos gerais, sendo estes os seguintes:

(...) que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina (Fernandes, 1996, p.79).

Esses objetivos mencionados acima mostram o conteúdo político do MST. O MST se consolida no cenário nacional entre 1985-1990, territorializando-se pelos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entre 1990-1999 o MST continua seu processo de territorialização, desencadeando a conquista de assentamentos nos estados do Pará, Distrito Federal e Mato Grosso.

⁶ - Corrente pastoral das igrejas cristãs que congrega agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Aproveitou dos ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II e, ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade e de atuação política desenvolvida pelo marxismo (Stédile e Fernandes, 1999).

Resumidamente, o MST pode ser definido como o principal mediador da luta pela terra e pela reforma agrária no país. Sua atuação política tem como base as ocupações de terras, que objetivam explicitar o conflito com as cercas do latifúndio. Outra característica importante do MST é sua forma organizativa, pois ele consegue articular os assentamentos com um projeto político nacional. Isso significa que:

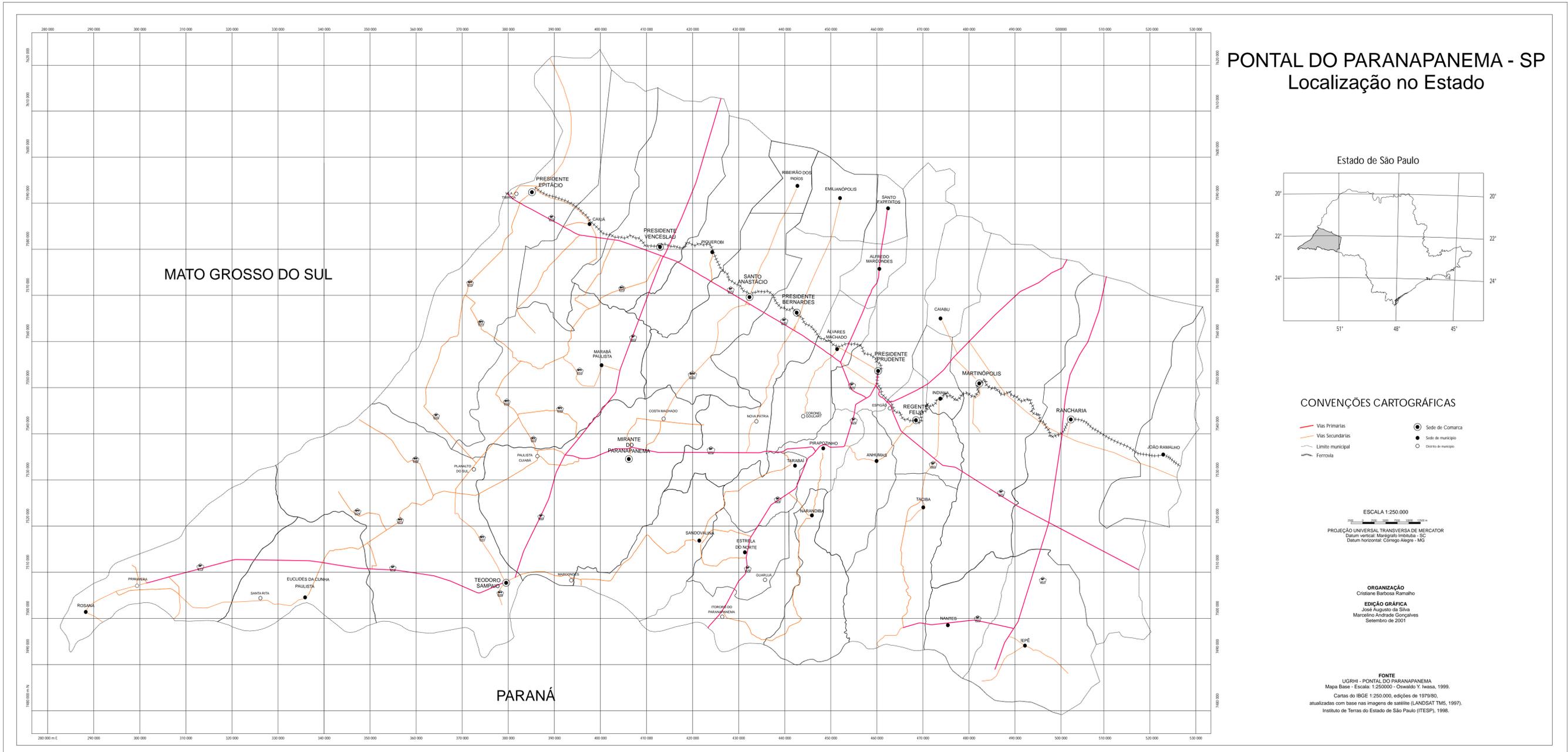
O MST apresenta sua capacidade de articulação a partir de uma rede estratégica de ação e no redimensionamento da luta política, apresentando constantemente propostas e projetos de organização territorial além da conquista da terra, sendo que as experiências das escolas nos assentamentos, a continuidade das ocupações, o trabalho de comunicação (jornal, rádio etc.), a cooperação agrícola etc., são elementos que possibilitam a consolidação de uma rede organizativa de gestão dos assentamentos e fortalecimento político do próprio Movimento. Esse fortalecimento político do MST, a partir desse redimensionamento constante da luta, está diretamente relacionado com a questão da reforma agrária, que assume uma relevância cada vez mais acentuada no cenário político brasileiro, principalmente a partir das duas últimas décadas. (Ribas, 2002, p. 115-116).

A partir dessa discussão sobre a luta pela terra e pela reforma agrária no cenário nacional, apresentamos no próximo item uma análise de uma das regiões de maior destaque no Sudeste do Brasil com relação aos conflitos agrários – o Pontal do Paranapanema. A história dessa região gerou as condições concretas para a intervenção política do MST e para a territorialização dos assentamentos rurais.

3. A ocupação do Pontal do Paranapanema e a formação histórica do município de Mirante do Paranapanema.

O Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo Oeste do Estado de São Paulo, compreendendo, segundo a Unipontal⁷, 32 municípios (ver mapa 1).

⁷ - Optamos por entender o Pontal do Paranapanema pela definição da Unipontal por estar mais diretamente ligada aos problemas políticos da região e, assim, exercer influência significativa na problemática agrária.



A ocupação da região do Pontal do Paranapanema fundamentou-se, basicamente, na grilagem de terras. Grilagem é um processo de falsificação de documentos das propriedades fundiárias. O termo nasceu do dito popular e foi descrito por pesquisadores e escritores. Segundo a explicação de Monteiro Lobato, grilagem é a técnica de se envelhecer papéis usando grilos: os papéis são colocados em gavetas com centenas de grilos, estas são trancadas e assim que os insetos morrem, apodrecem soltando toxinas que mancham os papéis, dando-lhes, assim, o aspecto de velho. (apud Fernandes, 1996).

A história da Grilagem de terras no Pontal do Paranapanema tem seu início em maio de 1856, quando Antônio José de Gouveia chega à região e extrai o registro paroquial de uma imensa gleba de terras, à qual dá o nome de Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. A descrição do grilo é a seguinte: os limites da fazenda vão desde a barranca do Rio Paranapanema, seguindo por 10 léguas o Rio Paraná acima e voltando-se para leste, pelas vertentes do Rio Pirapó, até encontrar-se de novo com o Rio do Paranapanema⁸.

Na mesma época, outro grileiro, José Teodoro de Souza, obtém semelhante registro paroquial de posse da Fazenda Rio do Peixe ou Fazenda Boa Esperança do Aguapehy. Segundo as divisas constantes no termo de posse, esta gleba era ainda mais extensa que a Pirapó-Santo Anastácio, pois tinha origem nas barrancas do rio Turvo, cujas nascentes estão nos municípios de Agudos e Bauru.

Faz-se necessário atentar que após 1850, a Lei de Terras permitia a legitimação das terras ocupadas até 1856 e proibia as ocupações de terras devolutas, determinando sua aquisição unicamente por meio da compra. As terras que não foram regulamentadas a partir das determinações desta Lei passaram a ser consideradas como devolutas.

Antônio José Gouveia vendeu sua posse a Joaquim Alves de Lima, em 1861. Com o falecimento deste último quem assume a Pirapó-Santo Anastácio é seu filho João Evangelista de Lima. Este tentou legitimar a posse da terra, porém a inabilidade e as nulidades na parte jurídica e os erros técnicos, fez com que o governador Prudente de Moraes considerasse “imprestável e nula a medição”. Mesmo antes de sair a sentença sobre a fazenda Pirapó-Santo Anastácio, Evangelista e Manuel Pereira Goulart (que também solicitou registro paroquial da Fazenda Rio do Peixe) realizam uma permuta entre as glebas griladas.

⁸ - As informações referentes ao processo de ocupação do Pontal do Paranapanema foram extraídas, principalmente, do livro do geógrafo José Ferrari Leite. Ver Leite (1998).

Manuel Goulart necessitava do reconhecimento oficial de “suas” terras, para tanto, encaminhou petição ao Ministério da Agricultura solicitando permissão para receber colonos estrangeiros na Pirapó-Santo Anastácio. A resposta foi favorável, autorizando a localização de “imigrantes em sua fazenda”. A partir daí, Goulart vendeu, trocou e doou terras. Quem arriscava a abrir picadões pelos sertões do Paranapanema, deparava-se com doenças e os índios. Porém, os colonizadores contrataram jagunços armados com o objetivo de limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. Esse foi o início do conflito fundiário no Pontal do Paranapanema.

Em 1917, aproveitando-se da construção da ferrovia em direção ao Vale do Paranapanema, chegaram muitos imigrantes na busca de terras para plantação de café. Os pequenos povoados que ali existiam acolhiam pessoas de toda espécie: comerciantes e especuladores de terras, aventureiros, foragidos da justiça ou ocupantes de terras.

Como algumas propriedades eram adquiridas, porém não ocupadas estas acabaram sendo invadidas por intrusos que até apresentavam o “título de propriedade” (falso). Houve conflitos entre os grileiros que queriam as mesmas terras e esses ocupantes. A área da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, apesar de extensa (com área calculada em cerca de 60 mil hectares) tornou-se pequena em vista do número de transcrições que se passaram. Eram necessárias a medição e a divisão dessa imensa gleba, dando início a um dos mais volumosos processos de litígio de terras do estado de São Paulo.

Em 1930, o governo do Estado de São Paulo negou a partilha da Pirapó-Santo Anastácio, alegando ser nulo o processo divisório, já que os títulos originais da posse e domínio dos particulares sobre as terras da aludida fazenda foram falsificados criminosamente, lesando o patrimônio do Estado. Assim, todos os títulos referentes ao imóvel, desde o registro paroquial de 14 de maio de 1856 até a permuta feita em janeiro de 1890 entre João Evangelista de Lima e Manuel Pereira Goulart, eram falsos ou nulos e sem valor jurídico. Nestas condições, essas terras eram de domínio do Estado, por serem devolutas.

Em 1932, a Secretaria da Agricultura do Estado divulga uma nota oficial comunicando ser perigosa a compra de terras no Pontal do Paranapanema, por serem devolutas. Mesmo assim os negócios continuaram. Os compradores que se deslocavam para o Oeste Paulista queriam comprar terras e os grileiros queriam vender. E para assegurar o procedimento dessas atividades, eles apelavam incansavelmente contra as decisões judiciais do Estado. No decorrer da

história, as terras devolutas do Pontal do Paranapanema estiveram em poder de nomes conhecidos da política e do meio financeiro paulista, como as famílias Melão Nogueira, Cesarino dos Santos, Gonçalves Foz, Antônio Silva, Ênio Pipino e Justino de Andrade – todos do partido do então governador Adhemar de Barros.

Em 1935, Alfredo Marcondes transfere 2/3 da gleba grilada à Xavier Pereira e Homero de Barros Veiga. No ano seguinte, Marcondes funda, na capital da República (Rio de Janeiro), a Companhia Imobiliária e Agrícola Sul-Americana e três meses depois readquire daqueles mesmos compradores a totalidade das terras que havia transferido um ano antes. O coronel, servindo-se da recém criada Companhia, lançou-se a vender lotes no Pontal.

Na década de 40, o Governador Fernando Costa criou as reservas florestais: Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal, somando 297.400 hectares. Apesar de haver muita área de floresta a ser preservada, as levas de migrantes atraídas pelos grileiros tornou sem efeito os decretos-lei do governador. Em 10 anos a população da região cresceu de 275.000 para 416.000 pessoas.

Em 1950, com a morte de Alfredo Marcondes, em Presidente Epitácio, parte de seu patrimônio foi tomada por grileiros com significativo poder político e econômico e uma outra parte considerável ficou com os herdeiros. Novos grileiros ocupavam a região. Um deles é Sebastião Camargo, dono da empreiteira Camargo Correia, em sociedade com a família de Adhemar de Barros. Esse “laço político” leva o Estado a “incumbir” à empresa a construção do ramal ferroviário de Dourados (por dentro da reserva florestal do Pontal). Detentores dessa informação e do percurso da ferrovia, os donos da empresa começam a comprar grandes extensões de terras (cerca de 15.000 hectares), todas pertencentes ao grilo Pirapó-Santo Anastácio. No final da linha dos trilhos, os donos da empresa decidiram fundar a cidade de Rosana – nome da filha de Sebastião Camargo e, assim foram surgindo outros povoados que, posteriormente, se consolidaram como município: Marabá Paulista, Euclides da Cunha Paulista.

Em 1954, a Imobiliária e Colonizadora Camargo Correia lançou um edital de loteamento da recém fundada cidade de Rosana. O Estado embargou o loteamento na justiça, por se tratar de terras públicas. O dono da empresa não esperou a sentença e começou a vender os lotes.

Neste mesmo ano, na Assembléia Legislativa, começou a batalha parlamentar a respeito da pelega do Pontal: de um lado existiam os deputados simpáticos aos grileiros que

queriam revogar os decretos das reservas florestais; de outro os deputados que defendiam a manutenção daquelas áreas, em nome do interesse público. A batalha aconteceu em torno do projeto do deputado Cunha Lima, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que propôs a extinção das reservas sob o argumento de que o *Estado falhou em sua missão de conservar as matas*. Este projeto foi aprovado pelo plenário em primeira votação e rejeitado pela Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, que o considerou lesivo ao interesse público. Surgiram outros projetos que previam a liberação de apenas parte da reserva. Estes também não foram aprovados (Leite, 1998).

Na metade dos anos 50, Jânio Quadros assumiu o governo do Estado e mandou demitir, suspender e transferir funcionários públicos acusados de envolvimento em ilegalidades com terras. Publicou três decretos declarando de utilidade pública as terras das reservas florestais estabelecidas por Fernando Costa em 1941, proibindo a retirada de madeira da região e encaminhando ações de discriminação de terras à justiça.

Em 1963, Adhemar de Barros voltou ao governo, impulsionando a construção do ramal ferroviário (que se encontrava em um ritmo lento de desenvolvimento no governo de Jânio Quadros e Carvalho Pinto). As ações judiciais são esquecidas e concluiu-se a venda de lotes da cidade de Rosana.

Esses acontecimentos históricos são exemplos reais da instalação de um *complexo grilento* no Pontal do Paranapanema. Com exceção de alguns acordos políticos realizados entre grileiros e o Estado, as terras griladas do Pontal encontram-se até hoje sem solução jurídica. Ainda no final dos anos sessenta e começo dos anos setenta, como nos mostra Antônio, aconteceram os conflitos por terras nas glebas Santa Rita e Ribeirão Bonito.

(...) a origem do conflito está relacionada ao processo de apropriação dessas terras e deu-se do seguinte modo: os supostos proprietários das fazendas Santa Rita e Ribeirão Bonito para legitimarem e justificarem sua posse arrendaram 'suas terras' a médios e grandes arrendatários. Estes, por sua vez, fazendo o papel de 'testas de ferro' desses latifundiários, subarrendaram a camponeses, que derrubaram a mata – reserva florestal do Pontal - e cultivaram-na, pagando aos subarrendatários uma determinada renda. Se com esse mecanismo os latifundiários não conseguiram legitimar suas posses, pelo menos arrolaram a questão judicial até os dias atuais. Atualmente, 1983-1990, os governos do estado de São Paulo, através do Departamento de Regularização Fundiária, vêm realizando acordos com os latifundiários – supostos proprietários – e com os camponeses para resolver

definitivamente esse conflito. A proposta principal que permeia o acordo é resgatar 25% das terras de cada fazenda e assentar, nessas, os camponeses e abandonar as ações discriminatórias contra os fazendeiros, permitindo a eles legitimidade dos 75% das terras de cada fazenda envolvida no acordo (Antônio, 1990, p.41-3).

Em 1991, a CPT impetrou uma Ação Popular (Processo 1.083/91) impossibilitando assim a realização desse tipo de acordo. Além das lutas de resistência dos posseiros, no início da década de oitenta, emerge, também no Pontal do Paranapanema, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado, excluído, marginalizado, que faz parte da reserva de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando de trabalhador sem-terra (Fernandes, 1996).

Antes de analisarmos mais especificamente os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, se faz necessário apresentar uma breve reflexão sobre a formação do município de Mirante do Paranapanema no contexto regional.

3.1. O município de Mirante do Paranapanema no contexto regional.

Como já salientamos, o avanço progressivo dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, que visavam atingir as barrancas do Rio Paraná, trouxeram os primeiros exploradores desta parte do Oeste Paulista, favorecendo o surgimento de vários núcleos populacionais.⁹

A história de Mirante do Paranapanema começa a ser construída entre os anos de 1916 a 1918, quando Labieno da Costa Machado de Souza, nascido em 27 de setembro de 1880, no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, resolve conhecer e colonizar uma área de 120 mil alqueires de terras, que considera herança de seu pai, que se chamava José da Costa Machado.

Assim, o Dr. Labieno da Costa Machado, grileiro de uma imensa gleba de terras situadas na margem direita do rio Pirapozinho, resolveu explorá-la por meio de uma colonização intensiva. Com um plano pré-estabelecido, deixando a Sorocabana no então povoado

⁹ - As principais informações a respeito da história do município de Mirante do Paranapanema nos foram gentilmente oferecidas pelo Prof. Milton dos Santos. Foi a partir de entrevistas e de seus estudos e da publicação destes no Jornal Mirante Notícias que organizamos essa parte específica do texto.

de Santo Anastácio, tomou a direção sul, abriu picadas nas densas florestas existentes e a 35 Km daquele povoado abriu uma clareira fundando a sede das "suas" terras.

Com o passar dos anos, este local transformou-se em povoado e ficou sendo a sede do Distrito de Costa Machado, junto ao município de Santo Anastácio.

É importante ressaltar que o pai do Dr. Labieno da Costa Machado era um influente político e chegou a ocupar importantes cargos públicos do Brasil, como, por exemplo, a Presidência da Província de Minas Gerais nos anos 1867/68. Abandonando a política naquele Estado veio, no início do século XX, para o estado de São Paulo, em busca de terras novas para o cultivo do café e também encontrar novos espaços para o exercício de liderança política.

O Dr. Labieno, acompanhado de seu grande amigo e futuro Administrador de sua fazenda, Odilon Ferraz, chegaram até à cidade de Indiana de trem e de lá rumaram, a cavalo, para o local onde hoje localiza o Distrito de Costa Machado, passando pela cidade de Pirapozinho.

Assim que localizou suas posses, para agilizar as vendas em pequenas propriedades, o Dr. Labieno tratou de montar a “Empresa de Terras e Colonização Labieno da Costa Machado” (De Martini, 2000). Com muita esperteza e habilidade, o Dr. Labieno aproveitou do sistema de imigração subsidiada pelo governo brasileiro naquela época para agilizar esse processo de colonização e apropriação do território. No início de 1920, empreendeu, em vários países do velho continente, uma grande divulgação de suas terras.

Em função das incertezas, no período Pós-Primeira Guerra, reinante em muitos países daquele continente, não foi difícil para centenas de alemães, húngaros, romenos, austríacos, lituanos, tchecos e até russos, emigrarem para o Brasil em busca de terras.

A intenção do Dr. Labieno era formar em suas terras colônias distintas para cada nacionalidade de imigrantes. Nesse contexto, De Martini (2000) afirma que essa:

Era uma medida voltada exclusivamente aos interesses do colonizador, ao tentar cativar os colonos para um projeto que privilegia um determinado grupo, o que estava em jogo era tão somente o interesse pelas vendas. Poderia parecer ao colono, a quem essa propaganda era dirigida, que entre pessoas da mesma nacionalidade, que falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes culturais, tudo seria mais fácil (De Martini, 2000, p.88).

Assim, surgiram diversas colônias de imigrantes na região: *Colônia do Costa Machado* (formada por alemães e romenos); *Colônia Branca* (formada por alemães); *Colônia Santo Antônio* (povoada por húngaros e austríacos); *Colônia Bessarábia* (formada por russos, búlgaros e tchecos); *Colônia Lituana* (constituída por lituanos). Essas informações revelam a complexidade étnica e cultural no processo de ocupação do atual município de Mirante do Paranapanema.

Os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana chegaram a Santo Anastácio nos fins de 1921, e o povoado foi elevado a Distrito no mesmo ano. Em 1925, de acordo com a Lei n.º 2076, Santo Anastácio passou a município, desmembrado-se de Presidente Prudente.

Outros imigrantes importantes para o entendimento do povoamento do município são os japoneses. Em meados de 1928, chegam em Bauru, muitos imigrantes japoneses, para trabalhar nas grandes fazendas de café. Em meio a esse contingente de pessoas, estavam dois jovens, um com 21 anos de idade, chamado Iraku Okubo, e o outro mais novo, seu irmão, Takeo Okubo.

Com a crise e decadência do café, esses dois imigrantes, em 1938, conheceram um grande fazendeiro, chamado Dr. Labieno da Costa Machado de Souza, que possuía uma extensa propriedade no Pontal do Paranapanema. Iraku Okubo veio trabalhar como Corretor da Fazenda Vale do Paranapanema. Além de vender terras, Iraku começou com atividades agrícolas por conta própria, cultivando os mais diferentes produtos. Porém, não obteve sucesso.

As culturas que foram plantadas não tiveram escoamento, devido à falta de estradas e preços compensadores. Depois de 1940, quando as nações estavam envolvidas na Segunda Guerra Mundial, o país começou a fornecer para o mercado internacional o óleo de menta. As terras ainda cobertas de matas foram bastante visadas e, mais uma vez, as matas desta região sofreram as ações de foices, machados e do fogo.

Com a superprodução de menta, o mercado consumidor não conseguiu absorver a grande produção e os preços caíram. Em virtude dos constantes prejuízos com a agricultura, começa a crescer a idéia e a necessidade de se lotear uma área para a formação de um patrimônio. Tudo faz crer que por quase três anos, trabalhando em suas próprias terras, os irmãos Okubo não tinham em mente a formação, sequer de um patrimônio, quanto mais de uma cidade.

Em 1944, dois irmãos (Iraku e Takeo Okudo) adquiriram da Colonização do Dr. Labieno da Costa Machado, uma gleba de 250 alqueires ainda coberta de mata. Depois de três

anos, destinou uma área de 50 alqueires para a formação de um núcleo populacional com o nome de Palmital. Este núcleo consolidou-se e, em 5 anos, ultrapassou o distrito de Costa Machado. Os fundadores trouxeram a primeira Usina de Benefício de Algodão, a Rede Telefônica em conexão com Santo Anastácio e a Agência Rodoviária da Estrada de Ferro Sorocabana. De olho nos lucros provindos do algodão, as firmas Mac Faden, Anderson Clayton e Sanbra, construíram também aqui suas máquinas de beneficiamento.

No início de 1953, o Sr. Iraku Okubo formou uma comissão de pessoas idôneas do povoado de Palmitalzinho, objetivando a sua emancipação político-administrativa do município de Santo Anastácio. Fizeram parte nessa comissão, além do Sr. Iraku Okubo, as seguintes pessoas: Dr. José Guedes da Silva, João Augusto de Almeida, Francisco Ferreira Lima, Antônio Sobral de Vasconcelos e Osvaldo Mishima.

Depois de muita luta, inclusive na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, um plebiscito foi realizado em 29 de novembro de 1953 e a emancipação ganhou por 150 votos contra 100. Na disputa entre Costa Machado e Palmital, pela sede do novo município, ganhou este último, apesar de ser apenas um povoado, mas o poder político do povoado foi decisivo.

Em 30 de dezembro de 1953, Palmital foi simultaneamente elevado a condição de Distrito e município por força da lei estadual nº 2456, com o nome Mirante do Paranapanema.

O primeiro pleito para a escolha do prefeito e vereadores para a Câmara Municipal ocorreu em 03 de outubro de 1954, quando foi eleito o primeiro prefeito, o Sr. José Quirino Cavalcante.

Em virtude da importância do plebiscito, achou-se por bem considerar a data de 29 de novembro de 1953 como o dia do nascimento do município.

A posse do primeiro prefeito, José Quirino Cavalcante, e dos primeiros vereadores da Câmara Municipal, ocorreu em 01 de janeiro de 1955.

O município de Mirante do Paranapanema também é formado pelos distritos de Costa Machado e Cuiabá Paulista. Em 1963, pelo Decreto-Lei Estadual n.º 8.050, foi elevado à Categoria de Comarca, com jurisdição sobre três distritos e o município de Teodoro Sampaio.

Em relação ao nome do município, pensou-se, primeiramente, em Palmital, mas em virtude de já existir, no Estado de São Paulo o município de Palmital, não foi possível. Dessa forma, optou-se por colocar Mirante do Paranapanema, por dois motivos: **Mirante**: por estar a

sede do município localizada numa área alta e **Paranapanema**: porque um antigo proprietário possuía uma extensa área de terras com o nome de Vale do Paranapanema, denominando aquele território de Mirante do Paranapanema.

Após essa breve reflexão sobre a formação histórica do município de Mirante do Paranapanema, apresentamos, no próximo item, uma análise dos processos de espacialização e territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema e a importância do município de Mirante do Paranapanema, do ponto de vista da luta pela terra, no contexto regional.

4. Espacialização e territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema.

Antes de refletirmos sobre a espacialização e a territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema, faz-se necessário apresentar uma breve análise do surgimento do MST no Estado de São Paulo, no sentido de considerar a continuidade no tempo e no espaço em que esse processo de luta se manifestou.

O surgimento do MST no estado de São Paulo resultou de um processo cumulativo de experiências de lutas dimensionadas entre 1980 e 1985/86. Desse modo, a formação do MST neste estado pode ser compreendida a partir do enraizamento da estrutura sócio-econômica do país centrada nas transformações recentes da agricultura brasileira e na expansão do capitalismo como relação social hegemônica, visando a reprodução ampliada e desenvolvendo-se contraditoriamente no tempo e no espaço.

Esse processo fez emergir uma classe de expropriados que com identidade, objetivos e localização definida, organizou-se como resistência ao processo de territorialização do capital, buscando a conquista do território. Assim, para entender o MST no estado de São Paulo, torna-se necessário considerá-lo dentro do processo econômico, político e social mais amplo e, principalmente, compreendê-lo como um processo cumulativo de experiências de lutas, resultantes da própria praxicidade desses sujeitos, que se expressam diferentemente no território.

Dessa forma, o MST surgiu no estado de São Paulo a partir da união das lutas e conquistas dos movimentos isolados nas regiões de Andradina (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo), Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sumaré). Em 1985, o MST-SP iniciou o seu processo de territorialização a partir da região de Campinas, sendo que também

ocorreram diversas ocupações organizadas por movimentos sociais isolados nas regiões de Sorocaba e Araçatuba ¹⁰.

Os processos de espacialização e de territorialização da luta pela terra promoveram o aumento do número de ocupações no estado de São Paulo. Em 1995, a região do Pontal do Paranapanema era uma das principais áreas de conflitos fundiários do país, tendo o maior número de ocupações de terra (ver tabela 5, 6).

Tabela 5 - Ocupações de terra no Pontal do Paranapanema – 1990 - 2001

Ano	Número de ocupações	Número de famílias¹¹
1990	01	800
1991	05	870
1992	11	2.050
1993	28	700
1994	40	2.000
1995	47	2.920
1996	56	3.200
1997	44	2.200
1998	68	1.200
1999	23	1.100
2000	13	900
2001	12	3.022
TOTAL	348	20.962

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – 2002.

¹⁰ - Mais detalhes sobre o processo de territorialização do MST nessas regiões, ver: Fernandes (1996 e 2000).

¹¹ - É muito difícil quantificar o número de famílias ocupantes por causa dos despejos e das reocupações. Nesses casos, corre-se o risco de se contar as mesmas famílias várias vezes. Para tentar evitar essa sobreposição de dados, com relação às famílias, contamos apenas a participação nas primeiras ocupações de cada área, por ano. Não contamos as reocupações, nem as mudanças de acampamento de uma área (em que as famílias foram despejadas) para uma nova área ocupada. Isso não significa que não haja sobreposição de dados, porque muitas famílias podem desistir de uma ocupação e participar de outra, ou depois de uma ocupação fracassada, integrar um novo grupo de famílias para participar de uma nova ocupação. A persistência na ocupação é representativa, embora as condições de vida nos acampamentos sejam extremamente precárias. Por essa razão, o número apresentado é relativo, serve apenas como referência, não dever ser considerado como número absoluto. É uma aproximação possível, seguindo o máximo de rigor na tentativa de somar os números de famílias que participaram de ocupações de terra no período 1990 – 2000 (Fernandes e Ramalho, 2001).

Tabela 6– Ocupações de terra no Pontal do Paranapanema por município – 1990 – 2001.

Município	Anos	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	Total
Álvares Machado								02					02
Caiuá								09	04	06			19
Euclides da Cunha Paulista				03			04	09	06	01	03	02	28
Iepê									03				03
Marabá Paulista								01		01		01	04
Martinópolis					07	02	05	05	02				21
Mirante do Paranapanema		05	09	25	30	30	10	03	16			01	129
Nantes									02	01			03
Narandiba									01				01
Piquerobi										01			01
Presidente Bernardes							03		07	01		01	12
Presidente Epitácio			02			02	09	01	06	04	02		26
Presidente Prudente								01					01
Presidente Venceslau							10	02	02	02			16
Rancharia					01	08	01	04	04				18
Regente Feijó										02			02
Ribeirão dos Índios										02			02
Rosana					01		01	02	09			01	14
Sandovalina						03	11	01		02		01	18
Santo Anastácio							01	01	01	01			04
Taciba									02				02
Tarabai								01					01
Teodoro Sampaio					02	02	01	02	05	01	08	05	26
Total		05	11	28	41	47	56	44	70	25	13	12	353

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - 2002.

A partir dos dados apresentados nas tabelas acima, podemos destacar que as ocupações de terra se expressam como a principal forma de luta desenvolvida pelos trabalhadores, principalmente os vinculados ao MST. Outro elemento que podemos destacar a partir dos dados acima é que, como observamos na tabela 5, cerca de 75% do total das ocupações realizadas na região do Pontal do Paranapanema ocorreram a partir de 1995, que é o ano em que o MST passa a organizar ocupações de terra na região. Isso demonstra a força política desse Movimento. Ainda no que se refere a análise dos dados, na tabela 6 percebemos que o município de Mirante do Paranapanema representa, aproximadamente, 38% do total das ocupações realizadas na região. Esse dado revela a importância desse município na questão dos conflitos agrários no Pontal do Paranapanema. Em relação aos dados do Brasil, Mirante do Paranapanema é o município com maior número de ocupações (ver tabela 7).

Tabela 7 - Brasil - Municípios com maior número de ocupações - 1988 - 2000

Municípios	UF	Classificação	Nº de Ocupações
Mirante do Paranapanema	SP	1º	40
Marabá	PA	2º	31
Aliança	PE	3º	28
Itaquiapá	MS	4º	27
Tamandaré	PE	5º	26
Escada	PE	6º	24
Maragogi	AL	6º	24
Caruaru	PE	7º	22
Abelardo Luz	SE	7º	22
Goiás	GO	7º	22
Barreiros	PE	8º	21
Bataiporã	MS	9º	20
Moreno	PE	9º	20
Rio Brilhante	GO	10º	22

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP, 2001.

A intensificação dos conflitos fundiários obrigou o Estado a realizar um estudo da situação fundiária do território paulista. Um levantamento organizado pelo DRF (Departamento de Regularização Fundiária) da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, mostrou que existem 2.464.000 ha de terras não discriminadas, 941.000 ha de terras devolutas e 389.000 ha a serem estudados em quatro regiões do estado: Pontal do Paranapanema, Sorocaba, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira. (Fernandes, 1996).

A situação fundiária do Pontal do Paranapanema é muito complexa, pois a região possui uma área total de 1.182.419,97 hectares, sendo que desse total 44.130,12 hectares são terras consideradas devolutas (pertencentes ao Estado) e 519.315,00 hectares estão em processo de ação Discriminatória. A região também pode ser considerada como o berço da UDR (União Democrática Ruralista), instituição organizada de representação dos interesses dos fazendeiros e em oposição, principalmente, ao MST.

Todas as ocupações que aconteceram na região do Pontal, na década de oitenta, foram nessas terras. Vale ressaltar que esse processo de luta intensificou-se na região a partir de dois elementos motivadoras, consolidados na segunda metade da década de 1970: a) a construção da Destilaria Alcídia; b) o início da construção de três usinas hidrelétricas (Porto Primavera no rio Paraná, Rosana e Taquaraçu no Rio Paranapanema). Nas palavras de Antônio:

(...) essas obras, com recursos do público, além de promover a integração econômica na região, proporcionaria a elevação do padrão de vida da população e, sobretudo, criaria a expectativa de mais de trinta mil

empregos. Entretanto, a década de 80 (1983), se caracteriza com a desaceleração das obras das usinas e com a conseqüente demissão de milhares de trabalhadores. Essa demissão, em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somada às enchentes do rio Paranapanema, foi o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses, - 'operários temporários'. A partir daí, tem-se toda a organização do movimento, e, que se transformará em vários movimentos reivindicatórios por trabalho e terra (Antônio, 1990, p. 47).

Assim, foram se desenvolvendo várias experiências de luta na região, possibilitando a construção de um espaço de luta e de resistência, que consolidou, posteriormente, a formação do MST. Entre essas lutas podemos destacar a ocupação da fazenda Água Sumida, no município de Teodoro Sampaio, que acabou resultando no assentamento de cento e vinte e uma famílias em 1988. Neste mesmo ano foram assentadas oitenta e sete famílias na fazenda Areia Branca, no município de Marabá Paulista. Esta fazenda foi desapropriada por interesse social, pelo governo federal, no final de 1987 e as famílias foram assentadas no início de 1988 (Fernandes, 1996). Faz-se necessário ressaltar que esse processo de organização pela conquista do território contou com a participação de várias entidades e/ou instituições, destacando-se a CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, partidos políticos (PT, PC do B, etc.), que assumiram um papel fundamental na construção de um espaço político-social que redimensionou essas novas experiências de luta.

No tocante a esse processo de construção de um espaço de luta e resistência, o MST realizou sua primeira ocupação na região do Pontal do Paranapanema no dia 14 de julho de 1990, com setecentas famílias que ocuparam a fazenda Nova Pontal, no distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio¹². Essas famílias vieram de vários municípios da região do Pontal do Paranapanema e do norte do estado do Paraná. Permaneceram na área, foram despejadas e, posteriormente, acamparam as margens da rodovia SP-613, nas proximidades da gleba XV de Novembro.

Cerca de quatrocentas e cinquenta famílias conseguiram resistir à tentativa de desmobilização e acamparam nesta rodovia. A partir do dia 23 de julho, algumas das famílias que tinham desistido da luta (por causa do medo do enfrentamento com os fazendeiros e policiais)

¹² - Na época da ocupação, Rosana era distrito de Teodoro Sampaio e veio a se emancipar no ano de 1992.

voltaram para o acampamento e o denominaram de acampamento Novo Pontal. (Fernandes, 1996).

A fome foi um dos novos problemas que surgiu e a solução foi parar um caminhão de boi e de leite na estrada. Os sem-terra pediram o necessário para matar a fome. Em represália, a polícia desencadeou uma nova repressão, despejando as famílias desse acampamento. Metade do grupo foi reconduzida para seus municípios de origem. As lideranças do MST conseguiram que duzentas e vinte e três famílias fossem para uma área da gleba XV de Novembro. Com esse segundo despejo, os latifundiários já haviam conseguido desmobilizar mais de quinhentas famílias (Fernandes, 1996).

No dia 20 de setembro, essas famílias transferiram-se para uma área na mesma rodovia: a SP-613. Durante esse processo de construção e controle do espaço de luta e resistência, as famílias deram um novo nome ao acampamento: Acampamento João Batista da Silva, em memória de uma liderança do MST-MS. (Fernandes, 1996).

Os problemas continuaram, as pessoas passavam fome, frio, não tinham água e várias ficaram doentes. Diante disso, a comissão de negociação realizou vinte e cinco audiências com representantes das secretarias de estado da Justiça, Agricultura, Segurança Pública e com o INCRA. Dessas reuniões, os trabalhadores conseguiram alguns resultados, como: fornecimento de cestas básicas e avançar no desvendamento das Ações Discriminatórias.

Depois de oito meses acampadas nas margens da Rodovia SP-613, no município de Teodoro Sampaio, as famílias do acampamento João Batista da Silva ocuparam, em 23 de março de 1991, uma área de 2.872 hectares da fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema. A fazenda tem 5.106 hectares e estava sob domínio de Antônio Sandoval Neto, famoso grileiro da região. Desse imóvel, 2.872 hectares haviam sido classificados pelo INCRA como latifúndio por exploração. A partir do dia 23, mais vinte e quatro famílias procedentes de Mirante do Paranapanema e de municípios vizinhos também acamparam na fazenda São Bento (Fernandes, 1996).

Houve mais despejos, mais negociações e no dia 15 de maio os trabalhadores ocuparam a fazenda São Bento pela segunda vez. O grileiro entrou com novo pedido de reintegração de posse. As famílias foram citadas e deixaram a área. A partir desse momento os trabalhadores começaram a utilizar a tática de manter o acampamento na estação Engenheiro Veras (onde ficaram durante todo esse processo de despejo) e entrar na fazenda somente para

trabalhar. Dessa forma, quando os oficiais vinham citá-los, os trabalhadores estavam no acampamento, portanto, fora do assentamento.

Até abril de 1994, o MST havia realizado vinte e duas ocupações na fazenda São Bento. A intensificação das ocupações foi à tática que o Movimento utilizou para pressionar o Estado a realizar a desapropriação ou uma negociação com o grileiro Sandoval Neto. A conquista da fazenda São Bento representava a derrota do grileiro e a possibilidade de territorialização da luta para as outras fazendas. Finalmente, em 12 de fevereiro de 1994, aconteceu o acordo entre o governo e o grileiro.

Depreende-se que, a partir desse momento, o MST iniciou o seu processo de territorialização na região do Pontal do Paranapanema, ou seja, por meio da própria praxicidade dos sujeitos sociais e das suas relações e manifestações no espaço (espacialização), dimensionou-se a conquista da fração do território.

Dessa forma, a partir do processo de espacialização da luta pela terra (resultante do trabalho de formação e organização do MST), este movimento se territorializa na região do Pontal do Paranapanema, conquistando assentamentos e assumindo na atualidade uma ampla repercussão nacional, que é resultado do embate de classes sociais e da própria consolidação do MST no território. Para demonstrarmos o número de assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema e sua expressão por município organizamos as tabelas 8, 9 e a figura 1.

Tabela 8 – Assentamentos rurais - Pontal do Paranapanema - 1984 – 2000.

ANO	Nº assentamentos	Nº de famílias	Área ha
1984	01	572	13.310
1988	02	208	6.089
1990	01	51	805
1991	01	36	664
1992	01	99	865
1994	02	228	6.166
1995	10	510	13.206
1996	25	1.163	32.117
1997	12	315	7.708
1998	13	648	16.276
1999	03	274	5.897
2000	08	493	10.538
TOTAL	79	4.597	113.641

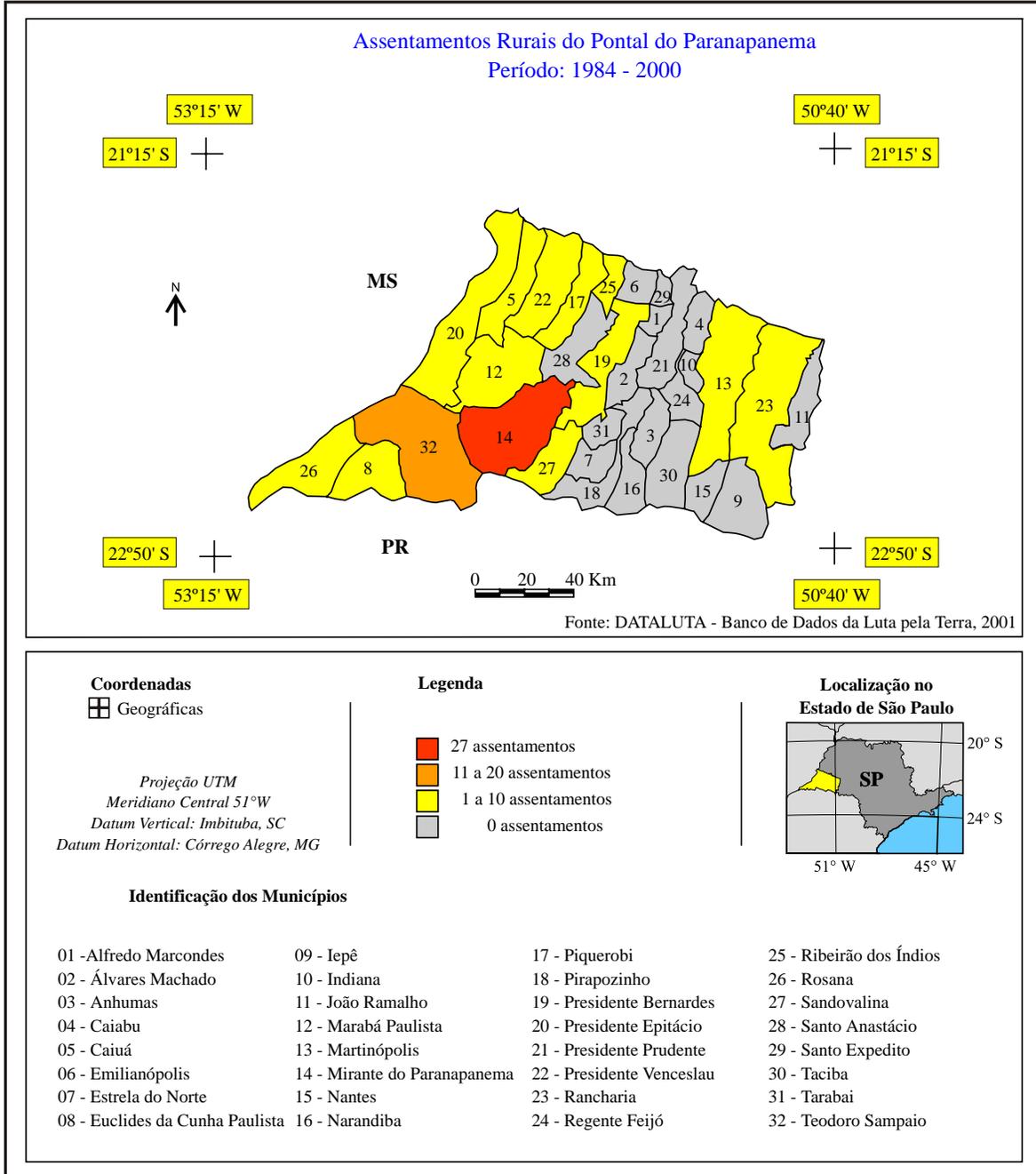
Fonte: DATALUTA, 2001.

Tabela 9 - Assentamentos rurais por município - Pontal do Paranapanema - 1984 – 2000.

MUNICÍPIO	Nº DE ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA HA
Caiuá	02	193	5.042
Euclides da Cunha Paulista	08	462	9.097
Marabá Paulista	02	157	3.701
Martinópolis	02	124	2.364
Mirante do Paranapanema	27	1.222	31.802
Piquerobi	03	84	2.594
Presidente Bernardes	08	266	7.189
Presidente Epitácio	03	262	5.420
Presidente Venceslau	04	186	6.784
Rancharia	01	124	2.493
Ribeirão dos Índios	01	40	852
Rosana	03	717	17.240
Sandovalina	01	130	2.628
Teodoro Sampaio	15	630	16.762
Total	79	4.597	113.641

Fonte: DATALUTA, 2001.

Figura 1 -



A partir dos dados acima, notamos que o município de Mirante do Paranapanema possui o maior número de assentamentos da região do Pontal do Paranapanema, representando 35% do total. Outros municípios que podem ser destacados são: Teodoro Sampaio com 14 assentamentos (17%) e Euclides da Cunha, com 8 assentamentos (10%).

Podemos afirmar que, em Mirante do Paranapanema, a territorialização da luta pela terra ocorreu em áreas contínuas, modificando a paisagem. Onde antes existiam latifúndios, hoje há pequenas unidades familiares, que formam novas comunidades. Para um maior detalhamento sobre os assentamentos do município de Mirante do Paranapanema, ver tabela 10 e mapa 2.

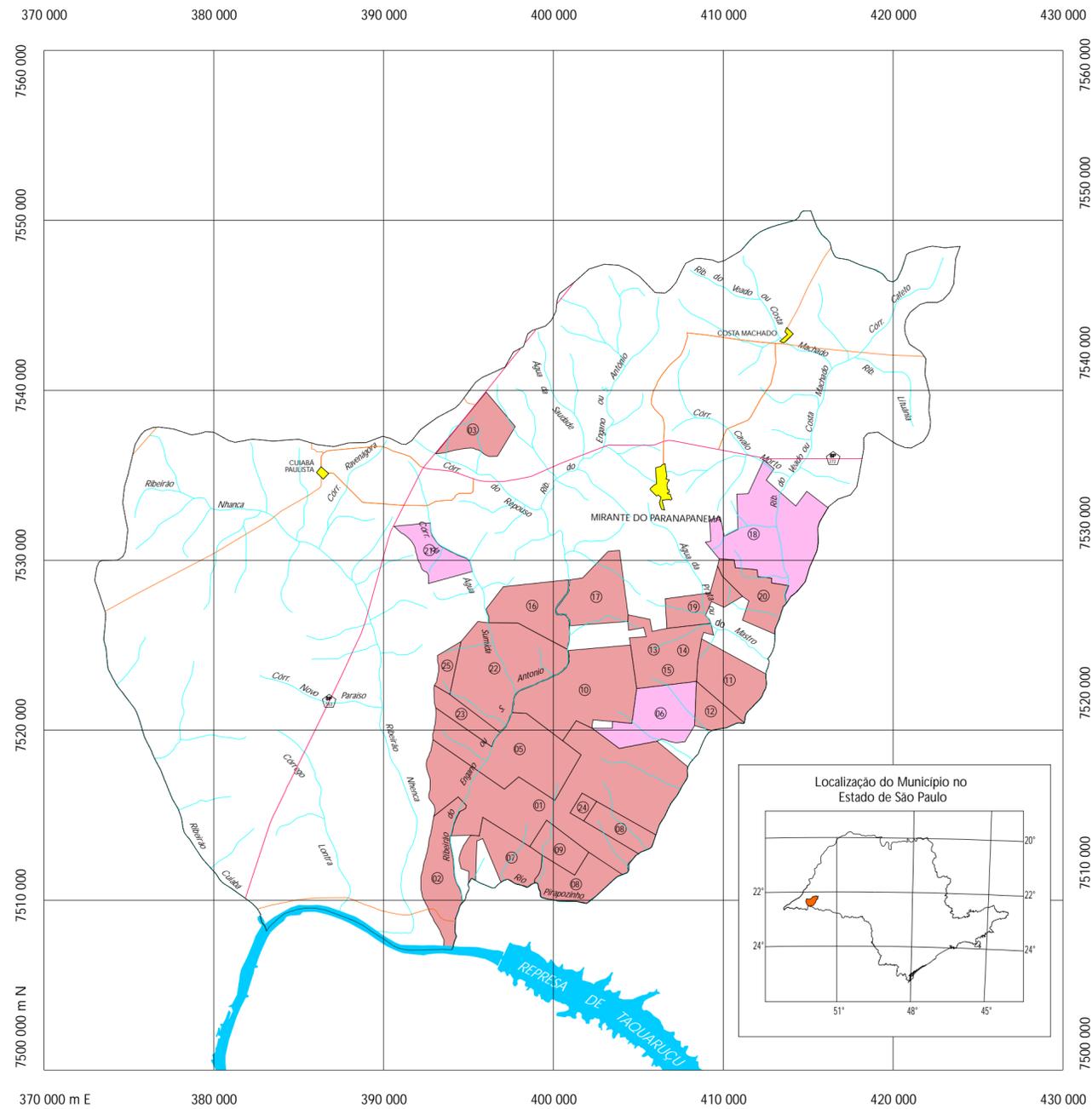
Tabela 10 - Assentamentos Rurais do Município de Mirante do Paranapanema.

N.º	Nome do assentamento	N.º de famílias	Área em hectares	Início	Situação
01	PA São Bento	182	5.190	1994	Definitivo
02	PA Che Guevara	46	976	1994	Definitivo
03	PA Santa Carmem	37	1.043	1995	Definitivo
04	PA Estrela D´Alva	31	784	1995	Definitivo
05	PA Haroldina	71	1.964	1995	Definitivo
06	PA Santa Cruz	27	1.395	1995	Provisório
07	PA Canaã	55	1.223	1995	Definitivo
08	PA King Meat	46	1.134	1995	Definitivo
09	PA Santana	12	708	1995	Definitivo
10	PA Arco-Iris	105	2.606	1995	Definitivo
11	PA Flor Roxa	39	953	1995	Definitivo
12	PA Washington Luís	16	343	1996	Definitivo
13	PA Santa Rosa I	24	692	1996	Definitivo
14	PA Lua Nova	17	375	1996	Definitivo
15	PA Santo Antonio I	17	532	1996	Definitivo
16	PA Novo Horizonte	57	1.540	1996	Definitivo
17	PA Vale dos Sonhos	23	617	1996	Definitivo
18	PA Santa Izabel I	70	1.799	1996	Provisório
19	PA Santa Cristina	35	837	1996	Definitivo
20	PA Santa Lúcia	24	597	1996	Definitivo
21	PA Pontal (S. Rosa II)	29	766	1996	Provisório
22	PA Santa Apolônia	104	2.657	1996	Definitivo
23	PA Alvorada	21	565	1997	Definitivo
24	PA Nossa Sra. Aparecida	09	175	1997	Definitivo
25	PA Marco II	09	242	1997	Definitivo
26	PA Santo Antonio	20	513	2000	Definitivo
27	PA Paulo Freire	59	1.196	2000	Definitivo
28	PA Antonio Conselheiro	57	893	2000	Definitivo
28	Total	1.242	32.315		

Fonte: ITESP, 20 de julho de 2000.
Coordenação Regional V – Oeste.

MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP

Localização dos Assentamentos



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Estrada pavimentada
- Estrada não pavimentada
- Drenagem
- Limite municipal
- Área urbana
- CIDADE Sede do município
- CIDADE Distrito do município

ESCALA 1:250.000



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum vertical: Marégrafo Imbituba - SC
Datum horizontal: Córrego Alegre - MG

Legenda

SITUAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS EM SETEMBRO DE 2001

- Assentamento definitivo
- Assentamento provisório

Assentamentos

- | | | |
|--------------------|---------------------|---------------------------|
| 01. São Bento | 10. Arco-Iris | 18. Santa Isabel 1e 2 |
| 02. Che Guevara | 11. Flor Roxa | 19. Santa Cristina |
| 03. Santa Carmem | 12. Washington Luis | 20. Santa Lúcia |
| 04. Estrela D'Alva | 13. Santa Rosa | 21. Pontal (Santa Rosa 2) |
| 05. Haroldina | 14. Lua Nova | 22. Santa Apolônia |
| 06. Santa Cruz | 15. Santo Antônio 1 | 23. Alvorada |
| 07. Canaã | 16. Novo Horizonte | 24. Nossa Sra. Aparecida |
| 08. King Meat | 17. Vale dos Sonhos | 25. Marco II |
| 09. Santana | | |

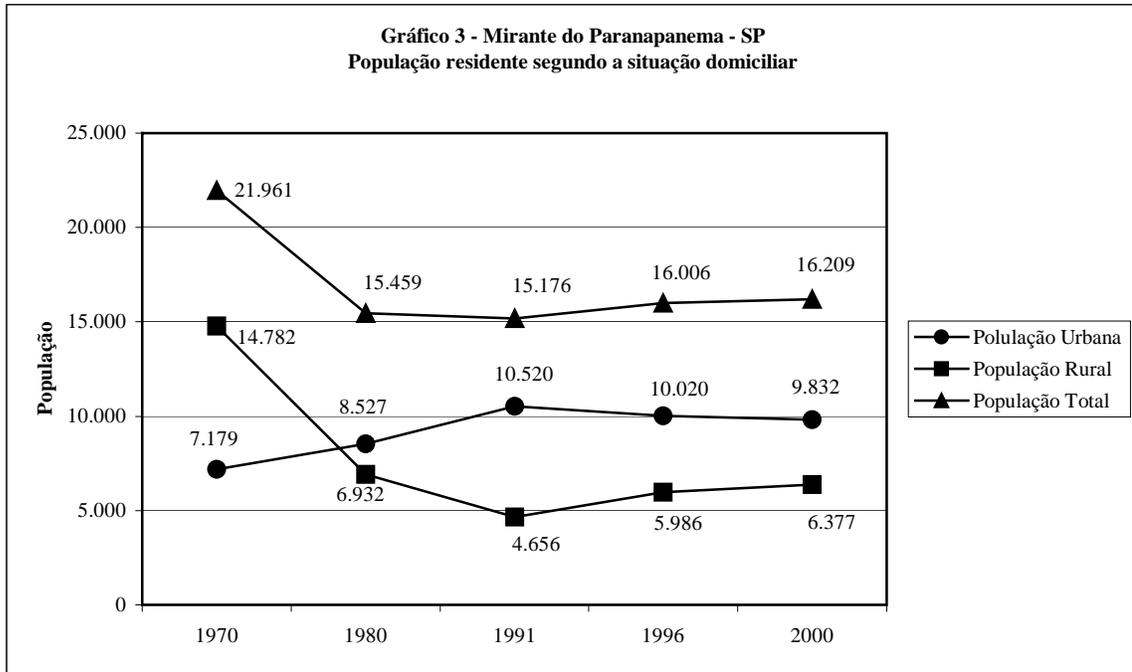
ORGANIZAÇÃO
Cristiane Barbosa Ramalho Ribas

EDIÇÃO GRÁFICA
José Augusto da Silva
Marcelino Andrade Gonçalves
Setembro de 2001

FONTE
UGRHI - PONTAL DO PARANAPANEMA
Mapa Base - Escala: 1:250000 - Oswaldo Y. Iwasa, 1999.

Cartas do IBGE 1:250.000, edições de 1979/80,
atualizadas com base nas imagens de satélite (LANDSAT TM5, 1997).
Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 1998.

Esses assentamentos causaram um significativo impacto socioterritorial, principalmente na distribuição geográfica da população (ver gráfico 3).



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

A população rural apresentou um decréscimo acentuado no período de 1970 até 1991, com uma diminuição de 10.126 pessoas. As décadas de 1970 e 1980 marcaram o auge da implantação do atual modelo econômico da agropecuária brasileira, que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. De 1996 até 2000 ocorreu um aumento na população rural de 391 pessoas, aumento este representado pela participação da população assentada.

Já com a população urbana ocorreu o contrário. No período de 1970 até 1991 houve um aumento de 8.825 pessoas. Já no período de 1991 até 2000 a população teve uma diminuição com a perda de 688 pessoas.

Essa questão populacional na região do Pontal do Paranapanema pode ser melhor observada na tabela 11.

Tabela 11 - Confrontação dos dados da população residente por situação de domicílio – Pontal do Paranapanema – 1991 - 2000.

MUNICÍPIO	RURAL 1991	RURAL 2000	URBANA 1991	URBANA 2000	TOTAL 1991	TOTAL 2000
Alfredo Marcondes	1.214	1.024	2.289	2.663	3.503	3.687
Álvares Machado	3.478	2.567	15.387	20.106	18.865	22.673
Anhumas	1.373	903	1.874	2.501	3.247	3.404
Caiabú	1.472	962	2.380	3.115	3.852	4.077
<i>Caiuá</i>	1.879	2.423	1.456	1.769	3.335	4.192
Emilianópolis*	-----	703	-----	2.194	-----	2.897
Estrela do Norte	1.137	840	1.648	1.787	2.785	2.627
<i>Euclides da Cunha Pta.**</i>	-----	3.783	-----	6.431	-----	10.214
Iepê	2.442	1.299	7.563	5.959	10.005	7.258
Indiana	1.163	871	3.456	4.063	4.619	4.934
João Ramalho	1.067	765	1.965	3.075	3.032	3.840
<i>Marabá Paulista</i>	1.608	1.645	1.899	2.048	3.507	3.693
Martinópolis	4.522	4.371	15.149	17.973	19.671	22.344
<i>Mirante do Paranapanema</i>	4.656	6.377	10.520	9.832	15.176	16.209
Nantes#	-----	610	-----	1.660	-----	2.270
<i>Narandiba</i>	1.223	1.460	1.921	2.281	3.144	3.741
<i>Piquerobi</i>	979	1.024	2.296	2.454	3.275	3.478
Pirapózinho	1.986	1.389	18.966	20.712	20.952	22.101
Presidente Bernardes	5.454	4.488	10.800	10.152	16.254	14.640
Presidente Epitácio	4.156	2.943	30.608	36.331	34.764	39.274
Presidente Prudente	5.279	3.954	159.701	185.150	164.980	189.104
<i>Presidente Venceslau</i>	1.757	2.810	34.281	34.566	36.038	37.376
Rancharia	3.859	3.781	23.010	24.985	26.869	28.766
Regente Feijó	2.674	1.732	12.225	15.228	14.899	16.960
<i>Ribeirão dos Índios##</i>	-----	462	-----	1.760	-----	2.222
<i>Rosana**</i>	-----	18.029	-----	6.197	-----	24.226
<i>Sandovalina</i>	767	1.340	1.642	1.751	2.409	3.091
Santo Anastácio	3.060	1.703	18.983	19.040	22.043	20.743
Santo Expedito	598	526	1.624	2.004	2.222	2.530
Taciba	1.452	978	3.298	4.241	4.750	5.219
Tarabai	793	559	3.898	5.229	4.691	5.788
<i>Teodoro Sampaio</i>	22.193	4.081	26.580	15.920	48.773	20.001
TOTAL	82.241	80.402	415.419	473.177	497.660	553.579

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1991 e 2000.

* Emancipado de Presidente Bernardes; ** Emancipado de Teodoro Sampaio; # Emancipado de Iepê; ## Emancipado de Santo Anastácio.

Os nomes em negrito representam os municípios onde ocorreram ocupações de terra.

Os nomes em negrito e sublinhados representam os municípios onde ocorreram ocupações e foram implantados assentamentos (ou no caso de Narandiba, foi implantado reassentamento da população atingida pela construção da barragem de Rosana, no rio Paranapanema).

Os nomes em negrito, sublinhados e em itálico representam os municípios onde ocorreram ocupações, foram implantados assentamentos e tiveram crescimento da população rural.

O crescimento da população rural dos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana foi considerado, tomando como referência a soma com a população rural de Teodoro Sampaio e comparando com a população rural deste município em 1991.

Ao analisarmos a evolução da população residente por situação de domicílio na região do Pontal do Paranapanema (tabela 10), podemos observar que dos vinte e dois municípios onde ocorreram ocupações de terra, em quinze foram implantados assentamentos. Em dez desses municípios (Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista,

Narandiba, Piquerobi, Presidente Venceslau, Rosana, Sandovalina e Teodoro Sampaio) ocorreu o crescimento da população rural, invertendo a tendência das décadas anteriores. É possível que também nesses municípios tenha ocorrido a migração de famílias do campo para a cidade. Contudo, o número da população assentada foi maior, resultando no crescimento populacional.

Por outro lado, em todos os municípios, onde não foram implantados assentamentos, permaneceu o decréscimo da população rural. Apenas em cinco municípios onde foram implantados assentamentos (Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Ribeirão dos Índios e Rancharia) ocorreu o decréscimo da população rural. Nesses municípios, a implantação dos assentamentos ainda não foi suficiente para reverter a tendência de expulsão da população rural (Fernandes e Ramalho, 2001).

Assim, após essa análise sobre a luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e, mais especificamente, na região do Pontal do Paranapanema, direcionamos nossa reflexão, no próximo capítulo, para os impactos socioterritoriais decorrentes da instalação dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema. Nesse sentido, apresentamos uma reflexão conceitual sobre os impactos socioterritoriais e discutimos as suas diferentes dimensões a partir dos dados coletados com a pesquisa de campo.

Neste capítulo, estamos, especificamente, discutindo a questão dos impactos socioterritoriais no município de Mirante do Paranapanema, tendo como referencial os resultados da pesquisa de campo realizada no município¹. Produzir uma reflexão sobre essa temática é extremamente complexo.

Nesse sentido, organizamos nossa análise da seguinte forma: inicialmente apresentamos algumas considerações teóricas sobre o conceito de impactos socioterritoriais; posteriormente analisamos os impactos socioterritoriais a partir de suas três dimensões: 1) dimensão política; 2) as mudanças e necessidades sociais e econômicas resultantes do estágio de implantação/consolidação dos assentamentos rurais; 3) a relação assentamento-município a partir da perspectiva comercial e financeira. Vale ressaltar, que classificar os impactos em três dimensões distintas não significa, de forma alguma, que estamos as entendendo de forma fragmentada. Elas são indissociáveis. Também destacamos que estas três dimensões foram estudadas parcialmente utilizando-se de alguns indicadores de análise (ver quadro 1).

¹ - A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos: primeiramente nos assentamentos rurais do município (através de questionários) e, num segundo momento, na cidade de Mirante do Paranapanema, no qual entrevistamos pessoas ligadas ao poder público municipal, ao setor financeiro e comercial e os próprios comerciantes.

Quadro 1 - Impactos socioterritoriais – dimensões e indicadores.

Dimensões	Indicadores
SOCIAL	
Saúde	Existência de postos médicos nos assentamentos
	Tipos de atendimentos fornecidos nos postos médicos
	Fonte de abastecimento de água
	Adquirição de doenças pela qualidade da água
Educação	Grau de escolaridade
	Transporte escolar
	Ensino adquirido nas unidades escolares
Transporte	Qualidade do transporte
	Número de transportes disponíveis
Moradia	Tipos de habitação, cobertura e piso
	Instalação sanitária
Cultura	Atividades culturais desenvolvidas pelos assentados
	Participação em grupos culturais
	Formas de lazer das famílias assentadas
ECONÔMICO	
Organização do trabalho e da produção	Tipos de trabalho realizado nos lotes
	Participação no trabalho no lote
	Produção
	Comercialização
	Cooperação no trabalho
	Participação em cooperativas
POLÍTICO	
Poder local, participação política e políticas públicas	Relação governo municipal/assentamento
	Relacionamento assentamento – órgãos responsáveis
Organização do território	Relação dos assentamentos com a organização territorial e administrativa
	Impacto na estrutura fundiária municipal/regional
Luta pela terra	Ocupações de terras

1. Impactos socioterritoriais: questões teóricas de análise.

A construção do conceito de impactos socioterritoriais foi e continua sendo para nós um instigante desafio. Entendemos impactos como processos de transformação no território por meio da ação humana, especialmente pelo enfrentamento resultante da resistência e do conflito. Podemos dizer que as preocupações dessa pesquisa estão contidas nos debates recentes sobre a **Nova Ruralidade**, sendo, portanto, algo relativamente novo na Geografia Agrária brasileira.

Assim, nos propomos a iniciar essa discussão a respeito do termo **impacto**.

Uma referência é Roche (2000), que apresenta uma abordagem sobre a avaliação de impacto, estabelecendo, dessa forma, as bases teóricas que nortearam os estudos de caso. Vale ressaltar que essa pesquisa foi iniciada pela Oxfam da Grã-Bretanha e pela Novib da Holanda. Segundo o autor, as primeiras abordagens voltadas à avaliação de impacto datam da década de 1950. Isso porque nesse período as agências de desenvolvimento começaram a usar essas abordagens para prever, antes do início de um projeto, suas prováveis conseqüências ambientais, sociais e econômicas, no sentido de aprová-lo, ajustá-lo ou rejeitá-lo. As abordagens mais comuns, nesse período, foram aquelas direcionadas à avaliação de impacto ambiental e social, à análise da relação custo-benefício e à análise da relação custo-benefício social.

É importante esclarecer que a nossa preocupação não é avaliar os impactos unicamente a partir de sua expressão nos assentamentos rurais, mas sim, compreender esses impactos inseridos em um processo contínuo de luta e resistência sociopolítica, no qual os seus desdobramentos recaem sobre um prisma diverso de dimensões e indicadores.

Outra contribuição sobre o tema aparece nas reflexões de Souza e Medeiros. Essas afirmam que:

O termo impacto, no senso comum, denota mudanças bruscas, choque, não se trata de uma categoria trabalhada conceitualmente, nas ciências sociais, embora seja empregada em diversas ocasiões. A “tradução sociológica” de impacto seria a de mudanças desencadeadas a partir de algumas ações, mas uma mudança rápida e suficientemente profunda para ser percebida (pelo cientista social, pelos autores) como provocadora de sensíveis alterações em determinadas esferas da vida social (Souza e Medeiros, 1997, p.10).

Assim, a partir da citação acima, percebemos que existe uma noção sobre o que vem a ser impacto, ou seja, esse termo carrega em si a denotação de mudanças provocadas por elementos motivadores. Entretanto, o significado do termo, também difundido no senso comum, está aquém de sua complexidade conceitual. Esse é o nosso desafio, isto é, oferecer alguns subsídios para a construção desse conceito. Entendemos que o conceito de impactos socioterritoriais refere-se a mudanças (sucessivas e simultâneas) provocadas por um fato social que se territorializa e espacializa num determinado lugar, reconfigurando significativamente a dinâmica do mesmo. Isso significa que na nossa pesquisa, especificamente, os impactos são entendidos como mudanças (rupturas) significativas que ocorreram num lugar (no caso, o

município de Mirante do Paranapanema) em decorrência da territorialização e espacialização de um fato social (os assentamentos rurais).

Nesse sentido, nossa preocupação é refletir sobre os impactos a partir de suas transformações socioterritoriais, quais sejam: latifúndio - assentamento; exclusão - ressocialização; fome - produção familiar; diferentes formas de organização do espaço; analfabetismo - escolarização; mudanças na produção agropecuária, cooperativismo e associativismo; mobilização e participação política; questões relativas à saúde, etc.

Sobre essa temática temos a conclusão de uma pesquisa realizada pela CPDA/UFRJ que também discutiu a questão dos impactos no Brasil tendo como objetivo "*captar os processos de mudanças provocados pelos assentamentos de reforma agrária no qual se inserem*" (Heredia, et al, 2002). Utilizaram o termo impacto entendendo como "*resultado de mudança de curto, médio e longo prazo, sendo compreendidos tanto na vida dos assentados e do assentamento como também para fora deles*" (op cit). Dessa forma, desenvolveram uma análise voltada à "*mensuração e qualificação dos efeitos mudanças (internas e externas aos assentamentos), buscando construir indicadores e relações que refletissem o significado dessas experiências a partir, basicamente, da comparação entre as situações atuais e anterior dos assentados e as condições socioeconômicas existentes no assentamento e no seu entorno*" (op cit).

Ainda sobre essa discussão, o trabalho trata de analisar os efeitos - econômicos, políticos, sociais e ambientais - dos processos de transformação desencadeados pela criação de projetos de assentamentos, sendo que estes processos têm ritmos e intensidades variáveis, e incidem tanto nas famílias dos assentados como no entorno dos assentamentos. As dimensões apontadas pelos autores têm como preocupação resgatar os impactos a partir das *esferas da vida social*, ou seja, buscam auferir as transformações que os assentamentos causam tomando como referência o viés social, não priorizando, evidentemente, a análise geográfica em suas pesquisas.

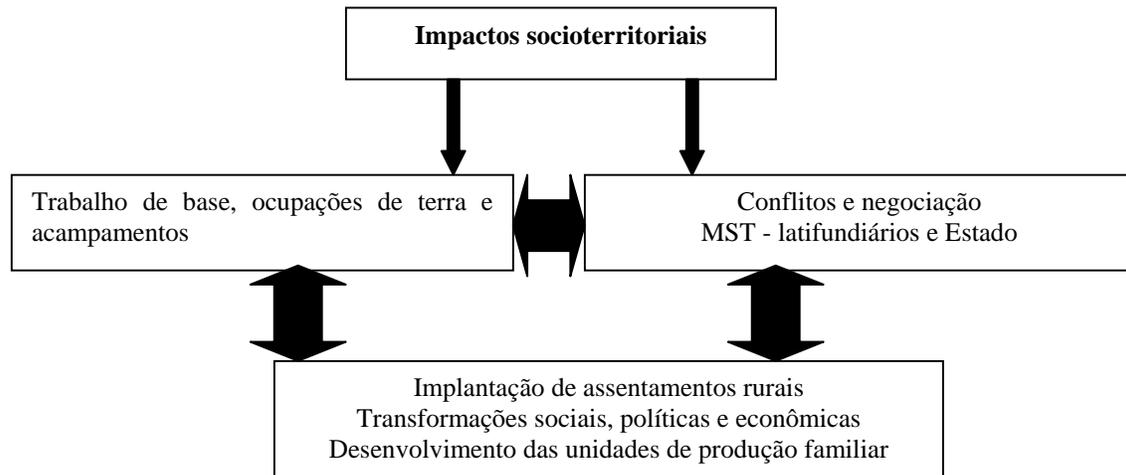
No resultado dessa pesquisa verificou-se que: **a)** a criação dos assentamentos ocorreu mediante o processo de luta pela terra, na organização dos movimentos sociais e nas formas de luta (ocupações coletivas e públicas de terras), resultando em "*áreas reformadas*"; **b)** a criação dos assentamentos implicou em alguma redistribuição fundiária, mas não alterou o quadro da concentração fundiária; **c)** em algumas áreas estudadas verificaram um redesenho da

zona rural, modificando a paisagem, o padrão de distribuição da população, o traçado das estradas, levando à formação de novos aglomerados populacionais, mudando o padrão produtivo, às vezes levando à autonomização de distritos e mesmo criação de novos municípios; **d**) a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população de baixa escolaridade e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/ agrícola, a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. A presença dos assentamentos acaba atuando também como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc.); **e**) em relação à atividade produtiva, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de produtos, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva. Em alguns casos os assentamentos introduziram inovações no beneficiamento de produtos agrícolas e nas formas de comercialização; **f**) acesso a crédito para produção que traz impactos no comércio local e regional; **g**) precariedade da situação em termos de serviços de saúde, escola, infraestrutura, acesso a assistência técnica, etc, indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidade em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro. (Heredia, et al, 2002).

Em nossa pesquisa, compreendemos os impactos socioterritoriais como um *processo* que pode ser de curto ou de longo prazo, dependendo do período de luta no acampamento e o de consolidação do assentamento². Assim, é importante destacar que esse impacto possui três dimensões distintas: a primeira refere-se ao processo de luta que nasce a partir das ocupações de terra, passando pelos acampamentos. A segunda dimensão está relacionada com o processo de implantação/consolidação dos assentamentos. E a terceira refere-se a relação assentamentos-município a partir de sua perspectiva comercial e financeira. Com a figura a seguir, procuramos representar o processo dos impactos socioterritoriais:

² - Curto prazo pode durar de 3 meses até 3 anos, tempo de duração dos acampamentos. Longo prazo pode durar de 10 até 15 anos, o necessário para a consolidação do assentamento (Fernandes, 2000).

Figura 2 – Fases dos impactos



2. As dimensões dos impactos socioterritoriais e suas particularidades no município de Mirante do Paranapanema.

2.1. Dimensão política: do território do latifúndio à territorialização dos assentamentos rurais.

Podemos afirmar, a partir de nosso enfoque, que o primeiro impacto socioterritorial no município de Mirante do Paranapanema refere-se a ruptura do latifúndio para a territorialização dos assentamentos. Essa ruptura foi construída historicamente pelos trabalhadores sem-terra e deve ser compreendida a partir da luta pela terra na região e, mais especificamente, a partir da atuação do MST. Esse impacto socioterritorial tem um conteúdo político muito forte e está diretamente vinculado às ocupações de terra.

Para analisarmos com mais detalhes esse impacto socioterritorial em Mirante do Paranapanema, podemos observar os dados referentes a estrutura fundiária desse município referentes aos anos de 1980, 1985 e 1995/96 (Tabela 12).

**Tabela 12 - Estrutura Fundiária do Município de Mirante do Paranapanema.
1980**

Classes de área (ha)	Área	%	Estabelecimentos	%
Menos de 20	4.757	4.0	520	47.6
20 a menos de 50	8.656	7.3	267	24.5
50 a menos de 100	8.054	6.8	113	10.3
100 a menos de 1000	47.842	40.3	166	15.2
1000 e mais	49.320	41.6	26	2.4
Total	118.629	100.0	1.092	100.0

1985

Classes de área (ha)	Área	%	Estabelecimentos	%
Menos de 20	4.250	3.4	509	47.2
20 a menos de 50	8.721	7.3	270	25.1
50 a menos de 100	7.271	6.1	103	9.6
100 a menos de 1000	48.861	40.7	172	15.9
1000 e mais	51.020	42.5	24	2.2
Total	120.123	100.0	1.078	100.0

1995/96

Classes de área (ha)	Área	%	Estabelecimentos	%
Menos de 20	4.450	2.6	813	55.3
20 a menos de 50	12.420	7.4	347	23.6
50 a menos de 100	10.230	6.1	121	8.2
100 a menos de 1000	68.360	40.5	177	12.0
1000 e mais	73.450	43.4	13	0.9
Total	168.910	100.0	1.471	100.0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1980, 1985, 1995/96.

Analisando os dados acima e, conseqüentemente, comparando os três períodos, observamos que o maior número de estabelecimentos encontra-se nos grupos de área com menos de 20 ha (também onde encontramos os assentamentos rurais) e de 20 a menos de 50 ha. Esse número também mantém-se nas classes de área de 50 a menos de 100 ha. Conforme as classes de área vão aumentando (100 a menos de 1000 e 1000 e mais ha), o número de estabelecimentos vão diminuindo. Isso significa, entre outras coisas, que mesmo com a territorialização dos assentamentos no município não houve, ainda, uma mudança significativa na estrutura fundiária.

Porém, a constituição dos assentamentos rurais no município trouxe mudanças em relação as participações relativas dos números de estabelecimentos e dos grupos de área que demonstram uma significativa retomada da diferencialidade territorial (participação relativa dos estabelecimentos por grupo de área) aumentando o diferencial de territorialização (participação absoluta da área por grupo) dos estabelecimentos menores. Para se ter uma idéia, em 1980 existiam 520 estabelecimentos com menos de 20 hectares em Mirante do Paranapanema, já em

1995/96 esse número subiu para 813. Essa mudança resulta da instalação dos assentamentos rurais. Em contrapartida, em 1980 existiam 26 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares no município, número que diminuiu para 13 em 1995/96, ou seja, houve uma diminuição de 50%. Assim, mesmo não havendo uma mudança significativa da estrutura fundiária, o território do latifúndio vem sendo substituído pela territorialização dos assentamentos rurais.

Ainda sobre a questão das ocupações de terra, para se compreender melhor esse processo, utilizamos as reflexões de Fernandes quando este trabalha com alguns conceitos para explicar a *multidimensionalidade do espaço de socialização política construída pela práxis dos trabalhadores e das instituições envolvidas no interior dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra* (Fernandes, 1996, p. 225).

Esse autor, quando reflete sobre o processo de ocupação de terra, destaca que este é um momento de manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos, é efetivamente um “espaço de luta” e que busca, fundamentalmente, a garantia de sua sobrevivência como sujeito histórico. Assim:

O acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários. O acampamento é a ocupação do latifúndio, cujas conseqüências são (im)previsíveis. Neste espaço está colocada em questão a luta e, portanto o enfrentamento com Estado, por intermédio da negociação política, e com os latifundiários, pelo conflito direto. Dependendo da forma do encaminhamento e da relação de poder entre as forças políticas vão se dar diferentes situações de luta. Com relação ao Estado acontece o despejo, freqüentemente, por meio do uso de violência pela força policial. Com relação os latifundiários o enfrentamento violento contra jagunços contratados para fazerem o serviço. (...) É um confronto violento, em que as famílias acampadas procuram resistir de diferentes maneiras para não sair da terra. Esta resistência pode ser desenvolvida a partir da (re)criação de formas da luta popular e pressão política aos parlamentares e ao governo, para lutar política e juridicamente contra seus inimigos. Em último caso, tentar ampliar o prazo da liminar de reintegração de posse ao latifundiário. Contudo, o despejo é, quase sempre, iminente. Mas o despejo não significa o fim. O acampamento é removido para a beira de uma rodovia, de onde se reiniciam as negociações no plano político, jurídico e social (Fernandes, 1996, p. 238-39).

Essa explicação do espaço de luta e resistência é importante para que possamos compreender que a ocupação é um dos principais momentos da luta pela terra. O futuro do

assentamento possui suas raízes neste processo. Um processo no qual as famílias passam fome, frio, sede, enfrentam a polícia, os jagunços, a justiça e a falta de apoio pela maioria da sociedade.

Nesse sentido nos relata Fernandes:

Os trabalhadores colocam para o Estado a possibilidade da negociação e quando este responde com violência, pela repressão policial, quase sempre os conflitos tornam-se fatais. A violência e os despejos não acabam com a luta pela terra, assim como não termina na sua conquista. A conquista da terra na instalação do assentamento significa continuidade da luta, significa a conquista de frações do território (Fernandes, 2000, p.241).

Para aprofundarmos essa discussão sobre as ocupações de terra, utilizamos os dados coletados na pesquisa de campo realizada nos assentamentos rurais, no qual constatamos que parte significativa dos trabalhadores que participaram do processo de ocupação ficaram acampados durante um período de dois a cinco anos, conforme podemos observar na tabela 13. Os 21.6% que não ficaram acampados são pessoas que já moravam nas fazendas (eram capatazes, caseiros) e não participaram do processo de ocupação.

Tabela 13 – Tempo que ficou acampado.

Anos	Entrevistados	%
Até 1	28	11.2
1 a 2	46	18.4
2 a 5	93	37.2
+ de 5	29	11.6
Não ficou acampado	54	21.6
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2001.

A partir desse contexto, entendemos ser a ocupação de terra um forte impacto socioterritorial na vida dos sujeitos que estão participando desse processo de luta. Os acampamentos nas beiras das estradas, as famílias debaixo das lonas pretas, as organizações internas nos acampamentos, os despejos, as reintegrações de posse, as negociações entre sem-terra, fazendeiros e Estado até a conquista da terra, são ações sociais pensadas politicamente, que geram alterações no território.

Assim, quando falamos na dimensão política dos impactos socioterritoriais destacamos os seguintes processos: a) as mudanças fundiárias decorrentes da territorialização dos

assentamentos; b) o conteúdo político que leva ao processo anterior: as ocupações de terra; c) a ressocialização sociopolítica e econômica a partir dos assentamentos.

Essa ressocialização sociopolítica e econômica deve ser compreendida a partir do conceito de agricultura camponesa. Como já afirmamos no primeiro capítulo, o conceito de agricultura camponesa resgata o conteúdo político do camponês, sua resistência histórica ao latifúndio e sua busca permanente de sobreviver enquanto sujeito social. Busca resgatar sua estruturação interna. Já o conceito de agricultura familiar, muito difundido atualmente, prioriza, enquanto dimensões de análise, a rentabilidade financeira dos pequenos agricultores, sua eficiência econômica, seu aporte tecnológico, enfim, é um conceito importado do modelo dos *farmers* norte-americanos.

Essa é uma questão importante para se avaliar os impactos socioterritoriais, pois a conquista do assentamento tem um significado para os assentados que nem sempre está vinculado a essa concepção presente no conceito de agricultura familiar. Para se ter uma idéia, durante as entrevistas realizadas com o prefeito municipal de Mirante do Paranapanema e com o presidente da Associação Comercial e Industrial do município, obtivemos algumas argumentações interessantes nesse sentido, como podemos observar a seguir:

“É em termos de produção, eles tem uma grande dificuldade na área da produção. Primeiro porque as terras são fracas e para se recuperar essa terra se gasta muito, os insumos são muito caros, adubo é caro, precisam de mão-de-obra, de alguém que os oriente, o que não tem, então é um negócio...a agricultura deles é praticamente aquela familiar, aquela uma de subsistência e essa agricultura de subsistência não vai gerar riqueza para ninguém, ela não vai gerar condições de vida melhores para esse povo, é claro que numa parte pelo menos para a subsistência tem, mas isso não é o ideal, o ideal é se procurar uma alternativa para que esses assentamentos produzam e eu não estou vendo nenhuma luz no fim do túnel, para que esse povo possa produzir e que dê mais condições de vida para esse povo” (Entrevista com o prefeito municipal, junho de 2002).

“ eles (os assentados) não têm perspectiva empresarial, eles olham a terra deles como se fossem o quintal da terra deles, eles têm que olhar a terra deles como se fosse uma empresa dele, por exemplo, se ele tem um frango ele tem que saber que aquele frango tem um custo, então não pode chegar lá o compadre dele e ele pegar o frango, deparar e dar para esse compadre, se o cara quiser almoçar com ele que almoce, mas se o compadre quer um frango ele tem que vender, ele tem que começar a enxergar o lote dele como uma empresa, mas para que ele tenha essa visão é necessário que haja investimento na educação desse pessoal, é preciso que haja investimentos na área de pesquisa e nós não

temos isso” (Entrevista com o presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirante do Paranapanema, junho de 2002).

Esses dois comentários destacados acima revelam concepções distintas de agricultura. Para o prefeito e para o presidente da Associação Comercial e Industrial do município, as dificuldades sociais e econômicas existentes nos assentamentos decorrem da falta de perspectiva empresarial do assentado, pois este não segue ou atende os parâmetros da tal agricultura familiar, eles não conseguem ter rentabilidade. Assim, na visão desses entrevistados, os impactos oriundos dos assentamentos seriam aqueles que produzissem retornos econômicos. Ao mesmo tempo, para o assentado, certamente, a terra, o seu lote, tem um significado que está para além dessa perspectiva empresarial. Esse conteúdo político da ressocialização, que nem sempre vem acompanhada de melhoria imediata nas condições de vida, é que estamos querendo chamar a atenção. As ocupações, a ruptura com o latifúndio movem essa ressocialização: a conquista da terra, fruto da luta camponesa construída historicamente.

2.2. As mudanças e necessidades sociais e econômicas resultantes do estágio de implantação/consolidação dos assentamentos rurais.

Compreendido esse primeiro processo de impacto socioterritorial, o segundo começa a partir da conquista da terra, com os assentamentos rurais. Ou seja, com a implantação e consolidação dos assentamentos algumas mudanças e demandas começam a aparecer: saúde, educação, moradia, transporte, estradas, etc. Essas necessidades provocam impactos internos aos assentamentos e também ao município, pois envolvem diretamente o poder público municipal. Mas antes de entrarmos nessas necessidades, vamos apresentar uma reflexão sobre os assentamentos rurais e um breve diagnóstico dos assentados do município de Mirante do Paranapanema.

Segundo Bergamasco e Norder o termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros países. Segundo eles, de forma genérica os assentamentos rurais podem ser definidos como:

(...) criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (Bergamasco e Norder, 1996, p. 07-08).

No Brasil existem, atualmente 5.200 assentamentos, com 569.733 famílias assentadas em 25.598.614 hectares de terra (DATA LUTA, 2001). A múltipla origem desses assentamentos permite classificá-los em cinco tipos:

- 1 - projetos de colonização – formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola;
- 2 - reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas;
- 3 - planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória;
- 4 - programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra de 1964, parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney;
- 5 - a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (Bergamasco e Norder, 1996, p. 8-9).

Estes assentamentos possuem um valor estratégico importante, na medida em que fornecem elementos para uma avaliação da pertinência da proposta de reforma agrária e de reestruturação da propriedade fundiária no Brasil. Como já salientamos, a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo.

Também são múltiplos os sujeitos envolvidos no processo de assentamento: os demandantes por terra; o INCRA; o Poder Judiciário; as secretarias estaduais de agricultura e seus organismos de assistência técnica; as prefeituras; as organizações não governamentais voltadas quer para o apoio e assessoria às organizações de trabalhadores, quer especializadas na elaboração de projetos específicos de desenvolvimento; entidades vinculadas às Igrejas; entidades de representação, como é o caso dos sindicatos, da CONTAG e suas federações regionais; o

MST; as associações de produtores; as cooperativas e as entidades patronais (sindicatos, associações).

Da mesma forma, são bastante diversificados os beneficiários diretos dos assentamentos. Do ponto de vista da inserção no processo produtivo, encontram-se os posseiros, com longa história de ocupação de terra; filhos de produtores familiares pauperizados que, frente às dificuldades financeiras para o acesso a terra, optaram pela ocupação como único caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores independentes; parceiros em busca de terras próprias; pequenos produtores atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais; populações da periferia urbana; aposentados que viram na terra a possibilidade de complemento de renda, etc.

A partir dessa discussão mais genérica sobre os assentamentos rurais, destacamos algumas particularidades destes no município de Mirante do Paranapanema. Na pesquisa de campo constatamos que os assentados, antes de serem assentados na região, eram, em grande parte, assalariados rurais (60.8%). Já 21.6% destes eram assalariados urbanos (Tabela 14).

Tabela 14 – Última experiência de trabalho antes de ser assentados na região.

Tipo de trabalho	Nº	%
Arrendatário	28	11.2
Assalariado rural	152	60.8
Posseiro	08	3.2
Meeiro	00	0.0
Assalariado urbano	54	21.6
Pequeno proprietário	08	3.2
Outras	00	0.0
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2001.

O primeiro Censo da Reforma Agrária realizado em 1996 pelo INCRA/Crub/UnB, apresentou no resultado da pesquisa a presença de atividades urbanas entre os assentados antes de seu assentamento, indicando a participação de trabalhadores urbanos nos projetos de reforma agrária (ver quadro 2).

Quadro 2 – As 30 atividades mais freqüentes do beneficiário antes de seu assentamento, (Brasil)

Atividade anterior	Porcentagem estimada de beneficiários envolvidos
Agricultor/camponês	53.96
Trabalhador rural	8.31
Outras atividades	2.82
Garimpeiro	1.48
Motorista	1.45
Pedreiro	1.42
Seringueiro	1.39
Bóia-fria	1.30
Capataz/vaqueiro	1.28
Diarista	1.08
Outras atividades rurais	1.04
Comerciante	0.98
Doméstica	0.89
Pecuarista	0.71
Carpinteiro	0.64
Servente	0.46
Professora cursada	0.46
Tratorista	0.44
Mecânico	0.41
Administrador	0.38
Pescador	0.38
Professora leiga	0.32
Servidor público civil	0.32
Comerciário	0.30
Vigilante	0.28
Madeireiro	0.27
Metalúrgico	0.27
Camelô/ambulante/vendedor	0.27
Marceneiro	0.27
Operador de moto serra	0.25

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/Crub/UnB.

Como podemos observar por meio do quadro acima, os beneficiários do processo da reforma agrária são notavelmente agrícolas, com ênfase na categoria agricultor/camponês (53.96%). Por trabalhador rural, estamos entendendo como aquelas pessoas que trabalhavam na agricultura na condição de assalariado, representando 8.31%. As atividades urbanas, embora sem muita relevância estatística, mostram que as pessoas acreditam na possibilidade de conseguir terra e trabalho no campo, afirmando que o emprego urbano está desestabilizado e que a volta ao campo é possível.

Além de apontar os sujeitos e instituições envolvidas no processo de assentamento, é importante ressaltar que, do ponto de vista das políticas públicas, a emergência dessas unidades se fez por meio da lógica de intervenção pontual sobre situações de conflito,

segundo sua gravidade e/ou importância e capacidade de se fazer valer dos diferentes interesses envolvidos nas desapropriações. Sob esse prisma as unidades criadas são espacialmente dispersas, muitas vezes sem nenhuma infra-estrutura viária, apoio financeiro, assistência técnica e educacional.

Esses aspectos, em sua inter-relação, fazem dos assentamentos um verdadeiro centro de estudos e pesquisas. Um dos temas ainda pouco estudados é sobre o que os assentamentos têm representado no espaço econômico, social, político no qual se inserem. Entre os estudos disponíveis, destacam-se Benedetti (1998) e Zamberlam e Florão (1991), este último chamando a atenção para o impacto econômico regional, analisando variáveis como renda e oferta/consumo de alimentos resultante da criação de oito projetos na região de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.

Em nossa pesquisa estamos trabalhando com várias dimensões dos impactos socioterritoriais (social, econômica, política), procurando contribuir para o entendimento das transformações que os projetos de assentamentos rurais estão causando no território.

A partir do processo de constituição, implantação e consolidação dos assentamentos rurais novas reivindicações surgem, como por exemplo: infra-estrutura social (saúde, educação, transporte, moradia, cultura), produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, estradas, apoio creditício e comercial, renda) e organizativa (núcleos de base, cooperativismo, ocupações de prédios públicos, participação política).

2.2.1. Educação.

Após a instalação dos assentamentos rurais uma necessidade primordial vem a tona: a educação dos assentados. Quando falamos de impactos socioterritoriais a partir do prisma da educação, temos que considerar dois níveis: o impacto interno ao assentamento, já que a conquista deste possibilita a educação para pessoas excluídas da sociedade, ressocializando estas nesse sentido; os impactos para o poder público municipal e para o Estado ao atenderem essa demanda criada.

Porém, é importante ressaltar que predomina no pensamento educacional contemporâneo o entendimento da educação como um processo continuado e permanente.

Entretanto, o quadro educacional brasileiro é ainda bastante insatisfatório. O direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população brasileira, dando origem à luta por uma educação popular voltada, especificamente, às áreas rurais, as mais atingidas pela exclusão educacional.

Miguel Arroyo (1999), no prefácio ao livro de Roseli Caldart, que trata da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, lembra o discurso de um governador mineiro dos anos vinte, que ao enfatizar a importância da reformulação dos currículos para as cidades mineiras, fala da educação dos(as) trabalhadores(as) do campo, dizendo que "para o cultivo da terra, para mexer com a enxada e para cuidar do gado, não são necessárias muitas letras". Esta fala reflete muito bem o que tem predominado na política educacional brasileira, no que diz respeito à educação do campo. Pois, até hoje esta é relegada a segundo plano, limitando-se a escola, ao ensino das primeiras letras, as classes multiseriadas, ao planejamento à distância, a má qualificação dos professores, ao alto índice de evasão, entre outros problemas.

Acompanhando o trabalho desenvolvido pelo INCRA e pelo MST, observa-se que a situação é agravante no campo, pois dos trabalhadores que conseguiram ser assentados, a maioria necessita de condições básicas satisfatórias para a sobrevivência (saúde, condições hidro-sanitárias e educação, entre outras), que atualmente ainda são precárias.

A educação no campo deveria ser uma educação específica e diferenciada, estando voltada para a formação humana, emancipadora e criativa, assumindo de fato a identidade do meio rural. Identidade essa que se expresse não só como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico, no sentido não só da eliminação do analfabetismo, da reintegração do jovem e do adulto à escola regular, mas como um instrumento da construção de um projeto de desenvolvimento que elimine a fome e a miséria.

A relação campo-cidade faz parte do desenvolvimento da sociedade brasileira, mas na realidade ela tem ocorrido de forma desigual. As ações concretas visando o desenvolvimento são sempre pensadas a partir da cidade, não incorporando a visão daqueles que vivem no campo e, muitas vezes, sem conter uma análise mais rigorosa da própria realidade do campo.

É importante citar alguns dos dados que se encontram "adormecidos" nos anuários estatísticos. Os dados do IBGE de 1995 apontam que 32.7% da população do meio rural,

que tem acima de 15 anos, é analfabeta. Segundo o I Censo da Reforma Agrária no Brasil, realizado em 1996, o índice de analfabetismo dos trabalhadores assentados alcança 43% na média nacional, chegando em alguns Estados a até 70%. E a prestação de serviços escolares é precária ou não existe. Há ainda muitas crianças fora da escola, mesmo tendo havido um aumento nos últimos cinco anos de 5.9% das matrículas no ensino rural. Embora o ensino fundamental absorva hoje 36 milhões de crianças "*o quadro sócio-educacional continua a produzir excluídos dos ensinos fundamental e médio, produzindo jovens e adultos sem escolaridade obrigatória completa*" (Cury, 2000, p.2).

Não é preciso insistir na compreensão do papel da educação neste contexto tão complexo e com um índice de analfabetismo e exclusão tão elevados.

O Plano Nacional de Educação, embora não apresente dados específicos sobre a exclusão no meio rural, afirma que os maiores índices de crianças fora da escola estão concentrados *nos bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais* (PNE, 1997, p.31). Apesar disso, quando se pensou nos parâmetros curriculares deixou-se de lado a especificidade da zona rural. As políticas públicas têm priorizado a zona urbana, dado que as escolas no meio rural são mais caras e tornam-se inviáveis. Daí ser importante que se investigue que tipo de escola pública é oferecida à população do campo, que de modo geral é uma escola relegada ao abandono.

Essa realidade tem gerado, ao longo dos anos, uma situação de precariedade da escola do campo, devido, principalmente, aos seus resultados pedagógicos insuficientes e aos altos índices de evasão, sendo estes responsáveis, em boa parte, pelo contingente de pessoas jovens e adultas fora da escola e ainda pelo significativo contingente de pessoas não alfabetizadas. Entretanto, uma nova realidade vem emergindo, a sociedade civil vem se organizando e empreendendo esforços no sentido de melhorar as condições de vida e influir nas políticas e programas governamentais. Diferentes grupos, como os índios, os negros e os trabalhadores sem-terra, por exemplo, vêm afirmando sua identidade e dignidade ao descobrir, redescobrir e potencializar seus conhecimentos e culturas por meio da luta pela escola pública e de modalidades inovadoras de educação em suas próprias áreas.

Apesar de algumas experiências já estarem acontecendo e dando certo em alguns Estados do Brasil, a exemplo das escolas itinerantes dos assentamentos; das escolas de

formação de magistério e de formação de técnicos agrícolas sob responsabilidade do MST; das escolas em assentamentos para Jovens e Adultos através do PRONERA; dos cursos de formação em Nível Superior em Pedagogia, como o que está acontecendo em UNIJUÍ-Rio Grande do Sul; do Curso de Formação de Professores na Universidade Federal da Paraíba, muito ainda há de se fazer, pois o atendimento só alcança uma pequena parte desta população. Como afirmam Furtado e Jesus:

Frente a esta realidade e às exigências do mercado agrícola cada vez mais tecnificado e globalizado, tornam-se absolutamente inaceitáveis estes índices de analfabetismo e urgente um planejamento da educação fundamental que contemple as especificidades do campo e uma política pública de educação de jovens e adultos que viabilize a inclusão dos trabalhadores, numa abordagem que seja mais pertinente a da Educação Popular (Furtado e Jesus, 1998, p.4).

Nesse contexto, uma das lutas mais amplas do MST está associada à educação. Uma educação/pedagogia que seja voltada à problemática atual do meio rural. Uma luta pela implantação de escolas de qualidade em todas as suas áreas de assentamentos e acampamentos.

A luta pelo acesso e a permanência na escola, ancorada no processo educativo vivido pelos trabalhadores no cotidiano do movimento social, tem início no reconhecimento da educação como direito de todos, que vai lhes dar um mínimo de igualdade para superar/vencer a situação de exclusão política e econômica em que vivem.

Ao contrário do que se pensa, o trabalhador rural está preocupado e interessado em que pelo menos seus filhos tenham uma educação de qualidade. A representação social erroneamente construída sobre o homem do campo - a de que este é desprovido de conhecimento, pode ser desconstruída a partir do momento em que verificamos uma preocupação constante por parte do MST de que estes sujeitos possam ter acesso a uma educação de qualidade.

Este Movimento criou em 1987 o Setor de Educação, cuja finalidade era tratar das questões educacionais da população sem-terra (tanto acampados como assentados). Alguns pontos foram elencados fundamentais para a ação desse Setor: colocar as crianças ainda sem acesso à escolarização; qualificar o ensino fundamental e médio (qualificação técnica) para jovens nas áreas de produção e administração; formação de professores; educação infantil e de jovens e adultos e a implementação de um curso superior de Pedagogia (Andrade, 1997).

Alguns elementos foram conquistados (como as escolas nos assentamentos) e outros ainda precisam ser repensados e reconstruídos, pois como destaca Andrade:

O MST apresenta limitações na construção de seu projeto educacional. A principal delas é a defasagem entre a teorização da proposta pedagógica e sua implementação nas bases (acampamentos e assentamentos). Esse fato ficou evidenciado no primeiro estudo, indicando que a proposta educacional do MST ainda está muito distante de ser implementada nos assentamentos paulistas, uma vez que a prática escolar, segundo os princípios filosóficos e pedagógicos do Movimento, não tem se realizado efetivamente. Os jovens, formados pelo Movimento não têm retornado às suas bases, e muito menos às escolas, sendo cooptados para o trabalho de liderança (...).

Outra limitação é o número reduzido de pessoas atuando na área da educação, dificultando o trabalho de organização deste setor. São poucos os assentamentos, no Estado de São Paulo, que possuem um coletivo (núcleo) responsável pelos assuntos educacionais da comunidade (Andrade, 1997, p. 260-1).

No caso dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema existem duas escolas. Uma está localizada no assentamento Che Guevara e atende crianças do ensino fundamental e a outra localiza-se no assentamento São Bento – é a escola Estadual São Bento – atendendo crianças e jovens do ensino fundamental e médio. Nesta última estão matriculados 800 alunos e, segundo o diretor de ensino do município, para atender a demanda de alunos esta sendo construída mais seis salas de aula, refeitórios com 242 m², sanitários, cantina e uma quadra poliesportiva.

Para estudar os impactos referentes à educação, vamos dividir nossa análise em dois momentos. No primeiro vamos destacar os elementos internos aos assentamentos. Para isso elegemos alguns indicadores, como: grau de escolaridade dos assentados; transporte escolar; qualidade do ensino fornecido nas escolas. Em relação ao grau de escolaridade dos assentados do município de Mirante do Paranapanema constatamos o seguinte resultado (Tabela 15).

Tabela 15 – Grau de escolaridade dos entrevistados.

Grau de escolaridade	Nº	%
Analfabeto	80	32.0
Ensino Fundamental Incompleto	117	46.8
Ensino Fundamental Completo	37	14.8
Ensino Médio Incompleto	09	3.6
Ensino Médio Completo	07	2.8
Ensino Superior Incompleto	00	0.0
Ensino Superior Completo	00	0.0
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

A partir dos dados acima, notamos que os assentados, em sua maioria, possuem o 1º grau incompleto (46.8%). Também percebemos que 32% são analfabetos. Apenas 14.8% possuem o ensino fundamental completo e 2.8% o ensino médio completo. Nos dados do IBGE a taxa de analfabetismo da população adulta do município é de 19.0%³, sendo 9% no meio rural e 10% no meio urbano. Segundo dados do ITESP de Mirante do Paranapanema a média de analfabetismo de cada assentamento está em torno de 5.96%. Esse resultado é baixo se comparado à taxa de analfabetismo do meio rural do município, do Estado de São Paulo (14%) e do Brasil (25%).

Esse é um primeiro indicativo importante para entendermos os impactos socioterritoriais dos assentamentos: a ressocialização desses sujeitos a partir da educação. Obviamente que as condições de educação dos assentados ainda são muito precárias. Porém, a instalação do assentamento e sua importância enquanto um conflito social significativo na sociedade brasileira gera uma reivindicação ao poder público municipal e ao Estado, o que produz, mesmo que ainda de forma insatisfatória, ações voltadas a viabilizar as escolas nos assentamentos. Ou seja, uma população que estava totalmente excluída da sociedade acaba tendo uma possibilidade de ressocialização, de recondução à cidadania. Esse, sem dúvida alguma, é um impacto substancial.

Como já salientamos, existem duas escolas nos assentamentos rurais de Mirante do Paranapanema: a escola Che Guevara e a São Bento. Entretanto, essas escolas localizadas nos assentamentos também atendem alguns filhos de pequenos proprietários do município e, também, é importante destacar que existem assentados que estudam nas escolas da cidade de Mirante do

Paranapanema. Isso é o que nos disse a Supervisora das Escolas dos Assentamentos Rurais, como podemos comprovar abaixo:

“Olha, essas duas escolas são, totalmente, de crianças assentadas, elas são exclusivas, ela está no meio dos assentamentos e são para os filhos dos assentados e também estudam ali filhos de pequenos proprietários que moram ali por perto, mas chega a ter uma média de 98% de assentados. A escola São Bento é maior, deve ter uns 800 alunos e a da Santa Clara (Che Guevara) é só de primeira a quarta séries, então nós temos, mais ou menos, uns 70 alunos divididos nas 4 séries e nós temos o ensino infantil que é pago pela prefeitura. E nós estamos criando agora lá também o Telecurso para o ensino fundamental para mais 50 alunos adultos no período noturno. Nós temos assentados que moram aqui perto, por exemplo, o assentamento Palú...eles vem aqui para Mirante, porque esses alunos estão assentados aqui na região de Mirante e Presidente Bernardes, mas eles vem tudo aqui para Mirante, mesmo aqueles que estão numa área que pertence a Bernardes eles transportam para cá e estudam na Escola Quirino, outras escolas devem ter 2 ou 3 alunos, mas essa tem mais, porque ela abrange esses alunos que moram aqui por perto da cidade. Como Mirante foi loteada numa área de 8 Km da cidade...então para a São Bento fica muito longe e aí então eles vem de ônibus para cá”. (Entrevista com a Supervisora da Direção de Ensino, junho de 2002).

A escola São Bento concentra o maior número de estudantes (53.2%). Cerca de 7.6% dos assentados estudam em escolas na cidade de Mirante do Paranapanema e apenas 0.8% dos entrevistados estudam na Escola Che Guevara (Tabela 16).

Tabela 16 – Local de estudo dos assentados.

Grau de escolaridade	Nº	%
Não estuda*	94	37.6
Escola Estadual São Bento	133	53.2
Município de Mirante do Paranapanema	19	7.6
Distrito de Costa Machado	00	0.0
Distrito de Cuiabá Paulista	00	0.0
Escola Che Guevara	02	0.8
Colégio Agrícola de Rancharia	02	0.8
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

* - Inclui os que não tem filhos ou não estão em idade escolar.

Outro elemento importante na questão da educação é a participação dos membros da família nas reuniões realizadas. São nessas reuniões que os pais mantêm contato

³ - Informações retiradas do site: www.ibge.gov.br.

com a realidade educacional e com o ensino que seus filhos estão recebendo. Dessa maneira, 53.6% dos entrevistados responderam que participam das reuniões escolares e 46.4% não participam, alegando como justificativas a distância e/ou a falta de tempo.

Quanto à qualidade do ensino atribuímos alguns indicadores para a análise: a) bom: acesso a materiais didáticos, professores com formação específica, infra-estrutura adequada; b) regular: acesso a materiais didáticos, professores com formação específica, falta de infra-estrutura; c) ruim: falta de materiais didáticos, professores sem formação específica e falta de infra-estrutura. O resultado pode ser observado na tabela 17.

Tabela 17 – Qualidade do ensino.

Grau de escolaridade	Nº	%
Bom	102	40.8
Regular	40	16.0
Ruim	14	5.6
Não sabe*	94	37.6
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

* - Porque não tem filhos ou não tem filhos em idade escolar.

Ao trabalharmos com a idéia de qualidade do ensino não estamos nos referindo apenas ao conteúdo transmitido aos alunos. Entendemos por qualidade de ensino a relação estabelecida entre professores e alunos e, principalmente, a preocupação que estes professores venham a apresentar na compreensão sobre a luta, o trabalho e a vida dessas crianças e jovens assentados. No Caderno de Formação nº 9 do MST, estes destacam que: *“para ser educadora numa escola como esta é preciso ser apaixonada pela educação, conhecedora da realidade do campo e sensível aos problemas; a favor da Reforma Agrária, lutadora do povo e amiga ou militante do MST”* (p.15).

No entanto, sabemos que essa relação ainda está distante do real, muitas vezes não há esse envolvimento dos educadores e nem a compreensão da realidade do campo, sendo algo que necessita ser construído para fortalecer a educação. Neste caso, a proposta do MST é priorizar a frente de formação de educadores, integrando pessoas do MST ou não, mas que valorizem a luta pela reforma agrária e a transformação social (Caldart e Kolling, 1997, p.236).

Ao perguntarmos ao entrevistados se o ensino que seus filhos recebem está voltado para a realidade do campo, obtivemos as seguintes respostas: 30% responderam que sim,

26.8% que não e 43.2% não souberam responder. O diretor de ensino do município nos relatou que a questão do ensino voltado para a realidade do campo não pode ser uma preocupação para o ensino fundamental e médio:

“A nossa preocupação é básica, que eles aprendam o que todas as crianças do ensino fundamental e médio tem que aprender. Agora, depois que ele tiver essa formação, ele procura uma escola específica como o Colégio Agrícola de Presidente Prudente ou Rancharia”. (Entrevista realizada em setembro de 2001).

Diferente dessa concepção, o coordenador regional do MST nos relatou sobre este assunto, afirmando que: *“educação, ensino, qualidade é muito mais que saber ler e escrever. É garantir que essas crianças saibam o por que estão ali, é conhecer a sua realidade e saber defende-la”* (Entrevista realizada em setembro de 2001).

Ainda sobre essa questão da educação nos assentamentos, a Supervisora da Direção de Ensino destacou a inexistência de um projeto ou de um programa pedagógico voltado às necessidades e demandas dos assentados. Ela ainda afirma que:

“Não, não existe uma educação específica para eles, seria isso o interessante para eles, eles até querem, quando eles falam eles mostram que realmente queriam uma educação diferenciada, mas nós não temos, porque os professores são contratados pelo Estado, pelo regime da Secretaria da Educação como funcionário público, então não tem uma direção ou professores que prestam um concurso diferenciado. Mas quando chegam a escola a gente sempre orienta para esses professores se integrem a comunidade, mas nada diferenciado, nada específico...não é um professor que saiu do assentamento, seria o ideal para eles”. (Entrevista com a Supervisora da Direção de Ensino, junho de 2002).

Conforme ressalva Kolling, Nery e Molina (1999) atualmente existe um vazio em relação às propostas pedagógicas que tomem o campo como referência, os parâmetros são os das escolas urbanas, ou seja, são baseados em modelos importados e não ajudam a compreender a realidade. Contudo, os valores, os modos de vida urbanos influenciam diretamente os assentados, elaborando premissas de que o urbano é o lócus do desenvolvimento, das atividades tecnológicas, enquanto que o rural é arcaico, atrasado. Segundo Solares (1998) atualmente, é necessário recuperar as especificidades dos conceitos bem como o uso das categorias: cidade-campo,

agricultura-indústria, rural-urbano. Somos obrigados a buscar novos caminhos e instrumentos teóricos-metodológicos, para solucionar essas questões.

Nesse sentido, é necessário buscar uma ação educativa e política que torne real a educação no campo, que a transforma em meio fundamental para se alcançar uma melhor qualidade de vida, de cidadania plena e uma maior participação nos processos produtivos, assim como, contribuir para o desenvolvimento local.

No que se refere às dificuldades apresentadas pela Supervisora da Direção de Ensino e relacionadas aos assentamentos rurais, podemos destacar o seguinte comentário:

“Aqui nós temos esse cuidado, ou seja, quando se forma o acampamento nós já temos a preocupação de pegar esses alunos e levar para escola, isso aí já é feito, mesmo que aquela escola não tenha vagas a gente faz toda a tramitação para que ocorra a criação de uma classe, por exemplo, se chega muitos alunos de primeira série a gente faz desdobramento de classe, criação de classe e não há empecilho nenhum, a Secretaria não coloca nenhum empecilho, então são todas atendidas. Existem problemas, pois você sabe que eles mudam muito de lugar, se tem outro acampamento eles mudam, é claro que procurando alguma coisa melhor para eles e o maior problema nosso é a tramitação de papéis de uma escola para outra, às vezes ele está acampado em um lugar e vem um oficial de justiça e solicita que eles se retirem e eles saem de um dia para o outro, não avisam ou não tem condições de avisar na escola e vão para outra sem documentação e aí ele fala que é um aluno de terceira série e aí você não sabe se ele é um aluno de terceira série, porque não tem documento nenhum. Então, por isso, nós temos um trabalho na Secretaria de reclassificação desses assentados, se ele chegou sem nada, sem documentação nós não vamos excluir ele, nós perguntamos em que série ele está e aplicamos uma prova para saber o nível ou em que sala ele deve estar, então não tem dificuldades não...a maior realmente é identificar o nível que eles estão”. (Entrevista com a Supervisora da Direção de Ensino, junho de 2002).

Após esse relato, podemos dizer que finalizamos esse primeiro nível dos impactos socioterritoriais a partir da educação e sua expressão interna aos assentamentos. Agora, vamos destacar o segundo nível de impactos relacionados à educação: a relação entre a demanda criada e o poder público municipal.

Dos serviços vinculados a educação da população assentada, o município desempenha o seguinte papel: transporte dos alunos, merenda escolar, a manutenção de algumas salas especiais e a viabilização do ensino infantil. No que se refere ao transporte escolar, os entrevistados relataram que a atual administração organizou essa questão que antes era precária

(não havia veículo disponível ou os motoristas estavam em greve por falta de pagamento). São utilizados dois ônibus e seis peruas kombis para o transporte. Segundo o prefeito municipal, essa demanda de transporte gera um alto custo ao município, como podemos verificar abaixo:

“mas o transporte tem que puxar o aluno da casa até a escola, existe o transporte escolar para toda a região do município, é um serviço terceirizado, mas a prefeitura tem uma parte que ela puxa, não tenho certeza, mas das 28 linhas, umas 8 ou 9 são da prefeitura, a prefeitura entra com uma parte e o Estado com a outra, de todo jeito a prefeitura tem gastos e esses gastos aumentaram, se aumenta o número de alunos e de transporte, aumenta a despesa e é a prefeitura que tem que bancar” (Entrevista realizada em junho de 2002).

Essa demanda gerada a partir dos assentamentos acaba por revelar uma relação conflituosa entre o poder público municipal e o Estado. Isso pode ser comprovado a partir do comentário do prefeito municipal:

“Aumentou o número de habitantes, apesar de que o IBGE não considerou esses habitantes, o IBGE constou eles como moradores eventuais, o que eu acho que é um grande prejuízo, porque na verdade ele deve ter cortado, mais ou menos, umas seis mil pessoas, então para o IBGE não consta como moradores do município, conta apenas como moradores eventuais. Para repasse do governo federal para saúde e educação não conta eles, porque esse cálculo é feito pelo número de habitantes, então eles calculam o número de habitantes que o IBGE passa, que são 16.200 habitantes, quer dizer, em termos de Estado, em termos de repasse o prejuízo foi muito grande, porque na verdade os compromissos existem, porque o município tem que dar o atendimento e a assistência, só que em números reais nós não recebemos esses valores, então é complicado, administrar esse município, com essa população que apareceu de uma hora para outra é terrível, um município carente e pobre como o nosso, então você sente uma dificuldade muito grande, principalmente em termos de educação e saúde que é o município que tem que dar o atendimento, é claro que junto com o Estado, mas na realidade quem sente o drama é quem está aqui, porque quem vive o dia a dia é o município, é a prefeitura”. (Entrevista realizada em junho de 2002).

O prefeito ainda afirma que do total dos gastos com as famílias assentadas, principalmente com educação e saúde “*o município entra com mais por causa da manutenção, deve dar uns 60% para o município e uns 40% para o Estado, é mais ou menos nessa faixa*”.

Assim, percebemos que a política de assentamentos rurais implantada pelo governo, que na verdade é unicamente assistencialista e voltada para resolver conflitos locais, gera um impacto ao poder público municipal, já que uma demanda por serviços é criada rapidamente e o Estado não cria as condições financeiras para essa demanda seja resolvida satisfatoriamente.

2.2.2. Saúde.

Outro impacto que resulta da instalação dos assentamentos relaciona-se à saúde. Saúde e qualidade de vida se contemplam de forma concreta, referindo-se ao modo de viver em sociedade, por isto ter saúde não é apenas não estar doente, mas possuir o acesso à alimentação, ao transporte, a habitação, a educação, ao lazer (Paim, 1995). É necessário averiguar que a dimensão saúde também envolve as condições de trabalho das famílias assentadas, pois a execução de atividades sem as mínimas condições de higiene e segurança, pode ser responsável pelos agravos à saúde.

A partir da entrevista realizada com o Diretor de Saúde do município de Mirante do Paranapanema, Márcio Lourenço, conseguimos averiguar detalhadamente o funcionamento do atendimento à saúde junto aos assentamentos rurais.

Os assentados do município são cobertos por unidades de PSF (Programa de Saúde da Família), sendo que 100% dessa população está sendo atendida. Esse atendimento se dá de forma descentralizada, sendo que existem quatro sedes de PSF's: a) uma localizada no assentamento São Bento; b) outra no assentamento Santa Rosa; c) uma outra localiza-se em Costa Machado; d) e uma sede localiza-se na periferia da cidade, dentro da sede, que cobre 1 assentamento. Então toda população assentada está coberta por PSF.

Os PSF's estão vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde), sendo, portanto, produto de um convênio entre o governo federal, em parceria com o governo estadual e o municipal. Assim, o município recebe uma verba para uma ajuda de custo, ou seja, para o pagamento de profissionais: médicos, enfermeiros, auxiliar de enfermagem e agentes de saúde. Porém, essa verba é insuficiente, pois não cobre os gastos com remédios, com o transporte do paciente e com o transporte da própria equipe. Então, novamente percebemos que essa demanda

criada com a instalação dos assentamentos também cria um conflito entre o Estado e o poder público municipal, já que parte significativa desses projetos acaba recaindo sobre a própria prefeitura.

Dados da Secretaria de Saúde de Mirante do Paranapanema apresentam como principais objetivos dos PSF's os que se seguem:

- proporcionar à população as ações preventivas, bem como o acesso e a universalização do atendimento à saúde;
- valorizar a família e a comunidade, bem como sua participação ativa na prevenção de doenças e na promoção da saúde;
- orientar as famílias quanto à prevenção e aos cuidados em relação a endemias que afetam a região;
- possibilitar ações simples e de baixo custo que permitam alcançar uma melhoria dos indicadores de saúde como mortalidade infantil, vacinação e aleitamento materno;
- proporcionar um relacionamento mais íntimo entre a população e os serviços de saúde, criando laços de compromisso e de co-responsabilidade;
- atender de forma personalizada, valorizando as famílias e elevar o seu grau de satisfação, auto-estima e de educação em saúde;
- buscar alternativas para a solução dos problemas locais;
- atuar na prevenção das doenças comuns na área;
- ensinar a construção de fossas e poços de água;
- orientar na questão da higiene corporal e ambiental;
- orientar e educar para o aproveitamento dos recursos naturais;
- orientar os princípios básicos da vida da criança (acompanhamento a gestante, incentivando o pré-natal, aleitamento materno, crescimento e desenvolvimento, imunização, calendário de vacinação, prevenção e tratamento de diarreia, evitando desidratação, ensino do preparo do soro caseiro), entre outros (Secretaria da Saúde, 2001).

Na prática, esse atendimento aos assentados funciona da seguinte forma: nos assentamentos é feito o atendimento clínico-geral, caso seja necessário uma especialidade, por

exemplo, ginecologia, ortopedia, etc., eles são encaminhados para a cidade de Mirante do Paranapanema. No Centro de Saúde, que é a referência, essas especialidades são atendidas. Quando o paciente exige maiores cuidados (caso cirúrgico) este é encaminhado para o Hospital Universitário de Presidente Prudente, que é a referência regional.

No assentamento São Bento está localizado o posto de saúde que atende a maioria dos assentados do município de Mirante do Paranapanema. Neste posto há um médico clínico-geral que atende todos os dias no período da manhã, encaminhando os problemas mais graves para o Centro de Saúde de Mirante do Paranapanema.

Nesse processo, o papel mais importante é o da agente de saúde⁴ que circula nos assentamentos. Elas realizam, no mínimo, uma visita em cada família de assentado por mês. Segundo uma das agentes de saúde entrevistada, o papel das agentes é realizar um pré-diagnóstico, encaminhando os casos mais graves de saúde para o médico. Também agenda consultas no posto de saúde da cidade nas diversas áreas (ginecologia, pediatria, odontologia).

A agente de saúde entrevistada afirma que uma das maiores dificuldades nos assentamentos é a distância entre os lotes. Não existe um meio de transporte próprio para realizar as visitas, sendo que muitas vezes utilizam bicicletas ou vão a pé. Em Mirante do Paranapanema trabalham 36 agentes de saúde. Nos assentamentos, especificamente, trabalham 23.

As condições de atendimento ainda são insatisfatória, basta atentarmos para o depoimento do Diretor de Saúde logo abaixo:

“A maior dificuldade que eu vejo no atendimento dos assentados seria a infraestrutura dos assentamentos, porque o governo na realidade colocou esse pessoal, assentou esse pessoal, mas não deu a infra-estrutura necessária, então em muitos assentamentos tem gente que mora em barraco de lona, barraco de pau a pique. Então, primeiro, ele tem que dar uma infra-estrutura para esse assentado poder sobreviver. Um outro problema que a gente verifica é a questão até de se locomover dentro do assentamento, porque tem muito lugar que não tem nem estrada para passar e a prefeitura não tem condições de fazer estrada para isso aí, então o governo podia, pelo menos, arcar com essas estradas, para a gente, pelo menos, poder chegar até lá. Nós fizemos algumas reivindicações ao governo estadual e ao governo federal em relação aos assentamentos, principalmente no que se refere a veículos, veículos para transporte dos pacientes dos assentamentos e também para o transporte das equipes, porque

⁴ - As agentes de saúde são moradoras dos assentamentos e são contratadas pela Secretaria de Saúde de Mirante do Paranapanema. Ganham por este serviço R\$165,00 mensalmente.

nós implantamos 5 equipes no total aqui em Mirante e não recebemos nenhum veículo para esse fim e também uma outra reivindicação que nós fizemos foi para que os agentes de saúde tenham pelo menos uma moto para poder se locomover, porque às vezes o agente anda até 10 Km de bicicleta para fazer umas visita, então é uma dificuldade muito grande. A gente acha que tendo uma moto para se locomover o serviço seria muito mais rápido e seria muito mais fácil para equipe trabalhar e desenvolver o serviço necessário” (Entrevista realizada em junho de 2002).

Com essas palavras é fácil notar o descaso do governo para com os assentamentos. Como já mencionamos no item sobre educação, a política de assentamentos do governo é uma tentativa de resolver conflitos sociais significativos. Suas ações são assistencialistas e insuficientes e na verdade buscam vedar o desenvolvimento dos assentamentos.

Com relação ao transporte utilizado pelos assentados para o deslocamento até o hospital, podemos observar na tabela 18, que este é realizado, na maioria das vezes, por carro de terceiros.

Tabela 18 – Transporte dos pacientes até o hospital

Tipo de transporte	Nº	%
Carro próprio	68	27.2
Ambulância	05	2.0
Carro de terceiros	175	69.6
Outros	02	0.8
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

Já no que se refere às principais doenças diagnosticadas nos assentamentos, os principais tipos estão dispostos na tabela 19.

Tabela 19 – Principais tipos de doenças diagnosticadas nos assentamentos.

Tipos de doença	Nº	%
Gripe	40	16.0
Dor de cabeça	46	18.4
Hipertensão arterial	30	12.0
Alcoolismo	60	24.0
Deficiência mental	05	2.0
Diabete	25	10.0
Dor de coluna	44	17.6
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

A água que os assentados bebem provêm de poço cacimba (28.4%) ou de poço semi-artesiano (71.6%). Em termos de tratamento de água não existe um controle, pois segundo relato dos entrevistados algumas vezes é jogado cloro na água. Dessa forma, dos entrevistados 62.0% consideram não haver tratamento da água, 29.6% afirmaram que o cloro é um tipo de tratamento e 8.4% não souberam responder.

Segundo o Diretor de Saúde as principais doenças nos assentamentos são aquelas vinculadas às precárias condições de vida dos assentados e àquelas vinculadas ao alcoolismo.

“O maior problema que existe nos assentamentos realmente é a fome, a miséria que aquela população passa, porque muitos deles nem para a subsistência conseguem produzir, então as equipes nas visitas que fazem percebem que a maior dificuldade que eles têm é a miséria e devido a essa situação aparecem várias doenças, principalmente nas crianças e nos idosos e também um caso muito grave que a gente nota nos assentamentos é o alcoolismo, que é um absurdo o percentual de alcoólatras que existem nos assentamentos. A partir desse cenário aparecem, principalmente casos de desnutrição, nós temos muitos casos de desnutrição lá e que a gente tenta resolver da melhor maneira possível, com atendimento médico, com a prevenção a essas doenças e também com informação às famílias e também nós trabalhamos conjuntamente com a Pastoral da Criança, em conjunto com a Assistência Social do município e em alguns casos, quando necessário, a prefeitura tem que arcar até com uma cesta básica, com programas de leite, no sentido de dar uma contribuição para essa população. Então o maior problema que a gente tem lá seria isso aí: é a questão da bebida e a miséria, e partir disso aparecem várias doenças.

Ainda segundo o Diretor de Saúde do município, os óbitos não são tão significativos nos assentamentos, justamente devido a este trabalho preventivo que é realizado pelos agentes de saúde.

Outro ponto importante sobre as condições de atendimento à saúde dos assentados trata dos assentamentos que se localizam próximos ao município de Teodoro Sampaio. Devido a distância da cidade de Mirante do Paranapanema, os assentados que moram no Che Guevara, no Antônio Conselheiro e no Paulo Freire, acabam procurando o município de Teodoro Sampaio, porque é mais rápido, mais fácil para eles irem, tem asfalto. Para resolver essa situação a prefeitura de Mirante está implantando um novo PSF que vai se localizar na sede do

Che Guevara, sendo que atualmente se está na fase de contratação de pessoal médico e de enfermeiros. Esse PSF vai atender em média 300 famílias.

Essa é uma questão diretamente vinculada aos impactos socioterritoriais, pois a questão da saúde passa por dois indicativos: o primeiro é a mudança que resulta de um processo de ressocialização, pois esses sujeitos antes de serem assentados estavam, em sua maioria, excluídos e marginalizados de qualquer atendimento à saúde. Com a criação de um conflito político e na tentativa de resolução deste a partir do Estado surge o assentamento. Este depois que é implantado passa a produzir, por meio da organização dos assentados, reivindicações e necessidades. O atendimento a essas reivindicações acaba produzindo conflitos entre o poder público municipal e o Estado, já que a política de assentamentos do governo é insuficiente para dar as condições satisfatórias de atendimento a essa população.

Esse exemplo das dificuldades de se atender os assentados que moram próximos a Teodoro Sampaio é muito claro, pois acaba se gerando um conflito entre as próprias prefeituras, já que muitas vezes os assentados encontram problemas para serem atendidos devido ao fato de pertencerem ao município de Mirante do Paranapanema. Esse problema segundo o diretor administrativo da prefeitura de Mirante do Paranapanema não será resolvido porque entra em discussão à questão financeira, ou seja, a Secretaria de Saúde de Teodoro Sampaio alega não receber recursos suficientes para atender pessoas que não pertençam a sua regional e os assentados insistem em serem atendidos nesta cidade. Os casos graves que chegam até o hospital de Teodoro Sampaio são atendidos e as pessoas são orientadas a procurarem atendimento no município a qual pertencem.

Na tabela 20 apresentamos o local para onde os assentados se deslocam em situação de emergência.

Tabela 20 – Destino dos doentes em caso de emergência

Local para onde as pessoas são levadas em caso de emergência	Nº	%
Hospital de Mirante do Paranapanema	118	47.2
Santa Casa de Presidente Prudente	13	5.2
Hospital de Teodoro Sampaio	119	47.6
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

Observa-se que 47.6% dos entrevistados, em caso de emergência, vão para o hospital de Teodoro Sampaio e 47.2% para o de Mirante do Paranapanema, revelando que essa questão mencionada acima deve ser repensada pelos órgãos representativos.

Verifica-se que a dimensão saúde ainda se encontra em processo de construção para que possa ser considerada satisfatória. O coordenador regional do MST avalia que é necessário reivindicar mais construção de postos de saúde, a contratação de mais agentes com condições mínimas para terem acesso aos lotes. Nesse campo, segundo ele, a luta caminha em passos lentos.

2.2.3. Moradia.

A moradia, em seu sentido mais amplo, é uma das dimensões dos impactos socioterritoriais e está diretamente relacionada à organização das famílias no assentamento. Assim, a partir da organização dos lotes, as casas são construídas individualmente em cada lote ou de forma aglomerada (bairro agrícola ou agrovila). Nos assentamentos de Mirante do Paranapanema, a grande maioria das casas foi construída com base nos lotes individuais, somente no assentamento Che Guevara há uma pequena agrovila.

Segundo o ITESP (1998), o planejamento territorial do assentamento, principalmente no que diz respeito à moradia, é definido pelos assentados, seja no bairro agrícola (que consiste em um agrupamento das casas em sítios familiares) ou na agrovila (que consiste num aglomerado de habitações com características urbanas).

Para o MST, é necessária uma infra-estrutura social nos assentamentos que proporcione a aproximação das pessoas, como por exemplo, a construção de um local para reuniões, para encontros, centro recreativo, etc. A população assentada também requer outras estruturas que proporcionem uma melhor qualidade de vida como: energia elétrica, água de boa qualidade, posto de saúde, ambulância, boas estradas e posto telefônico.

A construção de moradias nos assentamentos se dá tanto pela contratação de pedreiros particulares como pela autoconstrução. Segundo Rodrigues (1991) a autoconstrução também é uma reivindicação dos sem-terra, que buscam, com enorme sacrifício, obter um teto para morar. Essa atividade de autoconstrução é extremamente penosa, pois produz uma elevação

da jornada de trabalho. Além disso, a qualidade dos materiais de construção é precária (os assentados recebem R\$2.500,00 de crédito habitação, sendo necessário utilizar outros recursos financeiros para construir uma casa mais digna em termos de tamanho e qualidade).

Nesse contexto, a partir da tabela 21, podemos observar os tipos de habitação, de cobertura e de piso das moradias localizadas nos assentamentos. Percebemos a predominância de casas de tijolos, cobertas por telhas e com contrapiso. Mas também existe um número considerável (24.8%) de casas de madeiras.

Tabela 21 – Material utilizado na construção das casas dos assentados.

Material utilizado	Nº	%	Cobertura	Nº	%	Piso	Nº	%
Tijolos	176	70.4	Lona	00	0.0	Vermelhão	51	20.4
Lona	00	0.0	Telhas	243	97.2	Contrapiso	150	60.0
Madeira	62	24.8	Laje	00	0.0	Terra batida	29	11.6
Pau a pique	00	0.0	Laje/telha	07	2.8	Cerâmica	20	8.0
Madeirite	12	4.8	Cipó	00	0.0	Taco	00	0.0
Outros	00	0.0	Outros	00	0.0	Outros	00	0.0
Total	250	100	Total	250	100	Total	250	100.00

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

Em relação à instalação sanitária 54% dos entrevistados afirmaram ter sanitário dentro de casa com cano até a fossa e 46% responderam que a instalação sanitária é fora de casa (direto na fossa). A instalação sanitária requer alguns cuidados na sua construção, pois, uma vez construído um banheiro ou uma fossa próxima à fonte de abastecimento de água, pode haver a contaminação do lençol freático, o que gera o aparecimento de doenças pelo uso da água.

Na questão da moradia nos assentamentos, podemos afirmar que há ainda muito que ser melhorado. Porém, a instalação dos assentamentos e seu significativo impacto político, acaba produzindo um conjunto de reivindicações junto ao poder público municipal e aos governos estadual e federal. Essa é uma dimensão importante dos impactos socioterritoriais. Outra questão a mencionar é que a moradia também revela o processo de ressocialização dos assentados, já que, como afirmamos em momentos anteriores, esses sujeitos estavam totalmente marginalizados e excluídos da sociedade, o fato de estar no assentamento cria para estes a possibilidade de ter uma casa com uma mínima infra-estrutura. Esse dado também revela um elemento importante para se pensar os impactos socioterritoriais.

2.2.4.Cultura.

A cultura é outra dimensão importante para o entendimento dos impactos socioterritoriais. Sua construção nos assentamentos está diretamente vinculada com o processo de ressocialização desses sujeitos sociais. A cultura, segundo Bogo (2000) está relacionada ao cultivo da terra e do trabalho, ou seja, na forma que os grupos e as sociedades representam ou expressam o seu jeito de viver, de entender e de sonhar o mundo.

O modo como são expressos os valores culturais depende dos indivíduos e dos lugares, ou seja, cada grupo manifesta sua utopia, tem seu jeito próprio de expressar. Portanto, a cultura permite a comunicação humana e a própria educação por meio das linguagens, dos costumes, das tradições, das artes, dos rituais, das religiosidades, dos saberes, dos comportamentos, das normas, enfim do jeito de se relacionar com as outras pessoas no cotidiano.

A educação nos assentamentos rurais é o elemento primordial no processo de transformação e reconstrução da identidade cultural das famílias assentadas, indispensáveis na transformação social e na participação coletiva das lutas.

A cultura na luta pela terra também pode ser expressa desde o ato da ocupação do latifúndio, quando as famílias estão organizadas, até a consolidação do assentamento. Esse processo resulta num espaço cultural de resistência, de luta, de socialização política, porque a construção de uma identidade coletiva é importante, sobretudo quando se está diante de uma população com origens diversas.

Para o MST a cultura representa o jeito de viver do sem-terra, seus costumes anteriores, os aprendizados do tempo de acampado e de luta, os valores e o modo de agir coletivo do Movimento (MST, 1998).

Dessa maneira, colocam que é necessário construir a consciência da constituição da identidade dos sem-terra; cultivar os valores e a história (por meio de histórias, músicas, palavras de ordem, danças, encenações) e criar o hábito das pessoas assistirem filmes educativos, realizarem teatros, coral, cantorias, festas folclóricas etc. (MST, 1998).

Verificou-se, por meio da pesquisa de campo, que após a conquista da terra ocorre um distanciamento entre as famílias. Além disso, podemos perceber que as atividades de lazer são mínimas. Conforme observamos na tabela 22, 52.4% dos entrevistados responderam

que não realizam nenhuma atividade de lazer; 32.8% afirmaram que nos horários de folga ficam descansando nos lotes. As atividades de lazer mais freqüentes são: pescar (6.4%); jogar bola (5.2%); visitar parentes e amigos (1.6%) e ir para as cidades vizinhas (0.4%) e igreja (0.4%).

Tabela 22 – Atividades de lazer nos assentamentos.

Atividades	Nº	%
Nenhuma atividade de lazer	131	52.4
Descanso no lote	82	32.8
Pescar	16	6.4
Jogar bola	13	5.2
Visitar parentes e amigos	04	1.6
Ir a bailes e festas dentro ou fora do assentamento	02	0.8
Ir para as cidades vizinhas	01	0.4
Ir à Igreja	01	0.4
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

Neste contexto, é necessário criar alternativas de lazer dentro do próprio assentamento, como já está acontecendo no assentamento São Bento (na parte conhecida como Pé de Galina, ponto de encontro entre os assentamentos), onde está em processo de construção um Centro Comunitário para que as famílias possam desfrutar do campo de futebol, do salão para festas e outras atividades (teatro, música, assistir filmes). As famílias reclamam da distância a ser percorrida entre o seu lote até o Pé de Galinha ou outros lotes de vizinhos ou até a cidade.

Essa questão perpassa pela atuação do Estado, pois este tem que dar as condições de infra-estrutura para que os assentamentos prosperem e para que os jovens permaneçam no campo. As atividades de lazer e cultura são fundamentais para manter o jovem no assentamento. As ações, representações e expressões criadas e recriadas pelos assentados a partir de sua vivência cotidiana nos mostram uma dimensão importante dos impactos socioterritoriais resultantes da instalação e consolidação dos assentamentos. Essa dimensão dos impactos também passa pela subjetividade coletiva dos assentados.

2.2.5. Organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais.

Ainda sobre as reivindicações, mudanças e necessidades advindas com o processo de instalação e consolidação dos assentamentos, podemos destacar a questão da

organização do trabalho e da produção nos lotes, além da questão da renda dos assentados⁵. Essas questões também estão relacionadas com o processo de ressocialização desses sujeitos sociais, tanto no âmbito organizativo, como econômico e sociopolítico.

Assim, neste item é analisado como as famílias organizam o trabalho e a produção tendo como referência os seguintes pontos: forma de trabalho que utilizam no lote (individual, coletivo, semicoletivo ou individual e coletivo); a questão da ajuda mútua ou troca de dias de serviço; a participação em cooperativas ou associação de máquinas; a comercialização; o crédito e a renda.

O primeiro ponto que podemos afirmar é que a maioria dos assentados atua individualmente nos lotes, utilizando a mão-de-obra dos membros da família. Em nossa pesquisa de campo não entrevistamos pessoas que utilizam outra forma de trabalho.

Os motivos que impedem a consolidação da organização coletiva do trabalho e da produção, segundo os assentados, estão ligados às dificuldades de relacionamento, confiança e conhecimento.

Para organizar a produção e o trabalho nos assentamentos o MST, nas últimas décadas, vem consolidando as cooperativas de reforma agrária em todo o Brasil. Na verdade, a cooperação agrícola é a *“forma de avançar a organização da produção na agricultura e melhorar o desenvolvimento social dos que vivem e dependem dela”* (MST, 1991, p.147). Ela começa com as formas mais simples: mutirão, troca de serviços, grupos de trabalho coletivo, semicoletivos e associações prestadoras de serviço que vão evoluindo aos poucos em direção as formas mais desenvolvidas de cooperação, como as CPS's, as CPPS's e as CPA's.

As principais formas de cooperação agrícola praticadas nos assentamentos são (CONCRAB, 1998):

1) Multirão, puxirão, troca de serviço: trata-se da forma mais simples de cooperação, ocorrendo ocasionalmente entre os assentados individuais, especialmente entre vizinhos ou parentes, para executar determinada tarefa, como capina, plantio, colheita, etc. Entre os

⁵ - Destacamos que o indicador renda não foi trabalhado nesta dissertação.

entrevistados de nossa pesquisa 53.6% realizam a troca de dias de serviço e 46.4% não praticam essa atividade;

2) Núcleos de produção: são assentados individuais que se unem, por proximidade, parentesco ou linha de produção, com a finalidade de organizar a produção. É direcionada aos assentamentos onde os assentados já estão estabelecidos de forma individual e têm dificuldades em evoluir para experiências associativas mais avançadas. A terra e os meios de produção permanecem como propriedade individual, portanto, o indivíduo planeja a produção no seu lote. Se o núcleo de produção estiver vinculado à outra experiência de cooperação, por exemplo, a uma cooperativa de comercialização e prestação de serviços, o planejamento da produção pode estar subordinado a um plano mais centralizado.

No caso dos assentamentos de Mirante do Paranapanema há núcleos de produção vinculados a COCAMP em projetos como: **projeto de micro usina de leite** (Che Guevara e São Bento); **projeto de piscicultura** (Che Guevara); **projeto de irrigação** (Che Guevara e São Bento); **projeto do abacaxi** (Che Guevara e São Bento); **projeto do café** (Che Guevara e São Bento); **projeto do maracujá** (Che Guevara e São Bento) e **projeto da mandioca** (Che Guevara e São Bento) (Ribas, 2002).

3) Associações: podem ser de diversos tipos: para aquisição de animais; de máquinas ou implementos agrícolas (na pesquisa de campo 27.2% dos entrevistados participam da associação de tratores organizada pela COCAMP, no qual grupos de oito famílias dividem um trator); de transporte; de comercialização; de benfeitorias; de representação política de todos os assentados;

4) Grupos semi-coletivos: ocorrem quando os assentados produzem no lote familiar e possuem uma ou duas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado. Essa experiência de cooperação teve grande desenvolvimento durante o período de 1985-1988. Com o decorrer do tempo, o número foi diminuindo, restando, atualmente, poucas experiências em alguns estados do Nordeste. A dificuldade está em conciliar os interesses individuais com o interesse coletivo;

5) Grupos coletivos: em geral, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo membro do grupo. Não se faz, entretanto, parcelamento da terra, que fica sob comando do coletivo. O indivíduo controla apenas uma pequena parcela destinada à produção de subsistência. O capital, bem como o planejamento da produção e os investimentos, estão sob comando do coletivo. Os grupos são organizados por setores de produção e a distribuição, organização e especialização da mão-de-obra ocorre através deles. O grupo de produção coletivizada é organizado informalmente;

6) Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS): tem por objetivo planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados que produzem no lote familiar, no semi-coletivo ou em grupos coletivos. Além disso, dedica-se a comercialização da produção, assistência técnica e implantação de unidades para beneficiar a produção dos assentados⁶;

7) Cooperativas de crédito: a finalidade é fazer circular o capital financeiro dos assentados, facilitando o acesso ao crédito;

8) Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS): Trata-se de uma forma de transição entre a CPS e a CPA. Nesta forma de cooperação, a terra pode ser de propriedade do coletivo ou ser do coletivo apenas onde estejam investimentos coletivos e o restante ser de propriedade individual. O planejamento da produção deve ser centralizado, definindo o que será produzido para o mercado pela CPPS e o que será produzido pelos associados nas demais formas de cooperação. Quanto aos investimentos, devem ser centralizados sob controle da CPPS;

⁶ - Por causa de sua abrangência, no SCA, elas dividem-se em: **a) CPS** - quando envolvem apenas um assentamento ou assentamentos lindeiros ou assentamentos de determinado município; **b) CPSR** – quando envolvem vários assentamentos, em diversos municípios próximos.

A cooperativa pode buscar recursos para investimentos em lotes individuais, associações, CPA's ou pode buscar investimentos centralizados na cooperativa que beneficiam o conjunto dos associados.

É tarefa da CPS, a partir de estudo de viabilidade econômica, definir suas linhas de produção e elaborar planejamento centralizado da produção vinculado a cooperativa. Também pode direcionar os recursos e a assistência técnica para essas linhas de produção, pois seu objetivo principal é centralizar toda a produção para viabilizar a comercialização e industrialização.

A propriedade da terra pode estar em nome do associado, do coletivo ou da CPA, que são sócios da CPS. O capital social está sob controle da cooperativa e as sobras podem ser distribuídas entre os associados

9) Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): foram implantadas como experiência nos assentamentos do MST a partir de 1989, e são consideradas pelo Movimento como uma forma superior de organização da produção. O que difere a CPA de um grupo de produção coletivizado ou de uma associação é a personalidade jurídica, porque, ao ser registrada como uma empresa cooperativista, passa a ser regida pela legislação cooperativista brasileira. A terra permanece sob controle do coletivo, a não ser uma pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. O trabalho organiza-se internamente através dos setores de produção e serviços, como os setores de grãos, animal, de máquinas e o setor administrativo. O planejamento da produção é coletivo e baseado em estudos técnicos que definem as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. Por isso, uma CPA é complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalho coletivo.

Quanto à estrutura organizacional, a CPA normalmente é gerenciada por um conselho administrativo, deliberativo ou coordenação. Cada CPA define sua instância representativa, composta por um membro de cada setor de produção e serviço. Desta instância, é eleito um conselho diretor ou uma diretoria executiva. Na mesma instância, está o conselho fiscal e a assembléia geral dos cooperados, que é o órgão máximo de poder no interior de cada CPA e a quem compete a aprovação do planejamento estratégico, a prestação de contas, entre outros assuntos, além do que ratifica ou não a indicação dos coordenadores escolhidos pelos setores, ou seja, tem-se a estrutura de uma cooperativa tradicional, porém com princípios diferenciados (CONCRAB, 1996).

Na opinião do coordenador regional do MST falta entre os assentados a visão sobre o que é cooperativismo, ainda prevalece uma cultura forte do individualismo. Segundo ele, as experiências de trabalho coletivo que existiram no Pontal do Paranapanema não duraram muito tempo, *“quando a crise na agricultura bate a tendência é se dividir, por falta de consciência, então a tendência no campo é ir rachando, dividindo cada vez mais, mas a experiência coletiva terminou tudo no Pontal, não tem mais”*. Ainda segundo ele, a COCAMP possui um papel importante para mudar esse quadro.

Ainda sobre a organização do trabalho e da produção nos lotes, podemos destacar o papel desempenhado pela COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de

Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). A COCAMP foi fundada em 28 de dezembro de 1994 por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. Nos dois primeiros anos de funcionamento, mais precisamente entre o final de 1994 e todo o ano de 1995, a cooperativa esteve voltada exclusivamente para atividades vinculadas à organização de sua documentação, sendo que só a partir de abril de 1996 que ela passou a ter um setor físico, quando se iniciou o funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais.

A gênese da cooperativa está ligada ao processo de territorialização do MST no Pontal do Paranapanema, sendo que a partir do aumento do número de ocupações na região e da conquista dos assentamentos rurais, este Movimento passou a articular a luta política pela terra com a necessidade da organização territorial dos assentamentos (organização da produção, comercialização, construção de casas, saneamento básico etc.).

A partir de diversas experiências, construídas historicamente, a direção do MST passou a entender que havia uma necessidade crescente de potencializar uma cooperação em massa, uma outra forma de cooperação agrícola, e essa redefinição resultou nas CPS's e a partir dessas novas experiências iniciaram-se as discussões sobre as cooperativas regionais, sendo que no início da década de 70 houve uma discussão sobre as cooperativas regionais e em 1993 surgiram a COANOL, em Laranjeiras/PR e a COAGRI, em Sarandi/RS. Em 1994, no Pontal do Paranapanema, surgiu a COCAMP, que resultou de uma série de discussões para atender grupos de famílias dos assentamentos já existentes, como a Gleba XV de Novembro (Euclides da Cunha e Rosana), Água Sumida (Teodoro Sampaio), Santa Rita, Che Guevara (Mirante do Paranapanema), São Bento (Mirante do Paranapanema) e Rosanela (Euclides da Cunha).

A fundação da COCAMP esteve articulada com um projeto político do MST para a organização dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, no sentido de investir na diversificação da produção e organizar a comercialização em nível regional.

A COCAMP encontra-se em fase inicial, ou seja, pode ser compreendida como um projeto a ser desenvolvido em médio prazo (Ribas, 2002). No entanto, cumpre um papel político fundamental no Pontal do Paranapanema que é o fortalecimento do MST enquanto estrutura sociopolítica e econômica. Conforme podemos perceber nas palavras do coordenador regional do MST:

“A COCAMP ela tá em processo de instalação, ela sofreu uma serie de defeitos no decorrer do processo porque ela apostou alto, ela apostou na verticalização da produção, que nada mais nada menos é agregar valor ao produto e organizar a produção, foi isso que ela apostou e isso demanda um tempo, uma estratégia, acredito que a COCAMP não acertou na estratégia. A COCAMP foi fundada em 28 de dezembro de 1994 e trata-se de uma ferramenta de luta. A COCAMP não tem a pretensão... se tivesse tava tudo errado, de trazer resultados econômicos, porque é impossível trazer resultados econômicos na conjuntura agrária que tá colocada. Pra falar a verdade ela é uma ferramenta de luta pra enfrentar o modelo de agricultura que tá colocado. Então, tudo isso que tá ai só serve pra isso. Se tivesse cooperativa tradicional mais estrutura do que nós, com métodos voltados pra essa visão econômica, teria dado resultado. Então não tem resultados econômicos essa organização chamado cooperativa do MST, ela é apenas uma resistência ao modelo que tá ai colocado, ela é uma ferramenta de luta pra combater esse modelo e ela é um instrumento na tentativa de colocar o modelo que nós acreditamos que a dimensão do homem do campo, da espacialização da humanidade no meio rural, ou seja, contrario a proposta de aglomerados urbanos, contrario a proposta de um pacote tecnológico, contrario a uma proposta desenvolvimentista no plano econômico apenas e que tá centrada na organização e na luta. Essa é a missão da COCAMP e nisso ela já cumpre, ela já desenvolve esse trabalho” (Entrevista realizada em junho de 2001).

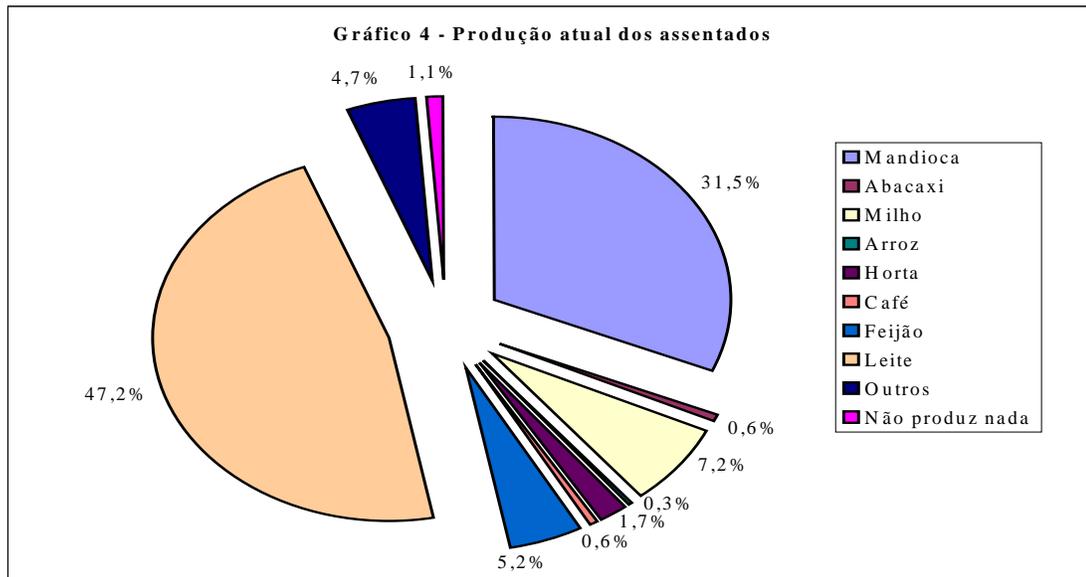
Já a visão dos assentados cooperados em relação à cooperativa está fundamentada na viabilidade/retorno econômico que esta pode lhe oferecer. Dessa maneira, percebe-se um distanciamento entre a concepção das lideranças e dos assentados. Para os assentados a cooperativa é vista como uma estrutura econômica cuja importância pauta-se em sua potencialidade de possibilitar aumentar os “ganhos” individuais, trazer as vantagens de uma empresa tipicamente capitalista, facilitar o acesso ao crédito, aumentar a remuneração dos assentados, possibilitar a agroindustrialização e facilitar a comercialização. Na pesquisa de campo 70.4% dos entrevistados não souberam responder qual a importância da COCAMP, evidenciando a necessidade de interlocução entre a base administrativa e os sócios. Dos entrevistados apenas 29.6% dos entrevistados são sócios da cooperativa (Tabela 23).

Tabela 23 – Importância da COCAMP para os assentados do município de Mirante do Paranapanema.

Importância	Nº	%
Aumentar seus ganhos em dinheiro	11	4.4
Qualificar as condições de vida de sua família	11	4.4
Acesso a crédito	22	8.8
Oferecimento de assistência técnica	15	6.0
Facilita a comercialização	14	5.6
Fortalece o MST	01	0.4
Não sabe	176	70.4
Total	250	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

A partir dessa breve análise da COCAMP, podemos destacar a produção e a comercialização nos assentamentos de Mirante do Paranapanema. Em relação à produção dos assentados verificamos que o produto de maior destaque é o leite (47.2%) seguido da mandioca (31.55%), conforme verificamos no gráfico 4.



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2001.

Em relação ao leite, 84.0% dos entrevistados entregam para os laticínios, sendo que 46.4% entregam para o laticínio Quatá (localizado no município de Teodoro Sampaio); 34.6% para o laticínio Novo Tempo (localizado no município de Mirante do Paranapanema) e

19.0% entregam ao laticínio Líder (instalado na cidade de Lobato – Paraná). O litro do leite está sendo vendido a R\$ 0,28 e em média os assentados estão tirando por mês 450 litros de leite, obtendo uma renda mensal de R\$ 126,00.

Já com relação à mandioca, no momento da pesquisa, os assentados não haviam colhido por causa do baixo preço. Em colheitas anteriores o preço da mandioca estava em torno de R\$ 60,00 a R\$ 70,00 a tonelada, em média os assentados colhiam 40 toneladas. Agora o preço máximo de oferta é de R\$ 40,00, “*é melhor deixar na terra até ter um preço bom do que colher e vender por esse preço*”, nos relatou um assentado no momento da pesquisa.

A comercialização dos produtos nesses assentamentos ocorre imediatamente após a colheita, porque os locais para o armazenamento possuem pouca infra-estrutura. Diante dessa realidade, os assentados constroem pequenas despensas, barracões, para guardar as produções até serem comercializadas. Em alguns assentamentos, como no Che Guevara e Haroldina, visualizamos a construção de galpões comunitários, mas são raras as pessoas que deixam a produção nesses locais por medo de serem roubados. Dos entrevistados 12.8% guardam a produção em barracões; 4.8% em despensas; 4.8% em galpões e 77.6% responderam não possuir local adequado.

A comercialização dos produtos agrícolas acontece com os cerealistas dos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A mandioca é comercializada nas seguintes feclarias: COCAMP (Sandovalina - SP), Corvo (Terra Rica - PR), etc. A comercialização dos produtos agrícolas também é feita diretamente ao consumidor, por meio das feiras em Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, como também com os atravessadores que adquirem os produtos no assentamento a um preço e repassam para as beneficiadoras a preços mais altos. Dos 250 questionários aplicados, 98 pessoas (39.2%) responderam não produzir excedente (a produção está direcionada para o auto-consumo); somente 01 pessoa (0.4%) vende para mercados locais e 151 pessoas (60.4%) vende para atravessadores.

Assim, finalizamos esse segundo eixo dos impactos socioterritoriais no município de Mirante do Paranapanema, ou seja, as mudanças provocadas pelas reivindicações e necessidades resultantes do processo de instalação e consolidação dos assentamentos rurais. Entre essas necessidades e reivindicações destacamos: educação, saúde, moradia, cultura, organização do trabalho e da produção. São questões que envolvem a dimensão social, sociopolítica e

econômica dos impactos. Também estão vinculadas ao processo de ressocialização desses sujeitos sociais e que envolvem diretamente os assentados, os movimentos sociais, os latifundiários e o poder público municipal e os governos estadual e federal.

2.3. A relação assentamento-município a partir da perspectiva financeira e comercial.

Nesse item enfocamos a terceira dimensão dos impactos socioterritoriais: a relação assentamento-município a partir da perspectiva financeira e comercial, ou seja, quais os impactos provocados na cidade de Mirante do Paranapanema a partir da instalação dos assentamentos rurais.

Como já afirmamos, a instalação e a consolidação dos assentamentos geram um conjunto de ações, reivindicações, necessidades, mudanças e conflitos, principalmente no município onde estão localizados. A existência dos assentamentos, enquanto um conflito social significativo, cria uma demanda de políticas públicas, o que provoca relações e conflitos entre os governos municipal, estadual e federal. A instalação dos assentamentos também causa mudanças na dinâmica econômica (financeira e comercial) do município.

Nesse contexto, também vamos apresentar uma reflexão sobre o processo de descentralização e sobre o desenvolvimento rural e local, trazendo para o debate a participação dos municípios nos interesses relacionados principalmente à questão política e financeira.

A Constituição Federal de 1988 teve como uma de suas principais diretrizes a descentralização política e financeira dos estados e municípios. Dessa maneira, foi concedida uma relativa “liberdade” de organização e gestão aos governos municipais, já que estes necessitavam de uma estrutura legislativa mais autônoma, de uma maior capacidade tributária e de autonomia administrativa para equacionar os interesses locais.

Nesse sentido:

A descentralização é vista como um processo de transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança de escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade

de escolha e definição sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos (Araújo, 1998, p. 15-16).

Com a descentralização, a dinâmica do município, da comunidade e do assentamento, passa a estar diretamente relacionada a uma junção de forças econômicas e sociais, ou seja, a intervenção e atuação de diferentes instituições estaduais, regionais e nacionais. Nesse sentido, a descentralização pode representar uma base importante para estimular e facilitar o desenvolvimento local, mas é necessário atentar-se para os seguintes fatores:

(...) o corte municipal não pode levar a um isolamento do âmbito territorial restrito, ignorando o contexto social, econômico, ecológico e político-institucional, no qual está inserido e com o qual estabelece uma relação de interação e intercâmbio intenso (trocando externalidades negativas e positivas, numa relação de controle, concorrência e/ou complementaridade).

A influência e o peso dos problemas e interesses locais podem levar a visões e decisões da sociedade excessivamente localizadas e isoladas das condições e determinações do contexto, diminuindo a importância das iniciativas estratégicas e podendo representar uma atomização e fragmentação das ações no plano local. Essa tendência, reforçada pelos próprios limites de informação das sociedades locais, pode restringir a eficácia das iniciativas e programas de desenvolvimento, pela falta de percepção dos processos globais em que o local está inserido e interagindo, condições concretas do ambiente (Araújo, 1998, p.17).

Assim, a descentralização, segundo Araújo é um processo necessário se for considerado que:

- os assentamentos da reforma agrária são uma das bases do desenvolvimento local, devendo, portanto, mobilizar e organizar os atores locais, o que demanda uma forma descentralizada de trabalho;
- o INCRA (governo federal) não dará conta, sozinho, da amplitude das demandas da sociedade por desapropriação, assentamento e desenvolvimento da reforma agrária, tendo que, necessariamente, construir parcerias com as instâncias estaduais e municipais e com a organização não governamental;
- há necessidade de passar mais poder de decisão sobre a reforma agrária para quem está perto dos problemas e da realidade local e mais próximos dos movimentos sociais e trabalhadores rurais sem terra (Araújo, 1998, p.59-60).

Porém, é importante destacar que a descentralização não deve significar o "abandono do Estado ou da União" em relação aos municípios, mas sim, como salientamos, uma autonomia gerencial e administrativa. É nesse ponto que queremos dar ênfase, pois a instalação

dos assentamentos rurais, que resulta da política de assentamentos do governo federal pautada na busca de solucionar conflitos localizados, produz, rapidamente, uma nova demanda e novas necessidades para o poder público municipal. A política de assentamentos do governo não visa dar as condições infra-estruturais para a consolidação dos assentamentos, tendo uma atuação parcial e insatisfatória no atendimento às necessidades desses sujeitos sociais. Essa atuação parcial do governo federal gera um conflito junto ao poder público municipal.

Para aprofundar essa discussão, podemos começar avaliando as condições financeiras do município de Mirante do Paranapanema. Vamos analisar o depoimento do atual prefeito municipal, o Sr. Carlos Siqueira Ribeiro:

“O município nosso está numa situação crítica, sua dívida é praticamente impagável, devido aos dois últimos mandatos que passaram por aqui, que foram grandes irresponsáveis, a dívida atual do município é de aproximadamente vinte milhões, tendo uma arrecadação bruta de cerca de 600 a 650 mil reais, com uma dívida monstruosa de folha de pagamento, quase em torno de dois milhões, junto com os compromissos do passado, chega em torno de 3 milhões, esses são compromissos reais que a gente tem que assumir. Isso fora as dívidas do FGTS, precatórios, INSS, então essa dívida dá um montante de 20 milhões. Então o município nosso quando eu assumi no ano passado, segundo, inclusive, um parecer do Tribunal de Contas, era um município ingovernável. Nós conseguimos controlá-lo, estamos pagando tudo em dia, compramos e pagamos só aquilo que realmente a gente pode fazer e estamos administrando, mas com uma preocupação muito grande, pois é realmente difícil administrar numa situação que se encontra o município.” (Entrevista realizada em junho de 2002)

Esse depoimento revela a precariedade financeira do município, resultante do “abandono dos governos estadual e federal” e a própria irresponsabilidade administrativa interna. Com essa situação de precariedade, os municípios, com as necessidades e reivindicações geradas com os assentamentos rurais, passam a ter uma nova demanda, uma nova dinâmica sociopolítica em um pequeno espaço de tempo. Para atender essa demanda há uma ação conjunta entre os governos estadual, federal e municipal, mas essa relação entre os “poderes” é extremamente conflituosa, como podemos observar no depoimento do prefeito municipal abaixo:

“Aumentou o número de habitantes, apesar de que o IBGE não considerou esses habitantes, o IBGE constou eles como moradores eventuais, o que eu acho que é um grande prejuízo, porque na verdade ele deve ter cortado, mais ou menos, umas seis mil pessoas, então para o IBGE não consta como moradores

do município, conta apenas como moradores eventuais. Para repasse do governo federal para saúde e educação não conta eles, porque esse cálculo é feito pelo número de habitantes, então eles calculam o número de habitantes que o IBGE passa, que são 16.200 habitantes, quer dizer, em termos de Estado, em termos de repasse o prejuízo foi muito grande, porque na verdade os compromissos existem, porque o município tem que dar o atendimento e a assistência, só que em números reais nós não recebemos esses valores, então é complicado, administrar esse município, com essa população que apareceu de uma hora para outra é terrível, um município carente e pobre como o nosso, então você sente uma dificuldade muito grande, principalmente em termos de educação e saúde que é o município que tem que dar o atendimento, é claro que junto com o Estado, mas na realidade quem sente o drama é quem está aqui, porque quem vive o dia a dia é o município, é a prefeitura” (Entrevista realizada em junho de 2002).

Esse depoimento revela uma contradição, pois os assentados, que passam a residir no município de Mirante do Paranapanema, são considerados, pelo IBGE, como moradores eventuais. Isso significa que as demandas geradas perpassam pelo poder público municipal, mas esses sujeitos não são considerados como habitantes do município no momento do repasse de recursos pelo governo federal.

Na Constituição Federal, capítulo IV, artigo 30, encontramos as atribuições que competem aos municípios:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local;
- b) suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- c) instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas;
- d) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- e) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo;
- f) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- g) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

h) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (Constituição Federal)⁷.

Assim, notamos que existe um despreparo do poder público municipal em consolidar um projeto de desenvolvimento, basta atentarmos para a distância entre suas práticas reais e suas competências descritas acima. As ações municipais destinadas aos assentamentos deveriam estar vinculadas a um projeto de desenvolvimento, no sentido de potencializar esses sujeitos sociais. Ainda nessa discussão sobre a relação assentamento-município podemos destacar a questão da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, já que as atribuições desta são do Estado, com a cooperação dos municípios. Entre as atribuições, tem-se:

- orientar o desenvolvimento rural, mediante zoneamento agrícola inclusive;
- propiciar o aumento da produção e da produtividade, bem como a ocupação estável do campo;
- manter estrutura de assistência técnica e extensão rural;
- orientar a utilização racional de recursos naturais;
- manter sistema de defesa sanitária animal e vegetal;
- atribuições em inspeção e fiscalização; pesquisa agropecuária, fornecimento de energia, programas de crédito (Constituição do Estado de São Paulo, Cap. III).

Existe uma restrição política, especificamente na área rural, com relação a limitação da atuação governamental nos aspectos referentes ao ordenamento territorial. Embora a legislação dê ampla capacidade de ação municipal no ordenamento urbano, as ações de parcelamento, zoneamento, ocupação e desapropriação na área rural são prerrogativas da União, por meio do INCRA, e do Estado. Isto remete à existência de determinados conflitos entre poderes nos momentos em que a intervenção do município é necessária.

Um dos resultados dessa postura, onde o INCRA "fazia tudo" e com um diálogo reduzido com outros órgãos e, sobretudo, com as prefeituras, é que muitos dos assentamentos eram identificados como "territórios federais" (Araújo, 1998) no âmbito dos municípios onde se situam. Segundo a autora, o isolamento foi identificado no assentamento onde os assentados aprenderam a se dirigir ao INCRA para encaminhar suas demandas, secundarizando o acesso ao Poder Municipal, como nas prefeituras.

⁷ - Retirado do site: www.redebrasil.inf.br. Acesso em: 27 out. 2001.

Os pequenos municípios representam uma pequena proporção da população total do país (em 1996 era inferior a 12%). Porém, quantitativamente, a existência desses municípios é significativa. Clementino (1997) calcula que em 1994, os municípios com população total até 20.000 habitantes, correspondiam a 72.6% dos municípios brasileiros⁸.

Como sabemos, a maioria dos pequenos municípios tem sua base social e econômica pautada na agricultura. A precariedade financeira dos municípios está associada ao modelo de desenvolvimento brasileiro.

Quando falamos em crise do modelo de desenvolvimento, estamos nos referindo ao conjunto de idéias que hegemonizaram e determinaram as ações governamentais ao longo das últimas décadas. Políticas que estimularam um desenvolvimento baseado, principalmente, na centralização urbana e industrial; na transferência de capital e de mão-de-obra do setor rural ao urbano industrial; e no papel marginal dos pequenos municípios no desenvolvimento do setor industrial (DESER, 1997).

O modelo de desenvolvimento dos pequenos municípios baseado apenas no setor urbano/industrial está falido. O falso sonho de atrair médias e grandes indústrias para as pequenas cidades, apostando todos os recursos municipais, buscando gerar empregos e aumento da arrecadação fiscal, está cada vez mais difícil de se concretizar. O abandono que, principalmente os agricultores familiares tiveram, sendo considerados sem importância econômica e social pela maioria dos governos municipais, é um exemplo claro deste caminho escolhido por inúmeras administrações (DESER, 1997).

⁸ - Em relação à definição de pequenos municípios há muito contra-senso no que se refere à própria delimitação. Vilmar Faria (1984) aponta três critérios definidores da população urbana: o critério censitário; o critério de mais de 20.000 habitantes vivendo em áreas urbanas do município e o critério de mais de 20.000 habitantes na sede urbana do município.

O IBGE distingue as situações urbana e rural. Na situação urbana consideram-se as pessoas e os municípios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Na situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 1996).

George Martine, analisando os dados do Censo Demográfico de 1980, considera que apenas as aglomerações de 20.000 habitantes ou mais podem ser chamadas de cidade (Martine Garcia, 1987, p.59). Da mesma forma, Vilmar Faria define como população urbana, a correspondente às “pessoas vivendo na sede urbana dos municípios” ao mesmo tempo em que considera cidades “as sedes municipais com mais de 20.000 habitantes” (Faria, 1984, p.124).

Outro elemento que compõe a precária realidade dos pequenos municípios é a situação das prefeituras. Além de disporem de poucos recursos, muitas vezes estes são mal utilizados e aplicados para fins assistencialistas, clientelistas ou eleitoreiros. Mirante do Paranapanema não está fora desse contexto, como já mencionamos acima sua situação financeira é precária.

Com ações pontuais e fragmentadas dificilmente uma prefeitura conseguirá resultados positivos sustentáveis em longo prazo. O máximo que tais ações possibilitam é mascarar os problemas e manter prefeitos, vereadores e secretários no poder por muito tempo.

Nesse sentido, a partir da pesquisa de campo, conseguimos constatar algumas mudanças geradas, no município, a partir da instalação dos assentamentos rurais. A primeira delas diz respeito a arrecadação de impostos. Segundo informações do diretor administrativo da prefeitura de Mirante do Paranapanema, verificou-se após a implantação dos assentamentos um crescente aumento na arrecadação de ICMS, ressalta ele: *“essa tendência surge a partir de 1995, quando se inicia a implantação dos assentamentos – nesse curto período, a arrecadação subiu 148%”*.

Entretanto, o atual prefeito de Mirante do Paranapanema possui uma visão um pouco diferente, afirmando que a arrecadação de impostos dos assentamentos é ilusória, como podemos observar no depoimento abaixo:

“Não, é ilusório se falar que se arrecada ICMS de assentamentos rurais aqui em Mirante do Paranapanema, isso não existe, quer dizer diretamente não há essa arrecadação, a produção deles não passa pelo município, o que é produzido é a mandioca, o leite, o leite *in natura* não se paga nada, o leite é vendido quase tudo para fora, porque o grande filão lá é o leite e o leite *in natura* não se paga nada” (Entrevista realizada em junho de 2002).

Sobre essa discussão, podemos destacar algumas ações geradas a partir da instalação dos assentamentos que contribuem, mesmo que indiretamente, para o aumento da arrecadação de ICMS. Um exemplo é a instalação do laticínio Novo Tempo em Mirante do Paranapanema que surgiu em detrimento do leite produzido nos assentamentos. Os assentados produzem, atualmente, em torno de 25 mil litros/dia de leite nos assentamentos. Esse recebe cerca de 15 mil litros/dia de leite dos assentamentos, o que representa cerca de 35% de todo o leite enviado ao laticínio.

Assim, a existência dos assentamentos no município de Mirante do Paranapanema produziu esse novo cenário, pois os laticínios beneficiam e vendem o leite e repassam o ICMS à prefeitura. Além disso, o laticínio efetua o pagamento aos assentados por meio da Agência Bradesco, fomentando também o setor financeiro.

Outra questão importante sobre os impactos produzidos pelos assentamentos na economia do município de Mirante do Paranapanema, refere-se a dinâmica do comércio. A partir da pesquisa de campo, percebemos que houve um aumento nas vendas do comércio em, aproximadamente, 35%. Porém, esse aumento não foi homogêneo, pois ele sofreu variações de acordo com cada setor. O setor que mais obteve ganhos, em termos de venda, a partir da instalação dos assentamentos, foi o de supermercados, devido ao aumento do consumo de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Outro setor que também aumentou consideravelmente suas vendas foi o de material de construção. Já os setores que tiveram uma diminuição nas vendas a partir da instalação dos assentamentos foram aqueles que trabalham com artigos de luxo (butiques, por exemplo).

Assim, podemos afirmar que houve um aumento nas vendas do comércio local, o que também tem rebatimentos na arrecadação de impostos. Porém, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirante do Paranapanema apresentou alguns pontos para a análise, afirmando que ocorreu um aumento das vendas, mas, em contrapartida, uma diminuição na rentabilidade dos comerciantes. Vamos observar alguns trechos de seu depoimento:

“Veja bem, quando em 1994, 1995, que foi o “boom” dos assentamentos, a cidade experimentou um aquecimento bom em termos de venda, em termos de comércio. Isso porque naquela época o assentado além de receber a terra recebia de 7 mil a 15 mil reais de financiamento do governo a fundo perdido e quando pagava pagavam uma terça parte ou até menos que isso. Só que a realidade hoje de Mirante do Paranapanema é a favela rural (*sic*) é a subsistência pura (...).

“Em alguns ramos de atividade está tendo um aquecimento de vendas, mas na sua grande maioria esse aquecimento é só na matéria-prima básica, nós sabemos perfeitamente que a cesta básica dá uma rentabilidade mínima para o comerciante, se você for pegar o arroz, o feijão, o óleo, uma cebola, a rentabilidade é mínima, então se vende isso, mas só isso (...).”

“Veja bem, se você pegar...eu costume dar um exemplo bem claro em termos de peças de confecções, antes dos assentamentos, no início da década de 90, na época a coqueluche era comprar uma calça Pierre Cardin, era a calça da grife, seria uma Fórum ou uma Zoomp de hoje, então o pessoal queria. E se vendia Pierre Cardin em Mirante do Paranapanema e se vendia muito e por incrível que

pareça se vendia Pierre Cardin para os empregados das fazendas, para os empregados da Fazenda São Bento, empregados da Santa Clara, se vendia para essas pessoas e eles pagavam em 30 e 60 dias. Então hoje seria uma Wrangler, uma Lee, um Generation, hoje não se vende essas calças em Mirante, porque uma calça dessas custa 70 reais, hoje se vende uma calça jeans sem ser de marca, porque hoje o status quo da cidade é outro, então você vende mais calças, mas só que com o valor agregado muito pequeno. Hoje você vende calça de 15 reais, vende bastante, mas o valor agregado a esse produto é muito pequeno, então a rentabilidade oferecida ao varejista, ao lojista, é muito pequena também. Antes você vendia menos peças mais com um preço maior e com isso tinha uma lucratividade maior, então você vendia 50 calças e tinha uma lucratividade maior, hoje você vende 200 calças, atende um universo maior, mais você gasta 200 sacolas, 200 rolos de durex e isso para ter um valor agregado bem menor do que quando você vendia 50 calças, então esse é um exemplo do meu ramo de atividade, mas nós não podemos esquecer que a cidade não vive só desse ramo de atividade, a cidade tem outros ramos” (Entrevista realizada em junho de 2002).

A leitura realizada pelo presidente da Associação Comercial e Industrial mostra um descaso em relação aos assentamentos quando chama estes de "favela rural", afirmando que os assentamentos são apenas um meio precário de subsistência das famílias, não gerando lucro para a cidade. Nessa visão os assentamentos se tornariam um "atraso" econômico para a região, porém sabemos que os problemas enfrentados pelos assentados estão ligados à falta de uma política agrícola específica que auxilie no desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos. Chamar estes de favela rural é desprezar todo o processo de luta e conquista desses sujeitos que conseguem a partir dos assentamentos melhorias (ainda que pequenas) em termos de educação, saúde, moradia, alimentação, como estamos apresentando neste trabalho.

Ainda sobre essa discussão, durante a pesquisa de campo entrevistamos os próprios comerciantes, de diversos setores (oficinas mecânicas e eletrônicas; lojas, farmácias, estabelecimentos especializados em produtos agropecuários, lojas de móveis e eletro-eletrônicos, supermercados, pequenos armazéns) e cerca de 98% destes afirmaram que ocorreu um aumento nas vendas a partir da instalação de assentamentos.

Porém, o atual prefeito municipal afirmou que apenas cerca de 30% do total dos assentados de Mirante do Paranapanema consomem no comércio local, ressaltando que estes acabam consumindo em Teodoro Sampaio ou em cidades do norte do Paraná. O Presidente da Associação Comercial e Industrial afirmou que esse número é bem maior e contextualizou o por

quê esses assentados não consomem no comércio local, colocando a responsabilidade no próprio governo estadual.

“A gente fala, mas não tem jeito de não falar do governo, porque é uma situação que envolve recursos e recursos que o município não tem e muito menos o empresariado local tem essa finalidade, pode até ter o recurso, mas não tem a finalidade, nós temos um projeto de uma estrada que sairia de Mirante do Paranapanema a Taquaruçu, esse projeto existe desde a época de Franco Montoro, é um absurdo, esse projeto já foi aprovado, já passou nas comissões de orçamento, entrou para o orçamento desse ano e a estrada não saí, deve estar orçada em 4 milhões, um negócio assim, é um recurso alto, mas para o orçamento do governo isso não é nada, mas para Mirante é o orçamento da cidade, então nós não temos condições de abraçar essa causa. Se essa estrada saísse essas pessoas que estão mais longe da cidade teriam condições de se locomover e fazer suas compras no seu município, mas o que acontece? Ele está lá no fundo, perto do Paraná, você acha que ele vai andar 40 Km de estradas rurais péssimas para vir comprar aqui? Só se ele for louco, temos que ser coerentes, ele não está errado de comprar lá, errado estamos nós de não ter falado um basta para esse governo e exigir que seja construída uma estrada que já está prevista no orçamento, então são coisas que, às vezes você olhando com o olhar simplista você aplaude esse governo” (Entrevista realizada em junho de 2002).

Então, podemos afirmar que houve um aumento médio nas vendas de 35%, porém há uma variação entre os ramos e setores comerciais. Já na questão do aumento ou diminuição dos estabelecimentos comerciais após a instalação dos assentamentos rurais, de acordo com o secretário da Associação Comercial de Mirante do Paranapanema, no ano de 1998 ocorreu um aumento no número de estabelecimentos comerciais de 4.3% em relação a 1997 e, em 1999, esse percentual se manteve. Para ele, os assentamentos rurais promovem uma maior circulação de recursos e captação de impostos e, até mesmo gera empregos, porque há maior volume de negócios no comércio e na produção agropecuária (quando ocorre a contratação de serviço de terceiros para a perfuração de poços, construção de cercas, galpões e demais estruturas ligadas à produção).

Com a instalação dos assentamentos surgiram, principalmente, pequenos armazéns, especializados na venda de gêneros de primeira necessidade. Algumas lojas também fecharam, principalmente as butiques que, como já afirmamos, compõem um setor mais especializado.

Essa é uma dimensão fundamental para o entendimento dos impactos socioterritoriais, pois os assentamentos rurais produzem uma série de mudanças no município, principalmente no setor financeiro e comercial. Porém, como já mencionamos, há um acirramento entre o poder público municipal e o governo federal. As dificuldades para a consolidação dos assentamentos rurais são entendidas como uma responsabilidade direta do governo federal. Essa opinião ficou evidente no depoimento do presidente da Associação Comercial e Industrial do município. Essa é uma outra questão importante para pensarmos os impactos socioterritoriais, pois o conflito do poder público e do empresariado local não é com os assentados ou com o MST, mas com o governo federal. A seguir, vamos colocar um trecho do depoimento do presidente da Associação Comercial e Industrial do município que vem de encontro com essa afirmação.

“A realidade hoje de Mirante do Paranapanema é a favela rural (*sic*), é a subsistência pura, o que os assentados hoje recebem...do que eles vivem hoje é a da produção do leite, a produtividade aqui é muito baixa, porque eles não têm infra-estrutura básica, tanto em termos de mecanização, como de fertilidade da terra, nossas terras são muito pobres e em termos de corretivos é quase que inviável corrigir novamente a terra pela política do governo, então hoje a realidade dos assentamentos aqui em Mirante ela é confusa (...)

“Porque é fácil para o governo dizer que assentou 1300 famílias no município de Mirante do Paranapanema, isso é muito cômodo, mas nós queremos ver em termos de realidade, em termos de rentabilidade econômica que esses assentados estão dando para o município. Ao meu ver e no entender da Associação Comercial, o Pontal do Paranapanema enfrenta um sério problema social devido a forma que foi feita a reforma agrária (...)

“É difícil tecer elogios, principalmente nós da área empresarial, a esse governo. Nós do comércio, das associações comerciais, que geramos impostos, geramos divisas para esse país, nós queríamos que nossa região se desenvolvesse em termos tecnológicos, nós queremos que o governo trouxesse suas indústrias de tecnologia para o Pontal do Paranapanema e não que trouxesse para nós favela rural ou presídios, nós não precisamos disso, nós precisamos é de sensibilidade da parte do governo para que traga para nossa região comércio, indústria e áreas de pesquisa e isso ele não tem trazido(...)

“O que temos de concreto para vangloriar que o governo trouxe para o encontro de nossa comunidade? Presídio? É isso que vamos vangloriar, está vindo tudo para cá, hoje o Pontal é a excelência de segurança de presídio, eu falo até com ironia, pois Presidente Bernardes foi o primeiro presídio do Estado de São Paulo a ter bloqueador de celular, nós temos tecnologia no Pontal para isso, então não dá para nós falarmos em reforma, não dá para falarmos em assentamentos, em perspectivas, não adianta a gente querer fazer a política da boa vizinhança, de falar que não, que o governo tem mandado uma ambulância

para nós, que agora tem remédio em postos de saúde, não dá para falar isso, o governo tem falhado muito no Pontal do Paranapanema, falhado demais, porque tem olhado para cá com os olhos muito distantes, nós queremos que ele olhe para cá com um olhar diferenciado, porque hoje as famílias cadastradas da Comunidade Solidária do governo federal o Pontal é uma das maiores e perde simplesmente para o Nordeste e por que? É por que tem pessoas aqui remediáveis? Por que tem pessoas prósperas, ricas? Ou por nós estamos num bolsão de miséria. E se você for olhar a relação de nomes e endereços de todas essas pessoas que recebem cesta básica olha minha amiga, mais de 60 ou 70% estão morando nos assentamentos, então o bolsão de miséria é muito grande, se o governo não tiver um olhar diferenciado para esta região simplesmente nós estaremos virando uma favela rural aqui no município de Mirante. É necessário mudar”(Entrevista realizada em junho de 2002).

Nesta fala há dois elementos que queremos destacar: **primeiro** - quem gera impostos é a população que realiza transferência compulsória de dinheiro ao governo pagando: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IR (Imposto de Renda), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), IPTR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural), ISS (Imposto sobre Serviços), etc. Dessa forma, dizer que quem gera impostos são os empresários é menosprezar o que a população brasileira passa para poder sobreviver nesta sociedade capitalista, desigual e contraditória. **Segundo** - quem está alimentando as famílias acampadas na região são os assentados, que distribuem alimentos produzidos nos assentamentos.

Apesar das dificuldades para a consolidação dos assentamentos rurais, quando perguntamos para o presidente da Associação Comercial sobre o que era melhor para o município na perspectiva empresarial: os assentados ou os antigos fazendeiros, ele foi muito enfático:

“Olha, o proprietário nunca consumiu aqui. Só que nós temos que observar que a fazenda é uma empresa que está localizada em um espaço geográfico, se torna inviável, por exemplo, trazer sal do Rio Grande do Sul para as fazendas daqui, então eles compravam sal aqui, mas a visão não pode ser por aí, a reforma agrária foi e é necessária para o Pontal do Paranapanema, entre ter reforma agrária e fazenda da forma como era explorada no Pontal do Paranapanema e em particular aqui em Mirante, eu prefiro a reforma agrária. Isso porque as fazendas que nós tínhamos aqui eram muito mais para especulação imobiliária do que para produção, porque eu sempre falo que nós tivemos vários agravantes na nossa região” (Entrevista realizada em junho de 2002).

Esse depoimento é muito interessante, pois revela uma outra dimensão importante dos impactos socioterritoriais, bem como uma incoerência em sua opinião, pois em

pleno “território do latifúndio” o empresariado local, categoria vinculada aos interesses dos latifundiários, reconhece a importância dos assentamentos para o desenvolvimento local, destacando que os fazendeiros nunca consumiram na cidade e que só utilizavam suas terras para a especulação imobiliária. Dessa forma, ao mesmo tempo que ele chama os assentamentos de favela rural, que não traz benefícios para a região, enfatiza que a reforma agrária é a melhor alternativa política para a região. Essa questão fica ainda mais clara quando perguntamos ao presidente da Associação Comercial e Industrial sobre a visão que os empresários locais possuem a respeito do MST.

“Então nós temos que parar de ser simplista, nós precisamos ver a questão dos assentamentos a partir de uma luz maior, o MST, as classes envolvidas na reforma agrária...o MST tem prestado um grande papel à sociedade, da forma deles, que nem sempre é aplaudida nem por mim e nem por muitas pessoas, sou simpatizante do MST? Não, no sentido de ser um militante, mas sou simpatizante de observar o que foi feito a partir de seus esforços e do que não teria sido feito se eles não tivessem tido esses esforços, mas não podemos ser simplistas. Ao mesmo tempo eu não posso aplaudir a sociedade socialista que é pregada pelo MST, porque vai contra um monte de pensamento empresarial que eu tenho na minha cabeça, mas tem que aplaudir também seu trabalho, mas não podemos ser simplistas em achar que o governo fez algo em benefício da região”(Entrevista realizada em junho de 2002).

Assim, após essa análise, podemos afirmar que apresentamos uma análise dos impactos socioterritoriais a partir de suas diversas dimensões (tanto internamente aos assentamentos, como a partir da relação assentamento-município). Como já mencionamos, os impactos socioterritoriais resultam de ações decorrentes de um conflito social significativo (os assentamentos). Assim, a dimensão política dos impactos se revela (a partir do rompimento com o território do latifúndio e das ocupações de terra). A instalação e consolidação dos assentamentos produzem uma série de necessidades, demandas e reivindicações (educação, saúde, cultura, moradia, organização do trabalho e da produção). Essa dimensão dos impactos envolve a ressocialização desses sujeitos sociais. A terceira dimensão analisada corresponde a relação assentamento-município, no qual destacamos as mudanças na esfera comercial e financeira provocadas com a instalação dos assentamentos e os conflitos políticos gerados entre os governos municipal, estadual e federal.

Para finalizar, ressaltamos que essa discussão dos impactos socioterritoriais deve estar diretamente relacionada com a idéia de desenvolvimento local. Para a consolidação de um projeto de desenvolvimento local o primeiro passo é elaborar um diagnóstico para identificar os principais problemas e reivindicações e propor as principais linhas de uma política de desenvolvimento para o município, destacando: qualidade de vida; renda dos agricultores familiares; acesso a novas tecnologias e alternativas de produção que garantam a qualidade e a conservação do meio ambiente; a infra-estrutura produtiva e social; a assistência técnica e a formação profissional dos agricultores; a qualidade da educação rural; o acesso à saúde gratuita; a valorização do conhecimento e da cultura da população local, a participação dos jovens, mulheres e idosos; e a organização dos agricultores e sua participação nas decisões que envolvam as políticas para o município.

O desenvolvimento local requer um planejamento territorial e não estritamente setorial dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento, pois o local cada vez mais aparece como a instância apropriada para avaliar a competitividade, as mudanças com o tempo e o delineamento de políticas. Para que o processo de desenvolvimento municipal tenha perspectiva de sustentação em longo prazo, tem que partir do potencial econômico e social/local.

A agricultura é a principal força geradora do desenvolvimento de grande parte dos pequenos e médios municípios brasileiros, proporcionando também o desenvolvimento dos setores comercial, industrial e de serviços, ou seja, mais empregos, mais impostos arrecadados e desenvolvimento social e econômico.

É muito importante que cada município tenha seu plano de desenvolvimento local. Mas não podemos ter ilusão de que o uso de forças locais será suficiente para viabilizar este processo. É fundamental que o plano local esteja integrado e sustentado ao nível micro-regional, estadual e nacional.

A discussão e execução do projeto de desenvolvimento podem ter abrangência municipal, mas ele tem influências das políticas macroeconômicas e também depende de recursos externos que são aplicados de acordo com o modelo de desenvolvimento nacional e estadual. As autoridades locais devem propor e disputar as políticas ao nível macro a partir do projeto de desenvolvimento local, e não podem assumir uma postura passiva frente aos ditames governamental estadual e federal.

Considerações Finais

Esta dissertação aponta elementos teóricos e empíricos importantes para a compreensão dos impactos socioterritoriais. A partir de uma leitura sobre a questão agrária e seus componentes básicos: agricultura camponesa, agricultura capitalista, luta pela terra, reforma agrária e seus projetos de assentamentos rurais (como forma concreta de análise), visualizamos seus desdobramentos tomando como referência o resultado socioeconômico no território.

A intensidade da luta por terra no Brasil, a magnitude dos conflitos sociais que surgem em torno dela, a participação dos movimentos sociais na luta revelando-se eficazes (a partir das ocupações de terras) acabaram por forçar uma ação desapropriatória do Estado, resultando nos projetos de assentamentos rurais. No município em estudo há 28 assentamentos e na região do Pontal do Paranapanema a soma é de 79 assentamentos. Este processo reestruturou o território, modificou a paisagem. Onde antes se via a pretensa pecuária extensiva, hoje visualizamos a plantação de alimentos na base da agricultura camponesa, produzindo processos sociais que indicam a possibilidade de criação de situações absolutamente inusitadas na história econômica, social e política da região. As mudanças ocorridas pela presença dos assentamentos são bastante variadas, em função do contexto em que estes se geraram, da densidade de projetos existentes, das trajetórias dos assentados, da diversidade regional das políticas públicas.

A criação dos assentamentos implicou em alguma redistribuição fundiária e viabilizou o acesso a terra a uma população de trabalhadores rurais, mas não alterou o quadro de concentração fundiária. Percebemos alguma alteração na estrutura agrária quando analisamos somente a escala local. A experiência de luta pela terra, a existência dos assentamentos enquanto espaço de luta e de ressocialização política e social, fazem com que os assentamentos tornem-se um espaço para novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas (e também mais amplas) e à busca de lugares onde se façam ouvir. Dessa maneira, lutam para permanecer na terra e para nela conseguirem produzir. Para isso, continuam no embate político com o governo municipal, estadual e federal. Ocupam prédios públicos, fazem passeatas, marchas, manifestações expressivas para poderem continuar existindo enquanto sujeitos sociais.

Em nossa pesquisa constatamos que a criação dos assentamentos possibilitou para uma população de baixa escolaridade e que enfrentava no momento anterior uma instável e

precária inserção no mundo do trabalho rural/ agrícola, a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote. Ainda que de forma precária passaram a ter acesso à moradia, saúde, escola.

A condição de assentado possibilitou a essa população, pela primeira vez, o acesso ao crédito para produção, ainda que essa integração ao mercado financeiro esteja marcada por um conjunto significativo de dificuldades. O volume de crédito que circula em função dos assentamentos traz também impactos no comércio local e regional

Os assentados ganharam reconhecimento social e político pelos demais setores sociais, superando uma tensão inicial, muitas vezes marcada por uma visão de que os assentados eram "vagabundos", "desocupados" e "baderneiros", (principalmente nessa região onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terra). Para além das questões econômicas, criam-se novos sujeitos sociais e resgata-se a dignidade de uma população historicamente excluída. O acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado.

Dessa maneira, os impactos socioterritoriais podem ser compreendidos a partir de dois momentos. O **primeiro** momento refere-se às transformações que as famílias sofrem durante o processo de luta (nos acampamentos) e, posteriormente, a partir da implantação/consolidação dos assentamentos rurais. Mesmo considerando todas as dificuldades e problemas existentes, a vida desses sujeitos foi alterada e, pelo que percebemos com a pesquisa, essa alteração foi para melhor quando comparada à situação vivida anteriormente à conquista da terra.

O **segundo** momento refere-se às transformações estabelecidas na relação assentamento-município. A existência dos assentamentos, enquanto um conflito social significativo, cria uma demanda de políticas públicas, o que provoca relações e conflitos entre os governos municipal, estadual e federal. A instalação dos assentamentos também causa mudanças na dinâmica econômica (financeira e comercial) do município.

Esses dois momentos quando analisados conjuntamente nos permitem compreender que os projetos de assentamentos rurais são viáveis socialmente, economicamente, mas precisam ser pensados a partir de uma política agrícola bem definida que possibilite a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

Para uma região como o Pontal do Paranapanema marcada historicamente pela presença de grileiros, a implantação dos assentamentos rurais é um fator significativo de que a luta pela terra movida principalmente pelas ocupações de terra, é um potencial transformador da realidade e uma perspectiva positiva para milhares de famílias.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. In. *São Paulo em Perspectivas*. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, n. 02, v. 11, p.73-78, 1997.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? In. *Geografia, política e cidadania*. Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.
- ALMEIDA, Jacione.; NAVARRO, Zander (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, Rosimeire A. de. *Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1996.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Vida camponesa: cultura e tradição. In: ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.
- ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. O movimento dos trabalhadores sem terra e a educação: a perspectiva da construção de um novo homem e de continuidade do movimento. In: STÉDILLE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- ANTONIO, Armando Pereira. *O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pela Estado: o exemplo na Alta Sorocabana no período de 1960-1990*. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar (Coord.). *Descentralização e reforma agrária: um processo em discussão*. Projeto de Cooperação Técnica PCT/INCRA-IICA. Recife, 1998.
- ÁVILA, Rodrigo Vieira de. *A viabilidade econômica da reforma agrária em Minas Gerais*. 1999. Monografia – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- BENEDETTI, Adriane. *Na conquista da fronteira: um estudo de caso dos assentamentos rurais de Hulha Negra/RS*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.
- BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

- BERGAMASCO, Sônia M. Pessoa P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos Dados da PNAD. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, v. 25, n. 2 -3, p. 167-177, mai./dez., 1995.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa. P. *A realidade dos assentamentos por detrás dos números*. Estudos Avançados 11 (31): 37-49, 1997.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa; Norder, Luís A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo (1960-1997)*. Campinas, 1997. (mimeo).
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- BOGO, Ademar. *O MST e a Cultura*. Caderno de Formação, n.34. São Paulo, 2000.
- BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.
- BYÉ, Pascal; SCHMIDT, Wilson. Agricultura familiar no sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? In. *Estudos Sociedade e Agricultura. Novas Realidades Rurais. Agricultura Orgânica. Cooperativismo*. Resenhas, nº17, out. 2001.
- CADERNOS DO ITESP. São Paulo. *Retrato da Terra 96/97: Perfil sócio-econômico dos assentamentos do Estado de São Paulo*. n. 1 (jul.1998). São Paulo: ITESP, 1998.
- CALDART, Roseli Salete. Educação Popular no Meio Rural: as experiências pedagógicas nas escolas do MST. In: SILVA, Luíz Herón da; AZEVEDO, José Clóvis de. (Org.). *Reestruturação curricular*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.
- CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge. O MST e a Educação. In: STÉDILLE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARVALHO FILHO, José Juliano. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora Universitária, 2001.

- CHAYANOV, Alexander. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste*. Natal, UFRN, 1997. (mimeo).
- CONCRAB. *Cooperativas de produção – questões práticas*. Caderno de Formação nº21. v.2, abril, 1996.
- CONCRAB. *Sistema cooperativista dos assentados*. Caderno de Cooperação Agrícola nº5, 2.ed., julho/1998.
- CURY, Carlos Roberto Jamil –*Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos*. Parecer CEB /00 em processo de discussão pública. Mimeo
- CUT/CONTAG. *Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil*. São Paulo: Projeto CUT/CONTAG, Agosto de 1998.
- DE MARTINI, Marcos. *A empresa de terras e colonização Labieno da Costa Machado: do velho para o novo Oeste Paulista*. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.
- DENARDI, Reni Antonio et al. *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná*. Curitiba, 2000. (mimeo).
- DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. *Agricultura familiar e desenvolvimento local: municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas*. Curitiba, 1997. (mimeo).
- DOSSIÊ. *Sem-Terra do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: MST, 1991.
- FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná*. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036 – Segunda Versão, Março de 1995.
- FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Projeto UTF/BRA/036/BRA, agosto de 1996.
- FAO/INCRA. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Projeto UTF/BRA/036/BRA, agosto de 1998.

- FAO/PNUD/MARA. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Relatório BRA 87/022. Brasília, FAO/PNUD/MARA, 1991.
- FARIA, Vilmar E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego; a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In. ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 118-163.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária*. São Paulo, março, 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST - formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Que reforma agrária? In *Geo UERJ Revista de Departamento de Geografia*, UERJ, RJ, n.º 6, 7-15, 2º semestre de 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: *Revista Cultura Vozes*, número 2, ano 93. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In. STROZAKE, Juvelino José. *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. In. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15, 2000, Goiânia. *Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções. Novas formas, velhas funções*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, 2000b.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. In. *Geografia, política e cidadania*. Terra Livre, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000c.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema – SP. In. *Revista Estudos Avançados*, nº43. São Paulo: IEA (Instituto de Estudos Avançados), 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleison Moreira. *Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária*. 2002. (mimeo).
- FIBGE, *Censos Agropecuários*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1970; 1975; 1980; 1985 e 1995/96.

- FURTADO, Eliane Dayse P.; JESUS, Sônia Meire. *Alfabetização de Jovens e Adultos para o Campo*. Curitiba, 1998. (Mimeo).
- GARCIA, Jr, Afrânio R. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. In ROMEIRO et al. (Orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GENARO NETO, Ieno.; BAMAT, Thomas (Coord.) *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPb, 1998.
- GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio.; STÉDILLE, João Pedro (Orgs.). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. *A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola*. Agroanalysis. Rio de Janeiro, v. 16, n.º 3, p. 8-11, 1996a.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, RJ: Fase/Vozes, 1987.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: ROMEIRO, Adhemar.; GUANZIROLI, Carlos.; LEITE, Sérgio. (Orgs.). *Reforma agrária – produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- KAGEYAMA, Ângela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Geraldo da Costa (Org.). *Agricultura e políticas públicas brasileiras*. Campinas: IPEA, 1987. p. 113-221. (Série IPEA, 127).
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- KOLLING, Edgar Jorge et al.. *Por uma Educação Básica do Campo*. São Paulo: CNBB – Unb – MST – Unesco – Unicef, 1999.

- HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (Coords.). *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRRJ (mimeo), 2001, 479pp.
- HEREDIA, Beatriz, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (Coords.). *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRRJ (Resumo Executivo - mimeo), 2002.
- HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. *A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente*. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.
- INCRA/CRUB/UnB – Universidade de Brasília. *I – Censo da Reforma Agrária do Brasil*. (Relatório Final). Brasília: UnB, 1997.
- INCRA/IICA. *Plano de desenvolvimento sustentável de assentamento de reforma agrária*. Brasília: INCRA, 1998.
- IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, IBGE, PUND. *Desenvolvimento humano e condições de vida: Indicadores brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Ed. Unicamp, v. 2, 1998.
- LEAL, Gleison.; BAGLI, Priscilla.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio – SP*. Presidente Prudente, 2001. Relatório CNPq – PIBIC 1999 - 2001.
- LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998.
- LEITE, Sérgio. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). In MEDEIROS, Leonilde Servolo de. et al (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- LEITE, Sérgio. *Assentamentos rurais: um balanço da experiência brasileira*. CPDA/UFRRJ, 1998. Disponível em: <<http://www.neade.gov.br>>. Acesso em: 20 ago.2001.
- LEITE, Sérgio. *Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais*. Rio de Janeiro, 2000. (mimeo).

- LENIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.
- LINCK, Thierry. *El campo en la ciudad: reflexiones en torno as las ruralidades emergentes*. Toulouse, 2000. (mimeo).
- MARCOS, Valéria de. A sustentabilidade e a territorialidade da produção camponesa: a produção coletiva e a produção comunitária em questão. In: *Revista Paranaense de Geografia*. Curitiba/PR, nº4, p. 15 – 19, 1999.
- MARQUES, Marta Inez M. Modernização da agricultura, saber camponês e assentamentos de reforma agrária. In: *Revista Paranaense de Geografia*. Curitiba/PR, nº4, p. 15 – 19, 1999.
- MARTIN, Nelson B. O poder local e o desenvolvimento rural. In: *Revista de Informações Econômicas*. Vol. 23, nº 12, Dez./93. São Paulo: IEA, 1993. p. 27-35.
- MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares.; SILVA, Pedro Luiz Barros. *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAP, UNESP, 1995. p.61-91.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e papel do MST. In: STEDILLE, João. Pedro. (Org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a história possível (ou a arte de não fazer política fazendo)*. Tempo social. São Paulo, n. 11, v. 2, p. 97-128, fev. 2000.
- MATTEI, Lauro. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepções, abrangência e limites observados. In. *IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Belém, 2001 (mimeo).
- MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Versão preliminar para discussão nacional. Brasília, MEC, 1997.

- MEC/INEP. *Plano Nacional de Educação*. Proposta do Executivo ao Congresso Nacional, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. (Orgs.) de. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: STÉDILLE, João Pedro (Org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Trabalhadores Rurais, agricultura familiar e organização sindical. In. *São Paulo em Perspectivas*. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, n. 02, v. 11, p.65-72, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de.; LEITE, Sérgio (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.
- MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Organização do Movimento/quem é quem na luta pela terra. *Cadernos de Formação*, n. 1. São Paulo: MST, 1986.
- MST. História da luta pela terra. *Cadernos de Formação*, n. 2. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Como se organiza movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Cadernos de Formação*, n.º 5. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Terra não se ganha, se conquista. *Cadernos de Formação*, n. 9. São Paulo: MST, 1986.
- MST. A luta continua: como se organiza os assentados. *Cadernos de Formação*, n.10. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Cadernos de Formação*, n. 11. São Paulo: MST, 1986.
- MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In. GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio e STÉDILLE, João Pedro (Orgs.). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

- MST. Como fazemos a escola de educação fundamental. *Caderno de Educação*, nº 9. S.l.: MST, 1999.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1989.
- NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). *Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra*. Presidente Prudente: UNESP, 2000. Série Estudos. n. 3. p. 7-27.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e indústria no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, n. 58, set/1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalo: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1998.
- PAIM, Jairnilson Silva. *Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: notas para reflexão e ação*. São Paulo, 1995. (mimeo).
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Desenvolvimento rural e poder local. Subsídios para o plano de governo municipal*. São Paulo: Peres, 2000.
- PAULILO, Maria I. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In ROMEIRO, A. et al. (Orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os sem-terra? In *Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*, n. 1. Presidente Prudente, 1998, p. 59-71
- RIBAS, Alexandre Domingues. *O Sistema Cooperativista dos Assentados*. In *Revista NERA*, Série Estudos, UNESP, n.º 01, Presidente Prudente, 1998.
- RIBAS, Alexandre Domingues Ribas. *Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma leitura a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal)*. 2002. Dissertação de

- Mestrado – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002.
- ROCHE, Chris. *Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. São Paulo: Cortez; ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000.
- RODRIGUES, Arlete Moises. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1991.
- ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos e LEITE, Sérgio (Orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Petrópolis, RJ: Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. *È preciso conhecer a realidade local*. *Jornal Sem-Terra*, São Paulo, janeiro e fevereiro de 1999. n. 186, p.8.
- SANTOS, Milton dos. A região do café em Mirante do Paranapanema. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 2 jun, 2001. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. Mirante do Paranapanema e o Ramal Dourados. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 28 jun, 2001. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. Trabalho de Mestrado fala sobre Costa Machado e Mirante do Paranapanema. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 11 ago, 2001. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. Bairro Severiano: A chegada do Sr. Severiano Soares. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 12 out, 2001. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. 48º Aniversário de Mirante do Paranapanema: “A capital do Pontal”. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 29 nov, 2001. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. Mirante do Paranapanema: os primeiros espaços geográficos. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 15 jan, 2002. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. A região dos fazendeiros (Parte II). *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 29 mar, 2002. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. Contradições na Fazenda Vale do Paranapanema. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 27 abr, 2002. Especial, p.03.
- SANTOS, Milton dos. Trabalho no campo: acumulação e miséria. *Jornal Mirante Notícias*, Mirante do Paranapanema, 1 jun, 2002. Especial, p.3.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- SCHMIDT, Benício Viero.; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas*. Fundo de Cultura Econômica, México, 1975.
- SILVA, Ângela Maria.; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas.; FREITAS, Nara Eugêncina. *Guia para normalização de trabalhos técnicos – científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses*. Uberlândia: EDUFU, 2000.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo da. (Coord.) *Censo de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema*. MULTICAMP/UNESP. Presidente Prudente, 1996
- SOLARES, C. J. Lo rural y lo urbano: una reflexión em torno a su definición. In: *Avances de investigación*. Universidad Autónoma de Chicago. Sociología Rural, nº 1. Chicago, 1998.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Guanabara, Rio de Janeiro 2ªed., 1986.
- SOUZA, Inês Cabanilha.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Impactos econômicos, políticos e sociais: do que queremos falar*. Rio de Janeiro, CPDAS/UFRRJ, mimeo, 1997.
- SOUZA, Sérgio Pereira de. *Os assentamentos rurais no contexto espacial e sócio-econômicos do município de Euclides da Cunha Paulista*. 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1996.
- STEDILLE, João Pedro.; GORGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.
- STEDILLE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 1994.
- STEDILLE, João Pedro. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STEDILLE, João Pedro.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STROZAKE, Juvelino José (Org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2000.
- TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de. O município e o desenvolvimento rural. In. *Revista CEPAM*. São Paulo: CEPAM. Ano I, nº 3, Jul./Set. 1990. (Fundação Prefeito de Faria Lima). p. 19-24.

- VASQUES, Antonio. C. B. *A Evolução da Ocupação das Terras do Município de Teodoro Sampaio – São Paulo*. 1973. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Franca, 1973.
- VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VEIGA, José Eli da. *Ilusão de um país urbano*. O Estado de São Paulo, 30 de dezembro de 2000.
- ZAMBERLAM, Jurandir.; FLORÃO, Santo Reni dos Santos. *Assentamentos: resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta – RS*. Passo Fundo: Berthier, 1989.
- ZAMBERLAM, Jurandir.; FLORÃO, Santo Reni. Impactos dos assentamentos na economia de quatro municípios na região de Cruz alta (RS). In: GORGEN, Sérgio Antonio e STÉDILLE, João Pedro. (Orgs). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- ZAMBERLAM, Jurandir. Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. et al. (Org.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. v. 25, nº 2 e 3, p. 37-57, mai./dez.1995.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife, 2001. Disponível em: <http://www.neade.gov.br/artigodo_mes/>. Acesso em: 12/maio/2001.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Brasília: Hucitec: Editora da UnB, 1995.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. *O Trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.